

UNIVERSIDADE SÃO FRANCISCO

Mestrado em Educação

DANIEL AMARO CIRINO DE MEDEIROS

**O GRUPO ESCOLAR DR. JORGE TIBIRIÇÁ:
DAS ESCOLAS ISOLADAS À ESCOLA IDOLATRADA (1890 –1910)**

Itatiba

2013

DANIEL A. C. DE MEDEIROS

**O GRUPO ESCOLAR DR. JORGE TIBIRIÇÁ:
DAS ESCOLAS ISOLADAS À ESCOLA IDOLATRADA (1890 –1910)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Educação na Universidade São Francisco, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Educação.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Maria de Fátima Guimarães

Itatiba

2013

DANIEL AMARO CIRINO DE MEDEIROS

**O GRUPO ESCOLAR DR. JORGE TIBIRIÇÁ:
DAS ESCOLAS ISOLADAS À ESCOLA IDOLATRADA (1890 – 1910)**

Dissertação aprovada pelo Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Educação da Universidade São Francisco, como requisito para obtenção do título de Mestre em Educação.

Área de concentração: Educação

Data de aprovação: ___/___/___

Banca examinadora:

Prof.^a Dr.^a Maria de Fátima Guimarães (orientadora)

Prof. Dr. Elison Antonio Paim

Prof.^a Dr.^a Paula Leonardi

Para Samanta, Samuel, meus pais
e irmãos

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus, pelas inúmeras graças concedidas, pela graça maior da salvação em Seu filho Jesus e por me tornar um filho Dele de forma tão amorosa e imerecida. *Soli Deo gloria!*

Também sou grato à minha esposa Samanta, que, com tanto amor e desprendimento, me incentivou não só neste momento de vitória – mas em todos os momentos – abrindo mão de tempo juntos e sempre me motivando. Obrigado por fazer tudo valer a pena. Ao pequeno Samuel, o filho querido que nasceu junto ao projeto que virou esta dissertação! O teu sorriso me motivou sempre a me esforçar mais e mais.

Aos meus pais, Sebastião e Zeza, pelo amor e cuidados quando era pequeno, de instrução quando precisei e disciplina quando mereci. Aos meus irmãos Raquel e Diogo, pelo companheirismo durante toda esta jornada.

Muito obrigado, professora Fátima, por todas as orientações, dicas, amizade, carinho, dedicação e, mesmo quando eu não tinha mais forças, por ter acreditado em mim. Tuas orientações sempre foram acompanhadas de lições de vida. Teu exemplo é a perfeita ilustração de tuas palavras. Sou grato a Deus pela tua vida.

Agradeço a CAPES, que garantiu os recursos necessários para esta dissertação.

Agradeço também a FAEX, minha casa intelectual, na pessoa da prof.^a Terezinha, que, desde nossa primeira conversa, me incentivou sobremaneira a fazer o mestrado. É uma honra aprender no convívio com a senhora o que é ser um educador.

Ao meu amigo “mais chegado do que um irmão” Luís Eduardo Machado. Muito obrigado pelos conselhos e pelo discipulado. Sinto-me muito abençoado pelo teu carinho e amizade fraternal.

A Marcello Franceschi, meu bom amigo de pesquisas, fichamentos e discussões intelectuais.

A meus alunos, do passado e do presente – por terem me ensinado a aprender.

Aos funcionários do CDAPH, muito obrigado pela atenção e disposição; Karla e Patrícia, obrigado pela valiosa ajuda.

Em particular, aos professores Moysés, Paula e Adair, pelo carinho com que me receberam no programa, assim como a todos os colegas que fiz durante as disciplinas. Aprendi muito com todos vocês.

Resumo

Esta pesquisa aborda as escolas isoladas que deram origem ao Grupo Escolar Dr. Jorge Tibiriçá, entre fins do século XIX e início do XX, em Bragança. Privilegiamos esse período porque ele é matizado, em termos mundiais e também locais – guardadas as devidas proporções –, por bruscas e muitas transformações sociais, políticas, econômicas e culturais, ancoradas no processo crescente e simultâneo de industrialização, aumento populacional e urbanização do país, em franca relação com as ações destinadas à esfera da educação. Nossa hipótese é que o mesmo aconteceu em Bragança e que seria possível estabelecermos as singularidades desse processo, em nível local, atentando para um indício de tensão e conflito, sinalizado por uma nota publicada num jornal local. Nela, seu autor criticava o nome que passaria a ostentar o primeiro grupo escolar da cidade, a partir do que delimitamos as seguintes questões: Que segmentos da elite local se colocaram à frente da criação e construção desse novo prédio do grupo escolar? Por que temos um silenciamento, quase um apagamento das escolas isoladas que deram origem ao grupo da memória local? Será que o novo prédio do grupo instituiu uma dada percepção do projeto republicano de educação em oposição à imagem de arcaico, atrelada às outras formas de instrução pública herdadas do império, que justificaria tal apagamento? A disputa pelo nome do grupo escolar poderia ser um indício de uma guerra de símbolos? Logo, delimitamos como objetivos: identificar quais as escolas isoladas que deram origem ao Grupo Escolar Dr. Jorge Tibiriçá, pesquisar como se deu o processo de reunião dessas escolas isoladas e analisar as possíveis tensões e conflitos que emergiram no transcorrer desse processo. Para dar conta de tais objetivos, retomamos a bibliografia relativa à temática escolhida e analisamos fontes documentais de natureza diversificada, à luz das contribuições teóricas, especialmente, de Debord, Benjamin e Thompson.

Palavras-chave: grupo escolar – escolas isoladas – história da educação

Abstract

This ongoing work aims the isolated schools which originated the Scholar Group Dr. Jorge Tibiriçá at the end of the XIX century and the beginning of the XX century in Bragança. We have chosen this period because it lights up both local and worldwide changes – with the due proportions; by many strong social, political, economical and cultural transformations in a growing and simultaneous urbanization, industrial and populational growth process of the country. Our hypothesis is that the same happened in Bragança and that it would be possible to establish the singularities of this process focusing in an evidence of tension and conflict shown in a small note published in a local newspaper. In this note, its author criticizes how the scholar group would be named. From that we have delimited the following questions: Which segments of the local society prompted the construction of this new building? Why do we have the fading of the isolated schools in the local memory? Would it be that the new building instituted a new given perception of the republican Project of education opposing to the image of old fashioned attached to the other educational forms of the Empire, that would justify such fading? Could the dispute for the name of the school be an evidence of a “sign war”? Thus, we delimitate as objectives: To identify which isolated schools originated this scholar group, to research how this unification has gotten through and analyze the possible tensions and conflicts that emerged throughout this process. For such, we have analyzed the bibliography related to the subject and also we are analyzing the documental sources of varied nature, under the theoretical contribution of Debord, Benjamin and Thompson.

Key words: scholar groups – isolated schools – history of education

SUMÁRIO

LISTA DE ILUSTRAÇÕES	9
INTRODUÇÃO	10
CAPÍTULO I – MODERNIDADE, CIDADE E ESCOLA: O CONTEXTO SOCIOCULTURAL DA VIRADA DO SÉCULO XIX PARA O XX	18
1.1 Modernidade	18
1.2 A cidade	20
1.3 O cenário educacional brasileiro – A escola e a cultura escolar	24
1.4 Do método mútuo ao método intuitivo.....	31
1.5 Periódicos	33
CAPÍTULO II – BRAGANÇA – DAS ESCOLAS ISOLADAS À IDOLATRADA: AS VEREDAS POLÍTICAS DO APAGAMENTO DE HISTÓRIAS E MEMÓRIAS LOCAIS	40
2.1 Breve trajetória histórica de Bragança	40
2.2 Os republicanos bragantinos	44
2.3 Das escolas isoladas ao grupo escolar.....	49
CAPÍTULO III – DO GRUPO ESCOLAR DE BRAGANÇA AO GRUPO ESCOLAR DR. JORGE TIBIRIÇÁ	64
3.1 A construção do prédio do Grupo Escolar Dr. Jorge Tibiriçá – A escola idolatrada	75
CONSIDERAÇÕES FINAIS	87
REFERÊNCIAS	90
ANEXO	95
MEMORIAL	95

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

FOTOGRAFIA 1	Jornal “O Guaripocaba”.....	38
FOTOGRAFIA 2	Jornal “Cidade de Bragança”.....	39
FOTOGRAFIA 3	Largo da Matriz.....	40
FOTOGRAFIA 4	Mapa da região central e adjacências de Bragança.....	41
FOTOGRAFIA 5	Foto panorâmica de Bragança.....	42
FOTOGRAFIA 6	Colocação da pedra fundamental do Grupo Jorge Tibiriçá.....	78
FOTOGRAFIA 7	Grupo Escolar Dr. Jorge Tibiriçá.....	79

INTRODUÇÃO

“Bem-vindos à melhor escola da rede municipal!”

B.N.A. 07/03/2011

Em meu primeiro projeto para admissão no mestrado trazia um texto de Machado de Assis, intitulado “Conto de escola” como base. Por ter estudado em escola pública¹, tanto as questões do personagem principal como a postura do professor me chamavam a atenção, assim como encontrava, na forma em que Machado de Assis problematizou uma dada maneira de instrução, questões que me instigam ainda hoje como professor. Quem eram aqueles alunos? Quem era aquele professor? O conflito de Pilar² entre estar na escola ou ir brincar na rua. A delação, a punição, o medo, a moralidade e a necessidade de apresentar resultados – ter que aprender depressa para não ser considerado burro.

Foi a partir desse conto, tomado enquanto uma provocação salutar, que iniciei esta pesquisa em artigos e livros referentes à época que é citada no conto de Machado de Assis e me senti desafiado a procurar os elementos que me instigavam no texto literário nas fontes documentais que se encontram no Centro de Documentação e Apoio à Pesquisa em História da Educação.

Se para Benjamin (1994), é mais valioso perder-se em uma cidade do que saber orientar-se nela, pois o perder-se na cidade exigiria mais instrução, posso destacar que me perder nas fontes foi de extrema importância. Ao ler os jornais, me sentia como o ogro de Bloch (2001), que persegue o cheiro de sangue humano, buscando elementos daquela escola machadiana em Bragança. E a cada descoberta, a cada texto lido, discutido, quer em aulas, quer em orientações, uma dada percepção de escola começava a se esboçar e ser construída por mim – a escola isolada. Aquela escola citada por Machado de Assis, com suas tensões e conflitos, aqueles alunos tentando encontrar uma maneira de impressionar o professor, a vontade de ir para a rua, os exercícios, a postura rígida do professor apontam a um tipo de escola que daria lugar a um outro mais imponente; a escola do senhor Pilar provavelmente seria a escola que daria lugar à possível escola de Brás Cubas³ – símbolo este que iria ao encontro das aspirações de um determinado segmento da sociedade. O processo de silenciamento e de apagamento sobre a escola de Pilar apontaria o surgimento da escola de Brás

¹ Um memorial com mais detalhes sobre este período encontra-se em anexo.

² Personagem de “Conto de escola” de Machado de Assis, de 1896.

³ Personagem de “Memórias póstumas de Brás Cubas” de Machado de Assis, de 1881.

Cubas – a partir das escolas isoladas me deparei com a formação de uma escola idolatrada: o grupo escolar. Foi dessa maneira que delimito o objeto de estudo deste trabalho – as escolas isoladas que deram origem ao primeiro grupo escolar de Bragança Paulista.

O primeiro grupo escolar criado em Bragança foi o Grupo Escolar Dr. Jorge Tibiriçá, e parece ter sido um dos símbolos na relação com os demais projetos de modernização almejados por um determinado segmento de bragantinos no final do século XIX e início do século XX.

O Grupo era defendido por estes como um monumento de posicionamento da cidade em relação a outras, um monumento de educação do olhar e uma ressignificação do ser cidadão em um contexto de crescente urbanização e mudanças políticas e sociais.

Esta imagem construída e defendida parece ter se perpetuado, em certa medida, até os dias de hoje, tanto no imaginário de professores como de alunos. A minha primeira visita ao Grupo, quando conheci pessoalmente a vice-diretora da escola (os primeiros contatos haviam sido por telefone e até então eu nunca havia entrado lá antes), foi bastante instigante. Ao chegar à entrada da escola, ela pediu que eu parasse um momento e disse:

“ – Primeiro olhe este quadro: é o Dr. Jorge Tibiriçá – o nome da escola é em homenagem a ele.”

O referido quadro está na parte superior da porta, recepcionando os visitantes. Fiquei ali parado por alguns instantes, observando a pintura. Então ela me explicou que ele havia visitado uma vez apenas Bragança Paulista e que o grupo tinha este nome em sua homenagem por ter conseguido a verba para a sua construção. Fez questão que eu conhecesse todas as classes e, na parte inferior do prédio, preparou uma sala com os documentos e arquivos nos quais eu poderia começar a pesquisar. Tanto encontrar os arquivos como entender a ordem em que estavam foi fácil, pois já haviam sido catalogados por uma equipe do Centro de Documentação e Apoio à Pesquisa em História da Educação (CDAPH) da Universidade São Francisco (USF) anos antes⁴.

A essa altura, eu já tinha pesquisado os almanaques da cidade, jornais do período delimitado, além de ter feito leituras referentes ao recorte temporal. Por isso, essa primeira visita e apresentação foram para mim tão interessantes, pois ali eu pude notar a força do símbolo, em sua forma enquanto monumento, e a tentativa de apagamento de toda uma história anterior, que pode

⁴ O mapeamento e listagem da documentação do grupo escolar foi feito por uma equipe da Universidade São Francisco, sob coordenação do prof. Laerthe Abreu de Moraes Junior (Núcleo de Cultura Material Escolar/CDAPH/USF).

ser inferido através dos jornais e documentos da época.

Para que aquele quadro, que parece ser hoje parte natural do ambiente escolar, fosse colocado ali e ali permanecesse, houve um momento histórico permeado de tensões e conflitos, disputas políticas, projetos de reformulação da própria sociedade bragantina, embates de ordem econômica e embates de ordem econômica e política – propomos que a construção da imagem de uma cidade moderna não se deu de forma tranquila e linear, como aquele quadro acima do batente da porta poderia sugerir, mas foi engendrada na e pela produção de imagens, tomadas enquanto símbolos de um dado projeto de modernização social, em um processo ao qual pode-se metaforicamente denominar de guerra de símbolos (BUENO, 2007) com o intuito de matizar e desnaturalizar as contradições que o marcam. Por outro lado, pode-se inferir a metáfora de “guerra de símbolos” a partir da leitura das obras “A sociedade do espetáculo” de Debord (1997) e “A formação das almas: o imaginário da República no Brasil” de José Murilo de Carvalho (1990). Debord (1991) defende a ideia de que a partir do desenvolvimento histórico do capitalismo novas formas de alienação emergem, quando as imagens e os signos começam a intermediar as relações sociais. É nesse contexto que, para o autor, a realidade toma a forma de espetáculo. Debord afirma que “O espetáculo não é um conjunto de imagens, mas uma relação social entre pessoas, mediada por imagens” (DEBORD, 1997, p. 14). A leitura de Carvalho (1990) nos provoca a percepção de que no contexto brasileiro do período pesquisado há uma guerra de símbolos em torno da formação da República, que tinha por finalidade atingir o imaginário popular e reconstruí-lo dentro de valores e visões de mundo republicanos.

Nessa sobreposição de imagens, na qual o espetáculo inevitavelmente se vincula à ideia de novo, o antigo passa a ser execrado, colocado como um momento a ser vencido, deixado de lado, esquecido. Porém, justamente por estarem entrecruzados e não superados, é que há essa guerra – na emergência de um projeto político que intenciona ser hegemônico, que tenderia a silenciar e apagar a existência de outros projetos, sobretudo daquele vinculado ao poder monárquico do período imperial, identificado como ultrapassado, não de forma tão tranquila e acabada –, como a referência de um quadro pendurado no batente da porta, mas em torno de tensão e conflitos do homem em seu tempo lutando para que uma determinada concepção de organização social e forma de governo social se sobressaísse em detrimento de outras.

Dois momentos foram muito importantes para entender como se perpetua a imagem de escola idolatrada do Grupo Escolar Dr. Jorge Tibiriçá: um se deu com a visita do grupo de

pesquisas à escola e outro com uma série de discussões realizadas por orientandos da professora Maria de Fátima Guimarães feitas no dia 1º de dezembro de 2011, no CDAPH, com a diretoria do grupo escolar.

Nessa visita (uma semana antes do encontro no CDAPH), o grupo de pesquisas teve a oportunidade de entrar nas salas de aula por alguns minutos. A ordem, limpeza e disciplina eram impressionantes, porém foi o comentário de uma professora e de um aluno que nos marcou naquela tarde. Ao entrarmos na sala de aula, ela nos recebeu dizendo: – “bem-vindos à melhor escola da *rede!*”; ao que um aluno (de quarto ano) completou – “É isso mesmo *prô*, somos a melhor escola”. Ficou patente ali o processo de sedimentação da imagem e percepção de que o Grupo Escolar Dr. Jorge Tibiriçá foi e é ainda hoje a melhor escola da cidade, posto que está localizado na área mais valorizada da cidade – sua área central; e oferece as melhores condições de ensino. Esta escola é apresentada como um símbolo de excelência educacional, o que a diferenciaria de todas as outras escolas municipais, e esta ideia se faz presente no imaginário local e se desvela por entre as colocações da direção da escola e alunos, sendo passível também de rastreamento nos periódicos locais da atualidade.

Uma semana depois, o diretor e vice-diretora nos fizeram uma apresentação, em um encontro no CDAPH, sobre a situação atual da escola, e eu, a seguir, lhes apresentei os resultados parciais desta pesquisa. Em sua apresentação, o professor e diretor Sérgio de Moraes destacou que, dos 15 projetos desenvolvidos na escola, dois tiveram a maior ênfase: o de saúde na escola e o PROERD (Programa Educacional de Resistência às Drogas), o primeiro projeto ministrado por agentes de saúde e o segundo, por policiais, e que tinham resultados significativos tanto na prevenção de problemas de saúde como em relação à conduta dos alunos.

Em minha apresentação, ao mostrar-lhes em vestígios encontrados em jornais do período de 1890-1900 a valorização destes elementos – disciplina, higiene, código de posturas, saúde na cidade – em muitos de seus artigos e observações sobre o período de desenvolvimento da política liberal em Bragança, ficou bastante claro que, na memória dos professores e alunos com os quais nosso grupo de pesquisa entrou em contato, a imagem preservada do grupo escolar é marcada pela política liberal engendrada dentro da perspectiva republicana do início do século.

Por causa dessas leituras e discussões, eu considerei como pressuposto desta pesquisa que a criação dos grupos escolares no Brasil, em particular no estado de São Paulo, atendia ao projeto político liberal de instaurar uma nova ordem, “[...] ordem esta que seria a diferença que se pretendia

instituir entre um passado, para liberais, de trevas e o futuro luminoso em que o progresso seria trazido pela força do saber e da construção de uma dada cidadania” (CARVALHO, 2000), mediante a criação de grupos escolares e também a edificação de prédios destinados especificamente para eles. Tais prédios tenderam a ser alçados à condição emblemática de símbolos da educação de excelência e modernidade nas cidades que os acolheram.

Essa nova ordem não se dá de forma harmônica, mas, como se pode evidenciar pelas fontes, ela se deu de modo conflituoso, sobretudo entre duas posições políticas: aquela considerada antiga – o estabelecido –, representada pela monarquia, e o novo – aquela considerada moderna – representada pela república. Este projeto de reformulação urbana que contrapõe o que seria o tradicional e o moderno tem como local de referência a cidade, sendo esta reordenada a partir dos princípios do urbanismo, de modo a englobar no aspecto político, social, econômico e cultural sua população, propiciando assim, nesta análise, uma aproximação das contradições deste processo de tornar-se cidadão na república recém-criada no Brasil e a proposta de educação dentro deste novo formato social.

Como afirma Greive:

As trajetórias das cidades construídas ou modernizadas são expressão da consolidação de novas relações de propriedades, do estabelecimento de marcos mais definitivos em torno da produção, apropriação e distribuição da ciência moderna e da intenção de "fazer o cidadão". A aproximação entre ciências e cidade, o urbano e a ordem, o progresso e as linhas retas, expressa na formação positivista dos engenheiros, está inserida num contexto amplo, ocidental, que busca tornar a cidade palco de coexistência de práticas extremamente diferenciadas: o liberalismo e o positivismo, revelados no conteúdo conservador e racionalista dos seus projetos. Entretanto, a concretização da cidade revela limites que vão além da demarcação espacial e da população, tais limites são postos pela própria tensão expressa na trajetória de assentamento de diferentes sujeitos sociais. (2002, p. 27)

Dessa maneira a escola, e por conseguinte a pedagogia moderna (SCHELBAUER, 2012), podem ser consideradas como parte desse processo de socialização da produção material e cultural (GREIVE, 2002). A escola, no contexto republicano, busca destituir a validade das tradições, costumes e valores atrelados ao antigo, ao período monárquico, assim como relações sociais e de família, transformando-se em mais do que mero espaço de estudo ou trabalho, mas em um lugar de formação do cidadão republicano.

Por cidadão, na concepção liberal, entende-se um indivíduo que tem plenos direitos, balizados pelo uso da razão, assentados no pressuposto da liberdade individual e de defesa e legitimidade da propriedade privada. É digno de nota que, nesse contexto social, as mulheres, independentemente da classe social, os religiosos, os indígenas, os doentes mentais e analfabetos não podiam votar (BUENO, 2007).

Essas questões me levaram a delimitar como hipótese inicial de trabalho que o mesmo aconteceu em Bragança (BUENO, 2008), porém, que seria possível estabelecer as singularidades desse processo atentando para um indício (GINZBURG, 1989) de tensão e conflito, sinalizado por um artigo publicado em um jornal local. Nele, seu autor criticava e ironizava o nome que passaria a ostentar o grupo escolar, cujo novo prédio estava para ser inaugurado na cidade⁵.

O artigo, que fazia parte da coluna “Lembrando e Notando”, encontra-se no jornal *A Notícia*, número 56, do ano de 1906 estampado na primeira página (mostrando assim a importância que se dava a tal artigo). Nele, o autor, que se identifica apenas como “observador”, demonstra ficar “contristado” ao saber da decisão de se colocar o nome do Grupo Escolar da cidade de “Dr. Jorge Tibiriçá”.

O autor justifica sua tristeza dizendo que não é que essa figura pública não merecesse tal homenagem, mas que ele estava recebendo essa honra somente pelo fato de ser o presidente do Estado, e então sugere que o grupo escolar deveria ter o nome de uma pessoa de Bragança Paulista – José Guilherme.

Em seu artigo, o observador revelava que já havia planos de um segundo grupo escolar em Bragança Paulista, e ali então haveria o plano de homenagear a José Guilherme (como de fato acabaria por acontecer), porém ele sugeria que o primeiro grupo escolar fosse nomeado em homenagem ao amigo, e o segundo que fosse em homenagem a “um politiquero qualquer”:

Consta que pretendem dotar Bragança com dois grupos escolares, e que então um deles trará o nome de José Guilherme, o que equivale a dizer que quem vive de esperanças desesperado morre. Si por ventura isto se realizasse, os homens de então, seguindo o exemplo de hoje, em vez de um nome acatado e venerado, dariam a esse segundo grupo o nome de um politiquero qualquer. (p.1)

⁵ *A Notícia*, ano I, n. 56, 5 de maio de 1906, p.1.

Julguei as potencialidades desse indício quando me senti estimulado a pesquisar: que segmentos da elite local se colocaram à frente da criação e construção desse novo prédio do grupo escolar? Que escolas isoladas foram agrupadas para dar origem a esse grupo escolar? Onde elas se localizavam? Por que temos uma tentativa de apagamento dessas escolas da memória urbana? Será que o novo prédio do grupo escolar instituiu, no espaço urbano de Bragança, uma dada percepção do projeto republicano de educação em oposição à imagem de arcaico ou ultrapassado, atrelada às outras formas escolares herdadas do império, que justificaria tal apagamento? A disputa pelo nome do grupo escolar poderia ser abordada como indício de uma guerra de símbolos?

A partir de tais questões delimitei como objetivos desta pesquisa: identificar quais foram as escolas isoladas que deram origem ao Grupo Escolar Dr. Jorge Tibiriçá e pesquisar como se deu o processo de reunião das escolas isoladas de Bragança nesse grupo. Para dar conta de tais objetivos, retomei a bibliografia relativa à temática privilegiada, identificando e analisando fontes documentais de natureza diversificada localizadas no Centro de Documentação e Apoio à Pesquisa em História da Educação (CDAPH) da Universidade São Francisco (USF), no acervo da própria escola e do Museu Municipal Oswaldo Russomano. Destaco, dentre as fontes documentais pesquisadas, os periódicos locais (almanaques, anuários e jornais), as fotografias, a legislação da época e os documentos localizados no arquivo escolar.

As fontes não foram analisadas como “verdades inquestionáveis”, pois o historiador não pode fazer papel de ingênuo (LE GOFF, 2003), mas como vestígios que revelam peculiaridades dentro do contexto maior do período histórico em questão. Essa história não é apenas a análise de fatos isolados, mas sim a reflexão sobre homens no tempo (BLOCH, 2001).

Como propõe Le Goff, pelo fato de documentos e monumentos serem “produto de um centro de poder”, comungo com sua abordagem da necessidade de se ir mais longe, considerando-os como testemunhos e criadores de poder polivalente. Essa abordagem vai ao encontro da definição de Bloch sobre o historiador e o fazer história. Para esse autor:

Há muito tempo, com efeito, nossos grandes precursores, Michelet, Fustel de Coulanges, nos ensinaram a reconhecer: o objeto da história é, por natureza, o homem. Digamos melhor: os homens. Mais que o singular, favorável à abstração, o plural, que é o modo gramatical da relatividade, convém a uma ciência da diversidade. Por trás dos grandes vestígios sensíveis da paisagem [...] por trás dos escritos aparentemente mais insípidos e as instituições aparentemente mais desligadas daqueles que as criaram, são os homens que a história quer capturar. (BLOCH, 2001, p. 54)

Nesse trabalho abordei a temática privilegiada na pesquisa adotando o seguinte procedimento: num primeiro movimento trarei à baila o contexto sociocultural mais amplo do país, para depois voltar-me para as características educacionais brasileiras do período e, em específico, em relação à cidade de Bragança. Por fim, me debruçarei sobre o processo de formação do Grupo Escolar Dr. Jorge Tibiriçá, atentando para as escolas isoladas que lhe deram origem.

CAPÍTULO I – MODERNIDADE, CIDADE E ESCOLA: O CONTEXTO SOCIOCULTURAL DA VIRADA DO SÉCULO XIX PARA O XX

*À dolorosa luz das grandes lâmpadas da fábrica
Tenho febre e escrevo
Escrevo rangendo os dentes, fera para a beleza disto,
Para a beleza disto totalmente desconhecida dos antigos.
Álvaro de Campos, 1914*

1.1 Modernidade

Fernando Pessoa (1888 – 1935), a partir de seu heterônimo Álvaro de Campos, demonstra em seus versos as impressões do estar imerso nas mudanças tecnológicas que compõem o final do século XIX para o século XX. A febre confunde-se com a temperatura das lâmpadas da fábrica, o seu ranger de dentes com o barulho da máquina de escrever. O próprio poeta, dentro desse período, já chegou a afirmar que, mais do que um homem, sentia-se um poste em Lisboa. É interessante notar que essas mudanças em relação à nova percepção de tempo, espaço, civilidade e tecnologia são primeiramente nomeadas nas artes como “modernismo” e no campo econômico como “modernização” (BERMAN, 2007).

Segundo BENJAMIN (1985), o século XIX foi incapaz de corresponder com uma nova ordem social às possibilidades técnicas que se apresentavam, impondo-se assim mediações enganosas entre o velho e o novo. O mundo dominado por tais “fantasmagorias”, segundo o autor, é – assim definindo com um termo encontrado no poeta Charles Baudelaire – a Modernidade.

A Modernidade, expressão cunhada por Baudelaire no artigo “*Le peintre de la vie moderne*”, escrito em 1860 e publicado em 1863, nomeia este período de mudanças rápidas de costumes e valores a partir da tecnologia e aglomeração de pessoas – de um lugar rural – para o *locus* dessas transformações – a cidade.

A multidão é parte integrante e importante na formação social dessa cidade. A ideia de modernidade surge, segundo Le Goff (2003), quando há um sentimento de ruptura com o passado. Modernidade tem o seu ápice nos séculos XIX e XX, como um conjunto amplo de modificações nas estruturas sociais do Ocidente, a partir de um processo longo de racionalização da vida. Nesse sentido, para Le Goff, modernidade é um conceito estritamente vinculado ao pensamento ocidental, sendo um processo de racionalização que atinge as esferas da economia, da política e da cultura.

Berman (2007) compreende a modernidade como um tipo de experiência vital de tempo e

espaço, em relação a si mesmo e aos outros, assim como os perigos da vida compartilhados por homens e mulheres em todo o mundo. Esse tipo de experiência é pautado pela racionalização nos campos da economia, da política, da cultura e da tecnologia.

A racionalização econômica se materializa no capitalismo; a racionalização política se constituiu com a emergência do Estado moderno e a centralização política, levando a crer que o mundo moderno só poderia ser entendido pela razão, separação e a autonomia entre a ciência, a moral e a arte. No campo do desenvolvimento tecnológico há euforia e uma nova forma de olhar, uma nova capacidade de reconhecer vários sinais nessa sociedade. Para Sevcenko: “[...] as elites da Europa ocidental entraram numa fase de desenvolvimento tecnológico que lhes asseguraria o domínio de poderosas forças naturais, de fontes de energia cada vez mais potentes, de novos meios de transporte e comunicação, de armamentos e conhecimentos especializados.” (1998, p. 14).

Esse desenvolvimento continuaria com a chamada Revolução Científico-Tecnológica (que ocorreu em torno de 1870), com a exploração e a capacidade de dominar novas fontes de energia, como as aplicações da eletricidade, o uso de derivados de petróleo (e com este os motores de combustão e o desenvolvimento de meios de transportes como o automóvel, caminhões, motocicletas, transatlânticos, trens expressos e aviões), o surgimento das indústrias químicas, das fundições, siderúrgicas e dos primeiros materiais plásticos (SEVCENKO, 1998).

Consoante a Sevcenko, afirmam Costa e Schwarcz:

Essa revolução levou à aplicação das recentes descobertas científicas aos processos produtivos, possibilitando o desenvolvimento de novas fontes de potenciais energéticos, como a eletricidade e os derivados do petróleo, que geraram mudanças de impacto nos mais diferentes setores: indústria, microbiologia, farmacologia, medicina, higiene e profilaxia. (2002, p. 20)

Uma revolução exige eventos para a sua exibição – exibição das mercadorias produzidas em escala industrial no capitalismo. Para Walter Benjamin (1985), um dos cenários mais propícios a tais eventos, que acolheu a mercadoria, estimulou a busca pelo “sempre novo”, foram:

As exposições universais [que] transfiguram o valor de troca das mercadorias. Criam uma moldura em que o valor de uso da mercadoria passa para segundo plano. Inauguram uma fantasmagoria a que o homem se entrega para se distrair. A indústria de diversões facilita isso, elevando-o ao nível da mercadoria. O sujeito se entrega às suas manipulações, desfrutando a sua própria alienação e a dos outros. (1985, p. 35)

Ainda sobre as Exposições Internacionais, Kuhlmann observa que:

As Exposições foram um palco para a representação de espetáculos de crença acrítica no progresso, na técnica e na ciência. Na sua arquitetura e organização, na sua idealização modelar e utópica da vida social, expressaram-se as tendências e conflitos existentes na sociedade de seu tempo. Segundo Benjamin, elas edificaram o cosmos da mercadoria e inauguraram uma fantasmagoria: lá as pessoas entravam para deixar-se dissipar, abandonadas às manipulações e desfrutando da alienação de si e dos demais. (2001, p. 11)

1.2 A cidade

A esta revolução, é pertinente dar-lhe uma localização – o lugar cenário onde se apresentará o espetáculo da modernidade – a cidade.

Segundo Bresciani, as cidades:

[...] são antes de tudo uma experiência visual. Traçado de ruas, essas vias de circulação ladeadas de construções, os vazios das praças cercadas por igrejas e edifícios públicos, o movimento de pessoas e a agitação das atividades concentradas num mesmo espaço. E mais, um lugar saturado de significações acumuladas através dos tempos, uma produção social sempre referida a alguma de suas formas de inserção topográfica ou particularidades arquitetônicas. (1982, p. 237)

Experiência visual traduzida em fragmentação, maquinário, ordem, higiene e urbanidade. Para Sevckenko: “A excepcionalidade desse momento e desse local põe em relevo a estranha conjunção observada entre simultaneidade de ações desconexas, incomunicabilidade de grupos, fragmentação das percepções, descontinuidade dos fluxos de trânsito pela área pública” (1992, p. 28). Fragmentação, a palavra de ordem é “todos para a rua: é lá que a ação está” (Sevckenko, 1992, p. 33) – uma exigência de estar em evidência, mas o que evidenciar?

Corpos jovens, ativos, tonificados, exercitados – feito máquinas –, em pleno funcionamento através de uma série de ações físicas, mentais e sensoriais que formam a prática do cotidiano urbano, sob o título de diversões. Como explicitado por Sevckenko: “[...] ser jovem, desportista, vestir-se e saber dançar os ritmos da moda é ser ‘moderno’, a consagração máxima. O resto é decrepitude, impotência, passadismo e tem os dias contados.”(1992, p. 34).

Nesse contexto todos estão envolvidos em um projeto coletivo de âmbito individual, coletivo

no sentido de que assim essa busca se ritualiza e se torna libertária, individual, pois esses momentos, mesmo que sejam na esfera pública, são de ordem pessoal e próprios – voltados para si, mas condicionados pelo e para o todo. Ser máquina é manter-se no todo sendo parte. Esta “celebração inédita do corpo” (Sevcenko, 1992, p.44) tem em consonância a noção “[...] de que o corpo humano em particular e a sociedade como um todo são também máquinas, autênticos dinamos geradores de energia” (Sevcenko, 1992, p. 45).

Costa e Schwarcs elencam uma pluralidade de máquinas, produtos, objetos e equipamentos urbanos que emergem no período encantando a todos e amedrontando alguns:

[...] os veículos automotores, os transatlânticos, os aviões, o telégrafo, o telefone, a iluminação elétrica, a ampla gama de utensílios domésticos, a fotografia, o cinema, a radiodifusão, a televisão, os arranha-céus e seus elevadores, as escadas rolantes e os sistemas metroviários, os parques de diversões elétricas, as rodas - gigantes, as montanhas-russas, a anestesia, a penicilina, o estetoscópio, o medidor de pressão arterial, os processos de pasteurização e esterilização, os adubos artificiais, os vasos sanitários com descarga automática e o papel higiênico, a escova de dentes e o dentífrico, o sabão em pó, os refrigerantes gasosos, o fogão a gás, o aquecedor elétrico, o refrigerador e os sorvetes, as comidas enlatadas, as cervejas engarrafadas, a Coca-Cola, a aspirina, o Sonrisal e, mencionada por último mas não menos importante, a caixa registradora. (2002, p. 20)

Tem-se aqui um relato de como aquilo que a nós, na contemporaneidade, se apresenta como cotidiano, banal e natural emergiu, na modernidade, como marca profunda da percepção de mundo no espaço urbano daquela época.

A todas essas invenções corresponde uma demanda, uma dada produção e necessidade de consumo; sendo assim, esta sociedade moderna terá por exigência uma “casa moderna” que seja conduzida por novas práticas de consumo. Como afirma Carvalho, “Esse modo de vida, que chamamos genericamente ‘burguês’, baseava-se na importância do consumo privado e conspicuo para a construção de identidades sociais e sexuais.” (2008, p. 22). Esta necessidade de consumo também se imbrica em uma ressignificação e construção das identidades burguesas do papel do homem e da mulher, segundo Carvalho: “Assim como a sala de visitas é a vitrine da casa, a mulher burguesa de elite representa o marido mediante uma série de ações públicas. Sua presença em eventos sociais, reuniões filantrópicas, atividades de lazer fora de casa, compras, passeios, visitas e solenidades dão visibilidade à família.” (2008, p. 219).

É interessante e digno de nota que à mulher burguesa caberia representar o marido enquanto vitrine, ou melhor, suporte daquela virtude que seria uma das mais eméritas socialmente – a

filantropia. A mulher pobre seria considerada uma desgraça social e caberia à sociedade, e não mais à igreja, através da caridade, aliviá-la. A diferenciação entre caridade e filantropia se faz necessária, segundo KUHLMANN, a caridade:

[...] relaciona-se a um período anterior e assumiu significados diferentes ao longo da história, referindo-se à religião, ao Estado, ou a um sentimento de ordem individual em relação à pobreza. O mesmo ocorreu com a palavra filantropia, que pode se referir à secularização, à iniciativa não governamental, ou à organização racional da assistência. (2010, p. 56)

A filantropia seria então papel da burguesia de forma ordenada em locais preparados para tal, ou seja, haveria instituições responsáveis para exercê-la – as instituições assistencialistas. Essas instituições teriam funções tais como “remediar a falta de providência e miséria”, que estariam no campo da saúde; “remediar os vícios”, que estariam no campo criminal; e “melhorar o estado intelectual e moral”, estas no campo educacional (KUHLMANN, 2010, p. 58).

1.3 A República no Brasil

No Brasil, o partido republicano representaria o anseio liberal e antagonizaria o projeto monárquico em um processo de reordenação da ideia de privado e público, defendendo um projeto de modernização e racionalização das relações sociais em detrimento do que era tradicional, considerado antiquado. O projeto político liberal vinha da insatisfação dos republicanos contra a monarquia, alegando falta de apoio para o desenvolvimento rural (em especial dos cafeicultores paulistas, que ansiavam maior poder político), assim como do desejo de maior participação política desse grupo. As principais lideranças regionais foram Minas Gerais, São Paulo e Rio Grande do Sul, que sustentavam a ideia de se fundar uma república federativa na qual os estados tivessem autonomia dentro da federação. As divergências eram quanto à forma de governar e definir os rumos do país. Os membros do Partido Republicano Paulista e os políticos de Minas Gerais defendiam o modelo liberal⁶, tendo a base da república formada por cidadãos na gestão do Estado e um presidente eleito pelo Congresso, enquanto os gaúchos defendiam uma perspectiva positivista,

⁶ O termo refere-se a uma filosofia política que tenta limitar o poder político, defendendo e apoiando os direitos individuais. O liberalismo econômico pregava o fim da intervenção do Estado na produção e na distribuição das riquezas, o fim das medidas protecionistas e dos monopólios e defendia a livre concorrência entre as empresas. Segundo Greive (2002), para os pensadores liberais como Hobbes, Locke, Bentham e Tocqueville, as circunstâncias materiais e as necessidades fundamentais para o desenvolvimento das relações de produção capitalista têm, na noção básica de indivíduo, as possibilidades de seu desenvolvimento.

com uma forte tradição militar, pois consideravam a República a salvação do exército (FAUSTO, 1999).

Mesmo com tais divergências, no *Manifesto Republicano de 1870*⁷ podem-se delinear os princípios liberais. Em sua introdução, notamos a inspiração iluminista ao afirmar que: “Como homens livres e essencialmente subordinados aos interesses da nossa pátria, não é nossa intenção *convulsionar a sociedade em que vivemos. Nosso intuito é esclarecê-la.*” (A REPÚBLICA, 1870, p. 42).

A educação teria parte predominante nesse projeto republicano – em nome da pátria – e o posicionamento de homens livres, logo no parágrafo seguinte, está em oposição à ideia de que o regime anterior era “*de compressão e violência*”.

Uma longa e dolorosa experiência ha doutrinado ao povo, aos partidos e aos homens públicos em geral da nossa terra. A imprevidencia, as contradicções, os erros e as usurpações governamentaes, influindo sôbre os negócios interno e externos da nossa pátria, hão creado esta situação depioravel, em que as intelligencias e os characteres políticos parecem fatalmente obliterados por um funesto eclipse. (A REPÚBLICA, 1870, p. 43)

No *Manifesto de 1870*, os republicanos acusam D. Pedro II de tentar fazer uma emboscada política e abolir a “revolução” que então intencionavam os republicanos:

Iniciado o pensamento da emancipação do Brazil, o despotismo colonial procurou desde logo surprehender, em uma emboscada politica, a revolução que surgia no horisonte da opinião. Disfarçar a forma, mantendo a realidade do systema que se procurava abolir, tal foi o intuito da monarchia portugueza. (A REPÚBLICA, 1870, p. 44)

Ainda na discussão da carta, os republicanos defendem a autonomia das províncias, elevando-as às categorias de Estados apenas ligados pelo vínculo de nacionalidade, em detrimento de interesses de representação e da defesa quanto ao exterior, por causa de questões territoriais (a grande extensão do Brasil) e a acusação de a monarquia não ter mais condições de manter um território tão extenso, exigindo assim a destituição do Imperador, autonomia das províncias e uma democracia parlamentar.

⁷ O manifesto republicano foi publicado pela primeira vez no jornal *A Republica*, em 3 de dezembro de 1870. De autoria desconhecida teve 58 signatários que o apoiaram, dentre os quais advogados, médicos negociantes, capitalistas, fazendeiros, políticos, jornalistas, engenheiros, servidores públicos e professores, ou seja, a elite intelectual e setor produtivo do império (VISCARDI, p. 144-145, 2012).

Esta democracia liberal tem uma idealização de homem baseado em dois princípios: o de propriedade e o de racionalidade. Como já pontuado neste trabalho, a propriedade seria adquirida pelo trabalho árduo e no exercício de uma postura moral burguesa, a racionalidade, como discutirei mais adiante, através da “educação”. Ambos teriam apenas um lugar para se desenvolver: a cidade.

A cidade, na modernidade, acolhe representações ambíguas, sendo associada tanto a centro de ideias, realizações, luz, como ao lugar de barulho, ganância, ou seja, um lugar mundano e de corrupção. Levando em consideração as contribuições de Williams (2011) de que a realidade da cidade varia historicamente, entendo a cidade como um campo de ação, um campo de batalha, um lugar em que coexistem sujeitos e interesses, tanto públicos como privados. Lugar esse que tem suas histórias marcadas pelo deslocamento e efemeridade de olhares, intrinsecamente ligados à modernidade (BENJAMIN, 1985), na guerra de símbolos travada entre diferentes classes sociais, pois a cidade traz as marcas da ação humana e sua relação com o espaço, desvelando-se em suas vias, em sua arquitetura, no ritmo e fluxo de sua multidão, das mercadorias e seus sons, na experiência visual que esta apresenta (BUENO, 2008).

Para uma reforma urbana, política e tecnológica seria exigida que a população urbana tivesse tanto o olhar quanto seus corpos disciplinados para esses novos paradigmas. Entra a educação e, por conseguinte, a escola como um dos locais privilegiados em que este “fazer cidadão” (GREIVE, 2002) acontece.

1.4 O cenário educacional brasileiro – A escola e a cultura escolar

Essa adequação à racionalidade produtiva capitalista, e como uma das características da modernidade é a fragmentação e vigilância, necessita não só de um espaço adequado para ser realizada como também da formação de uma cultura (no caso escolar) e de indivíduos. Porém, é necessário discutir esta expressão: cultura escolar. Essa necessidade advém da ideia de que a mesma deve ser estudada a partir das relações entre indivíduos por ela formadas e postas em ação (seja pacífica ou conflituosa) em cada período histórico (JULIA, 2001). Ainda segundo o mesmo autor, cultura escolar é:

[...] um conjunto de *normas* que definem conhecimentos a ensinar e condutas a inculcar, e um conjunto de *práticas* que permitem a transmissão desses conhecimentos e a incorporação desses comportamentos; normas e práticas

coordenadas a finalidades que podem variar segundo as épocas (finalidades religiosas, sociopolíticas ou simplesmente de socialização). (2001, p. 10)

A cultura escolar em sua finalidade religiosa, segundo o autor, traz a concepção jesuíta (encontrada na *ratio studiorum*, tanto em sua versão de 1586 quanto na de 1591), apesar de diferenças entre uma e outra. O autor pontua a intenção inequívoca de colocar o colégio “[...] não [como] um lugar de aprendizagem de saberes, mas [...] um lugar de inculcação de comportamentos e *habitus* [...]” (JULIA, 2001, p. 22), ou seja, dentro dessa perspectiva a visão de cultura escolar com finalidade religiosa “[...] desemboca no remodelamento dos comportamentos, na profunda formação do caráter e das almas que passa por uma disciplina do corpo e por uma direção das consciências.” (2001, p. 22). Em consonância, Ariès, em sua *História social da criança e da família* postula que:

A disciplina escolar teve origem na disciplina eclesiástica ou religiosa; ela era menos um instrumento de coerção do que de aperfeiçoamento moral e espiritual, e foi adotada por sua eficácia, porque era condição necessária do trabalho em comum, mas também por seu valor intrínseco de edificação e ascese. Os educadores a adaptariam a um sistema de vigilância permanente das crianças, de dia e de noite, ao menos em teoria. (1981, p. 191)

Em um segundo momento, o Estado substituiu a Igreja e dá-se, por motivos de profissionalização, a incorporação e controle do ensino.

[...] a partir do século XVIII, a escola única foi substituída por um sistema de ensino duplo, em que cada ramo correspondia não a uma idade, mas a uma condição social: o liceu ou colégio para os burgueses (o secundário) e a escola para o povo (o primário). O secundário é um ensino longo. O primário durante muito tempo foi um ensino curto, e, tanto na Inglaterra como na França, foram necessárias as revoluções sociais originárias das últimas grandes guerras para prolongá-lo. (ARIES, 1981, p. 193)

As reformas educacionais no Brasil foram engendradas nesse contexto sociocultural, pois a república pretendia se sedimentar justamente em contraposição à monarquia, sendo esta uma representação de atraso institucional na perspectiva do partido republicano.

As aulas régias ou aulas públicas marcaram as primeiras décadas do século XIX, sendo obrigação do Estado monárquico e, mesmo que não fosse de forma homogênea ou que não oferecesse igualdade, eram financiadas pelo subsídio literário e coordenadas pelo “Diretor Geral de Estudos”, o qual era responsável pelos concursos e provimentos dos professores régios tanto para

as diferentes cadeiras como para as disciplinas (GONDRA; SCHUELER, 2008).

A divisão das aulas régias tinha como currículo a leitura, escrita, operações básicas de matemática e cadeiras isoladas de humanidades (gramática latina, retórica, filosofia, entre outras). Porém, essa grade não era para todos, pois a política pombalina e os alvarás régios de 1772 dividiam os indivíduos do reino entre empregados em serviços do campo e nas artes fabris e aqueles que teriam condições de estudo. Em relação aos empregados em serviço do campo, era disposto pelo alvará que a instrução paroquial era suficiente, enquanto aos que tinham condições de estudar, havia separações hierárquicas significativas: havia aqueles que poderiam passar pelo ensino elementar (ler, escrever e contar), outros que, dando continuidade aos estudos, poderiam aprender latim e, por último, em número reduzido, os que teriam condições para os estudos superiores, as faculdades e as academias.

Isso ocorreria até a Independência do Brasil, quando a palavra “*brasileiro*” adquire o significado de um corpo político autônomo e não mais apenas de uma profissão (GONDRA; SCHUELER, 2008), ou seja, passa-se a existir como um país chamado Brasil.

Essa construção do Brasil enquanto império foi um projeto político gestado na busca pela Independência e incentivado no período regencial (1831-1840), que, ao longo do Segundo Reinado, entre 1840-1889, configurou-se como um “[...] manifesto no incentivo às instituições educacionais, culturais e científicas e no mecenato às artes e à produção cultural” (GONDRA; SCHUELER, 2008, p. 28). Dentre tais instituições, pode-se citar: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), criado em 1838, o Imperial Colégio D. Pedro II (1837) e os cursos superiores de Medicina (Rio de Janeiro e Bahia em 1808) e Direito (Pernambuco e São Paulo em 1827).

Entre as primeiras medidas do Primeiro Reinado, na Lei de 20 de outubro de 1823, temos o incentivo à abertura de aulas e escolas por particulares. As preocupações com a formação de uma população brasileira e questões políticas (dentre as quais: como construir a nacionalidade brasileira? como delimitar os espaços públicos?) estão em íntimo relacionamento. Nesse sentido, na Constituição Outorgada em 1824, a instrução surge como um dos direitos garantidos individualmente aos cidadãos brasileiros. Mais especificamente no artigo 179, parágrafo 32, diz-se que “[...] a instrução primária é gratuita a todos os cidadãos”, apesar de mulheres, escravos, índios, analfabetos, estrangeiros e sacerdotes serem excluídos.

Três anos depois da primeira Constituição brasileira, a Lei Geral de 15 de outubro de 1827 descreve um conjunto geral de aspectos referentes à instrução primária. Essa lei procura dar uma forma de como deveria ser a escola de primeira letras (escolas de ler, escrever, contar e crer), tendo

como pretensão atingir a população que habitava os locais mais populosos do extenso território do Império brasileiro.

A Lei Geral (1827) também tinha como proposta a demarcação dos critérios referentes ao que deveria ser ensinado, assim como a maneira de fazê-lo e quem poderia fazê-lo. Quanto à primeira questão (o que deveria ser ensinado), “[...] o Estado explicita o que pretende: agir sobre meninos e meninas” (GONDRA; SCHUELER, 2008, p. 34), visto que definiu uma grade curricular diferenciada para cada sexo. “Ler, escrever, contar e crer por meio de saberes como a língua nacional, aritmética, cálculos, geometria, história nacional, religião católica, apostólica e romana, por exemplo”, era o repertório de saberes definidos para a escola primária. O ensino primário para as meninas, porém, sofria algumas adaptações, ou seja, reduzia-se o campo da matemática e incluía-se o campo da “ciência da casa”. O Estado normatizou, assim, as diferenças de gênero ao mesmo tempo em que definiu funções sociais específicas para cada indivíduo, tendo o Ensino Mútuo como o método oficial. Os critérios que fizeram os letrados brasileiros da época adotarem tal método (já adotado na Inglaterra e França) foram de ordem econômica, por causa de sua rapidez e da disciplina.

Quem poderia ensinar no Império brasileiro, segundo a Lei Geral, eram aqueles que, passando por concursos que supunham um exame tanto das habilidades que possuíam quanto de sua própria vida (ainda como descreviam os Alvarás Régios), conseguiam uma aceitação para o cargo sancionada pelo Presidente da Província na qual se propôs a lecionar.

O Ato Adicional de 1834 (primeira emenda à Constituição de 1824) redefiniu a competência em matéria de educação, atribuindo:

[...] às Províncias a autonomia legislativa, ou seja, o dever de legislar, organizar e fiscalizar o ensino primário e secundário, restando ao governo central, através da pasta do Ministério do Império, a gestão de ambos os graus na Corte e do ensino superior em todo o país (GONDRA; SCHUELER, 2008, p. 34).

Ao longo de todo o Império, as Assembleias das Províncias publicaram textos legais a fim de regulamentar a instrução pública (primária e secundária) nas diferentes regiões, sendo saliente o desenvolvimento dos serviços de instrução como conjunto de escolas muito diversas (públicas, particulares, domésticas), segundo a realidade de cada Província.

Com o declínio da monarquia, os republicanos se depararam com um país de analfabetos, e diante da pretensão de tornar o Brasil um país desenvolvido, moderno, a instrução pública ganhou

destaque. Segundo CARVALHO “[...] na nova lógica, o analfabetismo é alçado ao estatuto de marca da inaptidão do país para o progresso. Erradicá-lo é a nova prioridade na hierarquia das providências de reforma educacional [...]” (2000, p. 227).

Os republicanos do Estado de São Paulo, com a proclamação da República em 1889, investiram na organização de um sistema de ensino modelo, o que contribuiu para que a escola paulista fosse alçada como símbolo de progresso (SOUZA, 1998).

Pelo Decreto número 27, de 12 de março de 1890, Caetano de Campos, diretor da Escola Normal na época, efetuou a Reforma Geral da Instrução Pública do Estado de São Paulo, que levou seu nome. Tal reforma foi baseada nos princípios da escola pública universal, gratuita, obrigatória e laica, colocando a formação do professor como fator fundamental. CARVALHO (2000) salienta que foi com a Reforma Caetano de Campos que a institucionalização do modelo escolar paulista ganhou notabilidade.

O decreto de 1890 propunha que a Escola Normal fosse anexada à Escola Modelo, sendo esta última o lugar onde “[...] os futuros mestres podiam ‘ver como as crianças eram manejadas e instruídas’” (2000, p. 225). Segundo a mesma autora, “[...] desse modo de aprender centrado na visibilidade e na imitabilidade das práticas pedagógicas esperava-se a propagação dos métodos de ensino e das práticas de organização da vida escolar”. Aqui pode-se perceber uma preocupação em formar professores que reproduzissem a pedagogia reconhecida nessa escola modelo e que era então considerada moderna.

Conforme Bencostta (1986), este modelo, denominado Grupo Escolar, foi implementado pela primeira vez em 1893. O autor aponta ainda que:

Este tipo de instituição previa uma organização administrativo-pedagógica que estabelecia modificações profundas e precisas na didática, no currículo e na distribuição espacial de seus edifícios. Foi notório, em particular no caso paulista, a importância na experiência da Escola-modelo que funcionava na Escola Normal. Tal experiência orientou não somente as determinações que levaram à criação dos grupos escolares daquele Estado, mas também, em pouco tempo foram adotados por todo o país. (1996, p. 69)

O sucesso dos ideais republicanos se deu por meio do ensino seriado, das classes homogêneas e reunidas no mesmo edifício, sob uma única direção, dos métodos pedagógicos modernos, vistos e praticados na Escola Modelo anexa à Escola Normal, e da monumentalidade dos prédios em que a Instrução Pública fez-se símbolo do Progresso. Nesse sentido, “[...] o Grupo Escolar é a instituição que condensa a modernidade pedagógica pretendida e o ‘método intuitivo’ a peça central da

institucionalização do sistema de educação pública modelar” (CARVALHO, 2000, p. 226). Modifica assim o cenário educacional no século XIX e início do século XX e, dessa forma, vê-se a legitimação do método intuitivo e de uma nova forma escolar no Brasil identificada como moderna, no período de transição que se estende da independência à República, conforme as mudanças no sistema de governo (Independência/Império e, depois, República) e os ideais sociais das elites letradas para a educação formal.

Em 1891, a primeira constituição brasileira determina que caberia aos municípios e estados a responsabilidade pela instrução. A jovem república coloca em pauta a importância da educação para o progresso do país. E o projeto de criação dos grupos escolares foi concebido como um investimento que ia ao encontro da pretensão de uma educação popular e universal (BENCOSTTA, 1986). Os primeiros Estados a implementarem a determinação constitucional foram os Estados do Rio de Janeiro e São Paulo⁸, sendo que este último teve o seu modelo educacional implementado nos demais estados brasileiros. Cada Estado implementou o novo modelo educacional em ritmo e momento distinto, observando suas condições econômicas, pois em alguns Estados havia falta de recursos para a instrução primária.

Neste trabalho tomo o grupo escolar como uma instituição social em sua interface com a cidade, porque desta maneira amplio a percepção de como ele se articula com as tensões, conflitos e demandas de uma população impactada pelos avanços da modernidade e marcada ainda fortemente por resquícios de uma sociedade rural. E como tal articulação mobiliza uma dada educação dos sentidos.

A par de tais considerações, julguei a pertinência de abordar a arquitetura do primeiro grupo escolar de Bragança nesta dissertação, porque ela traz as marcas dos ideais republicanos, liberais e educacionais da época, endossando o que Escolano propõe:

A arquitetura escolar é também por si mesma um programa, uma espécie de discurso que institui na sua materialidade um sistema de valores, como os de ordem, disciplina e vigilância, marcos para a aprendizagem sensorial e motora e toda uma semiologia que cobre diferentes símbolos estéticos, culturais e também ideológicos. (VIÑAO FRAGO; ESCOLANO, 2001, p. 26)

O Grupo Escolar está no cerne desse modelo de instrução, proposto em 1893, com um modelo arquitetônico que agruparia as escolas isoladas (apesar destas darem origem aos grupos escolares, pouco se tem pesquisado sobre elas); previa uma organização tanto administrativa como

⁸ Com a proclamação da República, em 1889, as províncias passaram a ser denominadas Estados.

pedagógica, que se concretizou e ganhou visibilidade na própria distribuição dos espaços internos e externos de seus edifícios, sendo vantajoso (inclusive economicamente) para o governo pelo fato de ter centralizado em um mesmo prédio várias salas de aula, com alunos classificados de acordo com idade e grau de escolaridade, sob responsabilidade de um professor e sob o controle de um diretor. Aqui se faz necessário ir ao encontro de Viñao Frago (2001) quando propõe que uma leitura muito empobrecedora de Foucault leva a colocar as questões de poder e controle apenas no contexto escolar, esquecendo-se de analisar o contexto mais amplo no qual ela está inserida. A escola não existe sozinha, assim como a escola tal qual a concebemos é fruto da modernidade. Para Hamilton (2001), a escola na modernidade buscou inculcar os valores necessários para que o Estado Moderno pudesse tomar corpo e fosse aceito como catalisador das demandas sociais, dirimir os conflitos e impor a ordem.

Sendo o grupo escolar este símbolo do progresso liberal, era mister pensar sua localização na trama urbana das cidades. Os primeiros grupos escolares das cidades mais prósperas foram construídos em áreas centrais do espaço urbano, pois como símbolos deveriam ser visíveis pela sua monumentalidade e volumetria e ostentar uma gramática discursiva arquitetônica que enaltecia o novo regime – a recém-proclamada república.

Portanto, havia uma intencionalidade na arquitetura, na escolha da localização e nas novas pretensões educacionais para o grupo escolar. Essa intencionalidade era evidenciar o projeto de modernização educacional e civilização dos liberais republicanos calcados no modelo paulista dos grupos escolares. A nova arquitetura também impunha a maneira dos corpos se relacionarem em seu interior, tendo sido os espaços pensados para educar, ou seja, um elemento curricular invisível, silencioso (FRAGO; ESCOLANO, 2001). Para tanto, considero, como aponta Escolano que:

[...] a “especialização” disciplinar é parte integrante da arquitetura escolar e se observa tanto na separação das salas de aulas (graus, sexos, características dos alunos) como na disposição regular das carteiras (como corredores), coisas que facilitam além disso a rotina de tarefas e a economia do tempo. Essa “especialização” organiza minuciosamente os movimentos e os gestos e faz com que a escola seja um “continente de poder.” (FRAGO; ESCOLANO, 2001, p. 27-28)

É importante também notar a preocupação em relação ao encontro de alunos de sexos distintos nos corredores escolares. As salas de aulas eram separadas entre alas de meninos e meninas, caracterizadas por dois portões nas laterais dos edifícios. No centro dos grupos escolares,

podia-se observar um portão exclusivo para a entrada dos professores e do diretor.

Assim, com a criação dos Grupos Escolares, uma nova identidade profissional e educacional se instituiu, pois a fiscalização do corpo docente se tornou constante e a organização do ensino, do tempo e do espaço escolar, mais sistemática. A ela também caberia moldar o caráter (virtudes morais, amor às normas e respeito aos superiores) das crianças, pois estes eram considerados os futuros cidadãos do país.

A constituição do grupo escolar foi acompanhada pela adoção do método intuitivo, pois se acreditava que ele facilitaria o aprendizado dos alunos, o que significou abandonar o método mútuo.

1.5 Do método mútuo ao método intuitivo

No início do século XIX surgirá o método mútuo ou monitorial. Até então o ensino se dava por meio de aulas individuais (o professor ensinava leitura, escrita, contar a cada aluno em separado e, enquanto ensinava a um, os outros trabalhavam sozinhos e quietos) (BASTOS, 2010). As aulas individuais não eram padronizadas, dependia dos professores o conteúdo que seria ensinado, portanto, este variava bastante. O professor dedicava a cada aluno pouco tempo para as explicações, e os meios coercitivos eram a forma de garantir a disciplina durante o trabalho.

O ensino lancasteriano, aplicado nas escolas isoladas, é substituído pelo método mútuo, que, segundo BASTOS, propunha que era papel:

[...] do professor instruir e dirigir simultaneamente todos os alunos, que realizam os mesmos trabalhos, ao mesmo tempo. O ensino é coletivo e apresentado ao grupo de alunos reunidos em função da matéria a ser ensinada. Os alunos são divididos de maneira mais ou menos homogênea de acordo com o seu grau de instrução. Para cada grupo de classe, um professor ensina e adota material igual para todos. (2010, p. 35)

Esse método traz a ideia de alunos sendo ensinados por seus colegas monitores, reunidos em um lugar espaçoso, um número grande de alunos (chegando a centenas) ficando sob a direção de um professor (cuja mesa fica em cima de um estrado, para que possa enxergar toda a sala). Vários bancos enfileirados formariam as classes, termo que designa os conhecimentos correspondentes a cada grupo de alunos. Os mesmos poderiam fazer parte de várias classes diferentes (estar em uma classe mais adiantada em leitura do que em cálculo, por exemplo).

Os trabalhos propostos pelo professor eram dirigidos pelo monitor, aluno que dentro de uma determinada matéria se distinguia dos demais. Antes da aula o professor lhe dá as instruções para

aquele dia de trabalho e, quando os demais alunos chegam à escola, caberia ao monitor lhes passar os conhecimentos anteriormente ensinados pelo professor.

Como aponta Bastos (2010), esse método vinha ao encontro das necessidades da modernidade: diminuir custos (um mestre para muitos alunos), alcançar várias crianças em um período de tempo curto (a intenção era atender até 100 crianças em uma aula) e inculcar a disciplina e ordem necessárias em um processo emergente de industrialização. Porém, a autora alerta que no Brasil nunca, de fato, esse método foi implantado; o que houve foi “[...] adoção de medidas legais e de muita discussão política em torno das vantagens e desvantagens do método [...]”, e das dificuldades em implantá-lo. Na realidade, não houve um número suficiente de professores para tal projeto nem havia locais que comportassem 100 alunos ao mesmo tempo. Ainda na modernidade, havia um anseio político a ser atendido através de um método pedagógico: “[...] formar o cidadão republicano, o simulacro do homem moderno” (SOUZA, 1998).

Para tal, buscou-se uma renovação na instrução pública, renovação esta cunhada sob duas bases: formar os professores e adotar o método intuitivo. Uma questão levantada por Souza (1998) seria por que a questão do método de ensino tomara tamanha proporção no século XIX. Segundo a autora:

A confiança no método fazia parte da mentalidade do século XIX, impregnada dos princípios de racionalização da produção e da vida social. O método era um guia, o caminho seguro para alcançar objetivos e metas estabelecidas. Entende-se, assim, como tal elaboração atinge o campo educacional precisamente no momento em que era forçosa a racionalização dos sistemas educativos com a difusão da escolarização em massa. (SOUZA, 1998, p. 159)

O método que se julgava então o mais moderno e capaz de atingir tais objetivos era o método intuitivo, ou lição das coisas. Nele afirmava-se que o aluno deveria aprender tendo contato com o objeto concreto, educando-se assim através dos sentidos, discernindo as qualidades dos objetos propostos. Portanto:

A seriação e a uniformização dos conteúdos sancionados pelo método ‘lições de coisas’ foi responsável por organizar o tempo escolar, distribuindo gradualmente os conteúdos nos quatro anos que compunham o primário, o que resultou no uso de livros didáticos, de literatura infantil e cartilhas ajustados ao currículo da escola primária. Entretanto, o caráter inovador desse método não impediu críticas de parte dos professores dos grupos escolares, que foram refratários às mudanças que lhes eram impostas pelas autoridades de ensino que, na maioria dos casos, estavam longe do cotidiano escolar. (BENCOSTTA, 1986, p. 72)

Ou seja, o método intuitivo consistia no valorizar os sentidos como base para o conhecimento, um método que se aproximava do científico, pois compreendia que o conhecimento decorria da observação e dos sentidos⁹. Segundo esse método, o ensino deveria partir do concreto para o abstrato, do saber adquirido ao desconhecido, do específico para o geral.

No Brasil, o método intuitivo chegou por meio de escolas particulares, cujos idealizadores tiveram contato com ele em exposições escolares organizadas no quadro das Exposições Universais, que o apresentavam como ponto de qualidade e inovação. Porém, foi com o decreto 7.274, de 19 de abril de 1879, de Leôncio de Carvalho, que a orientação pelo método intuitivo foi tomada como parte da reforma do ensino primário e secundário na corte, influenciando a adoção da mesma pelas outras províncias, na década de 1880, tendo em São Paulo, com a reforma da Escola Normal (1890), sua consolidação na educação pública.

É nesse contexto político, pedagógico e amplo que a criação dos grupos escolares aconteceu. O grupo escolar seria o *locus* da educação moderna, formador do cidadão disciplinado e docilizado para uma postura de, não mais “saber-fazer”, mas apenas “fazer”, neste “lugar em mudanças” chamado cidade.

1.6 Periódicos

Dentre as fontes documentais que pesquisei, privilegiei os periódicos da época por trazerem de forma mais nítida as tensões e articulações entre a cultura letrada, campo privilegiado de expressão das elites, e a oralidade, que constituem dimensão fundamental da formação das culturas urbanas e das relações de poder na cidade moderna.

Nessa conjuntura (modernidade), a difusão e a popularização da cultura letrada viam processos como a escolarização em massa, o desenvolvimento da linguagem comercial da propaganda e a formação de uma imprensa comercial colocarem-se como questões importantes para a compreensão das novas redes de comunicação social na metrópole e das relações de poder que aí emergiram. Principalmente as últimas décadas do século XIX foram surpreendidas pela turbulência

⁹ Segundo Souza, tal método surgiu na Alemanha pela iniciativa de vários pensadores, em especial Pestalozzi, no final do século XVIII, tendo por base as ideias de filósofos como Locke, Hume, Rousseau, Rabelais, Comenius, Froebel, entre outros (SOUZA, 1998, p. 159).

das transformações sociais que a cultura letrada e a imprensa começaram a fazer no cotidiano da população urbana, para além dos estreitos limites das elites tradicionais (CRUZ, 2000, p. 33-42).

Imprensa e progresso, letras e luzes eram frequentemente associados nas páginas dos periódicos nesse período. De acordo com tais periódicos, abriu-se então uma nova era de reformas e progressos. Já no Editorial de um periódico bragantino, foi possível flagrar a importância reconhecida do papel da imprensa nesse processo:

A imprensa periodica e a sociedade precisam proteger-se mutuamente. Já o dissemos e repetimos; e a razão é que, se é pela sociedade que vive o jornal, é a seu turno pelo jornal que a sociedade se anima e engrandece; é pelo jornal que se defendem os direitos do povo, as regalias do cidadão e se ventitam assumptos de interesse publico. Desse connubio salutar, desse auxilio mutuo, dessa troca de serviços reciprocos depende o bem estar social; o publico fornecendo ás empresas jornalisticas elementos de existencia; o jornal espalhando ideias, desenvolvendo principios , estudando as questões da actualidade , advogando a causa do povo e pondo seu leitor a par dos factos mais notaveis que se dão no logar, no paiz e no estrangeiro.[...] Sem o apoio popular não existiria imprensa; sem imprensa não haveria jornaes nem leitura facil , commoda e barata. Conclue-se d'aqui que o jornal é uma entidade necessaria ao viver das modernas sociedades: è o evangelizador do povo, o vehiculo da opiniao, o archote da civilização. Sem imprensa não haveria progresso possivel. A cultura e adiantamento dos povos sempre se afere pelo numero de jornaes que sustentam: assim, a Suissa, os Estados Unidos, a Alemanha, a França, a Inglaterra e Belgica são considerados os paizes mais civilizados, porque fazem circular pelas massas populares maior numero de folhas e impressos. [...] Na esphera curta e acanhada em que naturalmente vive uma empreza local, o nosso jornal, em pontos minimos, vê tambem de anno a anno crescer o numero de seus leitores: prova de que o amor da leitura se vae desenvolvendo entre nós. A imprensa, porem, em logares pequenos, está subjeita a nul contratempes. Mal firmada, qualquer tufão a faz pender. [...] O jornal não è palmatoria do mundo. Sua missão é mais nobre e elevada: convencer, persuadir, moralisar e instruir por meios brandos e reflectidos. (O GUARIPOCABA, 31/08/1879, n. 126, p. 1)

Para os contemporâneos daquela época, foi extraordinário o desenvolvimento da imprensa, demonstrado por um grande número de jornais e publicações diversas, então em circulação. Expandiam-se as vias de comunicação, móvel de todo o progresso.

Assim se formavam centros literários e, sobretudo, políticos. Velocidade, mobilidade, eficiência e pressa tornaram-se marcas distintivas do modo de vida urbano, e a imprensa, lugar privilegiado da informação e de sua difusão, tomou parte ativa nesse processo de aceleração. Os jornais diários profissionalizavam-se, sem perder o caráter opinativo e de intervenção na vida pública. Os novos métodos de impressão permitiram expressivo aumento das tiragens, melhora da qualidade e barateamento dos exemplares. Aos imperativos ditados pela busca de produtividade e

lucro, alivia-se a intenção de oferecer aos consumidores uma mercadoria atraente, visualmente aprimorada, capaz de atender aos anseios da crescente classe média urbana e dos novos grupos letrados. Contudo, a mudança de maior monta, e que de certa forma abarca as demais, residiu na forma de abordar a notícia, expressa no declínio da doutrinação em prol da informação. Consagrava-se a ideia de que o jornal cumpre a nobre função de informar ao leitor o que se passou, respeitando rigorosamente a verdade dos fatos (DE LUCA, 2005, p. 136-138).

Nos periódicos utilizados durante a pesquisa, pudemos constatar que as notícias tentam descrever minuciosamente o acontecimento. Em uma delas,

Fazenda da Boa Esperança – O proprietário d’esta fazenda, sita no bairro de Anhumas d’este município, acaba de melhorar seu estabelecimento com a montagem de uma excelente machina de beneficiar café, movida a vapor. O sibilo da machina, ouvido pela primeira vez por aquellas alturas produzio entre a gente rústica um verdadeiro panico. Segundo nos foi referido, uns pobres homens que trabalhavam em uma roçada, a duas legoas da mencionada fazenda, ouvindo um som agudo e vibrante a que não estavam acostumados, correram espavoridos, largando ferramentas, chapeos e paletós, pensando uns que os guinchos eram prenuncios de alguma fatalidade, e outros que eram vagelos de onça cangussú que se aproximava. O caso é que mais um melhoramento surge no importante bairro de Anhumas com o assentamento da machina a que nos referimos, e que está funcionando perfeitamente. (O GUARIPOCABA, 10/10/1886, n. 588, p. 1)

Os espaços de sociabilidade da vida cultural das elites amplia-se na virada do século XIX para XX. Antes restrita às irmandades religiosas, sociedades secretas e algumas poucas associações literárias, privilégio quase exclusivo das camadas masculinas dos proprietários-doutores-literatos, a vida associativa expande-se e adquire novas conotações. As associações literárias e recreativas, os grupos teatrais e artísticos, os clubes esportivos, as associações beneficentes e instrutivas são espaços que articulam vivências coletivas não só da elite masculina, mas de setores sociais bastante diversificados. Nesses novos espaços da vida urbana, de inúmeras e complexas maneiras, a escrita, e principalmente a palavra impressa, estabelece novas articulações na vida cotidiana da cidade. (CRUZ, 2000, p. 65-66). Para Cruz, “Nas últimas décadas do século XIX, misturada às necessidades colocadas pelo desenvolvimento das escritas e controles mercantis, [...] a escrita desce do pedestal e começa a invadir a vida cotidiana da cidade” (CRUZ, 2000, p. 66).

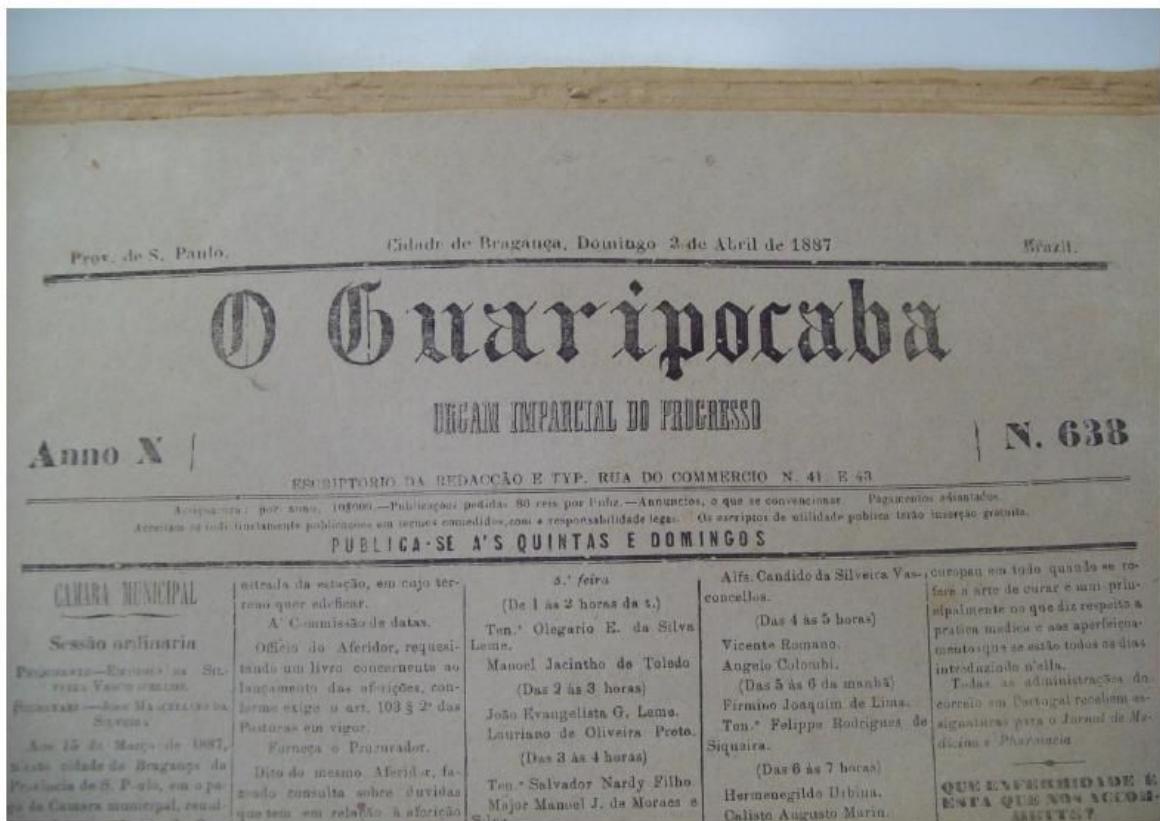
O novo cenário citadino da virada do século XIX para o XX abrigava uma infinidade de publicações periódicas: almanaques, folhetos publicitários de casas comerciais e indústrias, jornais

de associações recreativas, de bairros e de etnias específicas. Foi a partir das décadas iniciais do século XX que os proprietários das empresas jornalísticas abandonaram os métodos artesanais e, em consonância com os interesses ditados pelo lucro, passaram a administrar racionalmente o empreendimento, atentos à otimização dos recursos e à constante atualização da maquinaria e material tipográfico, essenciais para uma atividade inserida no circuito capitalista. O advento da ilustração foi essencial para o impulso e a diversificação do impresso periódico, ainda mais em um país onde o rarefeito público leitor avançava lentamente entre os anônimos leitores de folhetins e os assíduos frequentadores de teatros; circulavam intelectuais, homens de letras, estudantes, jornalistas, algumas sinhás-moças e até velhotas capazes de leitura (DE LUCA, 2005, p. 133-135).

A imprensa periódica vira moda e transforma-se no principal produto da cultura impressa, e o periodismo emerge como um importante espaço de renovação da cultura letrada. Assim, a cidade intromete-se na imprensa. O crescimento da cidade, a diversificação das atividades econômicas, a ampliação do mercado e o desenvolvimento da vida mundana são incorporados às formas e conteúdos dessas publicações. Por intermédio de novas temáticas, personagens e linguagens, o processo social que transforma a cidade passa também a configurar as publicações (CRUZ, 2000, p. 71-80). Nos periódicos pesquisados, o espaço entre as notícias e as propagandas são quase divididos igualmente. Em um periódico de quatro páginas, as informações ocupam, em média, duas páginas e meia, enquanto os anúncios ocupam uma página e meia.

Campo privilegiado de formulação, articulação e expressão dos modos de pensar das elites paulistas, ao projetar-se sobre a cidade em transformação e, principalmente, seus terrenos populares, a cultura letrada expõe-se a inúmeros embates e desafios. Valorizada na prática social dos diversos segmentos, construindo-se como um importante veículo de formulação e difusão dos imaginários sociais no período, no seu fazer-se, a imprensa constitui um campo de disputa extremamente dinâmico de diferentes projetos sociais. Na reflexão letrada daquele período, a imprensa começa a ser entendida não só como instrumento de articulação e discussão das posições e interesses das elites, mas também, e principalmente, como veículo de formação cultural e moral do povo. Nas páginas dessa imprensa, o povo e o popular articulam-se nos discursos dos setores dominantes sobre o caráter da nacionalidade, sobre a higienização do espaço urbano, sobre a instrução pública, etc. Nesses discursos, projetos e iniciativas para proteger a infância desvalida, para assistir a mãe trabalhadora, para educar os pobres, para formar a massa trabalhadora, assumindo a qualificação de popular, dão visibilidade às posições das elites (CRUZ, 2000, p. 165-166).

E em Bragança não foi diferente. Segundo o *Almanaque de Bragança para 1900*, foi um senhor chamado José Candido Furquim de Campos quem, em janeiro de 1875, trouxe o primeiro prelo, fundando, em fevereiro desse mesmo ano, com o nome de *Seculo 19*, o primeiro jornal bragantino, passando, três anos depois, a propriedade da tipografia a uma associação que então começou a estampar um outro jornal, intitulado *O Guaripocaba*, cujo fundador foi o major Manoel de Almeida Carneiro, que, além de negociante, desempenhou sucessivamente as funções de solicitador do foro, oficial do registro de hipotecas e escrivão do júri. Quando ainda se publicava esse jornal, o Capitão Furquim de Campos comprou um outro prelo, começando então a publicar outro semanário, com o nome de *Labaro*, órgão aparentemente sem conotação política e de cunho mais popular. Mais tarde, esse mesmo semanário passou a denominar-se *Bragancense*, e os exemplares de sua publicação, que se fazia em dias indeterminados, eram distribuídos gratuitamente. Apareceu em seguida o *Guaripocaba-mirim*, fundado pelo tenente Francisco da Silveira Guimarães e de que foram redatores José Guilherme e o major Almeida Carneiro. Em 3 de novembro de 1895 foi fundado o *Cidade de Bragança*. Pouco tempo depois, fundada pelo Sr. Alferes José Maia e redigida pelos “[...] drs. Joviano Telles e José Hermenegildo Pereira Guimarães”, apareceu a *Gazeta Republicana*, jornal de oposição ao partido republicano, como consta no Catálogo da coleção de periódicos (1992).



Fotografia 1: Jornal *O Guaripocaba*, fundado por Manoel de Almeida Carneiro.

Fonte: CDAPH

Interessante notar que o jornal se posiciona como um “órgão imparcial do progresso”, mesmo que em seus editoriais defenda uma posição nitidamente liberal.



Fotografia 2. Parte central da Cidade de Bragança – Jornal *Cidade de Bragança*, 1909.

Fonte: CDAPH

Já neste jornal há um posicionamento nitidamente republicano, ele era publicado duas vezes por semana.

CAPÍTULO II – BRAGANÇA – DAS ESCOLAS ISOLADAS À IDOLATRADA: AS VEREDAS POLÍTICAS DO APAGAMENTO DE HISTÓRIAS E MEMÓRIAS LOCAIS

2.1 Breve trajetória histórica de Bragança¹⁰

Inseridos neste contexto, teremos a construção do primeiro grupo escolar bragantino, porém, antes de tratar dele, se fazem necessárias algumas considerações em relação à história de Bragança. Para falar do Grupo, temos que passar pela contextualização da malha urbana que então se formava, porque discutir a formação da escola é discutir a educação da sensibilidade das pessoas nesta cidade, pois a arquitetura e sua formação é uma “forma silenciosa de ensino”, ou seja, a questão do espaço implica conhecimento e identidade (FRAGO; ESCOLANO, 2001).

Bragança se formou em torno de uma capela, como várias cidades brasileiras. De acordo com os almanaques da cidade, em 1765, o povoado já havia crescido e recebeu o título de freguesia; em 1797 passou a Vila e, em 1856, a cidade. Bragança tinha suas principais atividades econômicas tanto na cafeicultura como no cultivo de cereais exportados (BUENO, 2007; ISHIZU, 2009).



Fotografia 3: Largo da Matriz, 1900.

¹⁰ Ao emancipar-se de Atibaia, em 1856, a vila passa a ser chamada de Bragança e, apenas em 1944, para diferenciar-se de uma cidade homônima no Pará, é que recebe o “Paulista” no final do nome.

Fonte: CDAPH

Desde o fim do século XIX, segundo os periódicos locais, Bragança passou por grande desenvolvimento e modernização urbana. No período, tem-se a fundação da Irmandade da Santa Casa de Misericórdia (1874), do primeiro jornal da cidade, nomeado “Século 19” (1875); do “Club dos escravos” (1881), da estrada de Ferro Bragantina (1884), da rede de abastecimento de água (1893), da Companhia Telefônica (1896) e a criação do primeiro grupo escolar da cidade (1897).



Fotografia 4: Mapa da região central e adjacências de Bragança.

Fonte: Dissertação de mestrado de Andrea Luri Ishizu (*Evolução da malha urbana e a arquitetura de Bragança Paulista: 1884-1967*, 2009, p. 30)

Esse desenvolvimento, longe de ser linear, é matizado por conflitos e divergências – desde a postura esperada dos habitantes desta cidade que se transformava, da postura política dos grandes proprietários rurais e comerciantes locais, até quais símbolos seriam erigidos enquanto monumentos para simbolizar esta passagem de uma “cidade arcaica para uma cidade moderna”, em um exercício

de inclusão/exclusão dentro dessa cidade que tinha por projeto liberal a formação do cidadão bragantino.



Fotografia 5: Foto panorâmica de Bragança, 1905.

Fonte: CDAPH

No jornal *O Guaripocaba*¹¹ de 7 de outubro de 1877, em um editorial que denunciava o livre trânsito de morféticos pela cidade, o autor deixa claro que a missão do jornal, órgão republicano, era o de auxiliar no engrandecimento do município pelo desenvolvimento moral e material. Esses doentes, portanto, deveriam ser retirados da cidade, pois, segundo o autor, ao ficar pedindo esmolas pelas ruas da cidade, eles davam um mau exemplo para a juventude, assim como estimulavam os escravos a, seguindo-os, pegarem a doença e assim serem libertos, sendo de certa maneira uma forma de “resistência desarmada”.

Para o desenvolvimento moral e material da cidade, a partir de 1877, vários códigos de postura serão impostos e publicados nos jornais da cidade. Esses códigos de postura preconizavam desde o como se comportar até as medidas esperadas para as reformas e manutenção das casas e

¹¹O jornal “O Guaripocaba” tinha por *slogan* a seguinte frase: “Semanario Imparcial, Literario e Noticioso”. Seu gerente era Manoel d’Almeida Carneiro. Foi fundado em 17/06/1877, de propriedade do Club Litterario Bragantino, antigo clube republicano, tendo como colaboradores José Guilherme Cristiano, Pe. João Batista de Oliveira Salgado, Pedro Alvares Coutinho, Joaquim Roberto de Carvalho Pinto Filho e Nicolao Asprino.

ruas da cidade. O descumprimento de seus artigos era passível de multas. A mesma edição com o editorial sobre os morféticos traz páginas e páginas destes códigos de postura aprovados pela Câmara Municipal. Na parte sobre edificações, foi sancionado que:

Art. 14 As ruas e travessas novamente abertas por ordem da camara, nunca terão menos de 11 metros de largura. Os largos e praças serão quadradas tanto quanto o terreno permittir. (O GUARIPOCABA, 07/10/1877, ano I, n. 11, p. 1)

A educação política e civilizadora, na perspectiva dos liberais locais, na cidade, passava portanto pela experiência (BENJAMIN, 1994), por força de lei, da racionalidade prescrita para seu novo traçado. No artigo seguinte, deixava claro que nenhum prédio poderia ser construído dentro da cidade sem que se conservasse a simetria e regularidade mencionadas naquele código.

No artigo 17, ficavam os cidadãos instruídos de que as portas dos prédios que se edificassem ou fossem reconstruídos deveriam ter 3 metros de altura, assim como ser pintadas, e ficava terminantemente proibido o uso de palha para os telhados, sendo obrigatória, assim, a cobertura das casas com telhas.

Se os doentes eram explicitamente colocados como aqueles que não deveriam frequentar a cidade, como se pode notar pelos diferentes códigos de postura, implicitamente eram também excluídos da cidade o iletrado, o *caipira*. Em vários números do jornal *O Guaripocaba* vemos notas trazendo a etimologia da palavra *caipira*, concluindo que essa palavra seria sinônimo de rude, grosseiro. Uma notícia interessante encontrada no jornal é a da instalação de uma máquina de beneficiar café na fazenda Boa Esperança, no bairro de Anhumas. Ao instalar a máquina, esta começou a fazer um barulho estridente causando pânico aos trabalhadores. Segundo a notícia:

O sibilo da machina, ouvido pela primeira vez por aquellas alturas produzio entre a gente rústica um verdadeiro panico. Segundo nos foi referido, uns pobres homens que trabalhavam em uma roçada a duas legoas da mencionada fazenda, ouvindo um som agudo e vibrante a que não estavam acostumados, correram espavoridos, largando ferramentas, chapéos e paletós, pensando uns que os guinchos eram prenuncios de alguma fatalidade [...] (O GUARIPOCABA, 10/10/1886, ano X, n. 588, p. 1)

A convivência entre estes dois mundos: campo/cidade, nesse momento configuram um dos motes de tensão em Bragança. Enquanto, por um lado, há códigos e leis procurando moldar a postura do bragantino; por outro, há o modo de vida e a forma de sustento das pessoas “da roça”. Enquanto, por um lado, há um colégio particular; por outro, há o curtidor de couro. Uma nota de

final de jornal, assinada ironicamente por “o nariz do próximo”, reclama ao senhor fiscal, a Deus e “por todos os santos”, que fosse à rua do Comércio, por trás da rua do Rosário, junto ao Colégio Bragantino, pois ali havia um antigo açougue, que então estava sendo usado como depósito de couro, e retirasse dali esses [...] couros podres e fétidos q’exhalam umas nauseas pestilentas e insuportaveis, trazendo incomodade a vizinhança [...] (O GUARIPOCABA, 22/11/1888, ano XII, n. 805, p. 2).

A higiene e o embelezamento tornam-se assuntos cada vez mais frequentes nos jornais da cidade. Na edição de 3 de fevereiro de 1887, um extenso texto na primeira página do *O Guaripocaba* explicava como era Bragança e sua necessidade de continuar buscando o progresso. Segundo a notícia, naquele ano, a cidade já tinha mais de um quilômetro de extensão, com dez ruas e onze travessas, as principais tinham (rua do Commercio e as do Coronel Osorio, Direita e Lavapés) quase a extensão total da cidade, e, apesar desse tamanho, o autor da notícia denuncia a falta de “largos ou praças”. A preocupação era a seguinte: com o crescimento da cidade, haveria mais prédios, casas, aumento populacional – menos árvores e locais a céu aberto. Com largos e praças se privilegia mais vida ao ar livre, ar puro, assim evitando a disseminação de doenças pelo ar. A preocupação do autor com a higiene e o ar puro é a mesma que impele que seja retirado o curtidor de couro e o ar podre que o trabalho deste exala. Bragança vive com realidades contraditórias: cidade/campo, leitor de jornal/roceiro, aluno do colégio bragantino/curtidor de couro dividindo as mesmas ruas.

2.2 Os republicanos bragantinos

Noite secular – é assim que em longo artigo de primeira página o jornal *Quinze de Novembro* do dia 5 de dezembro de 1889 relembra a Proclamação da República. Noite secular é a forma como os republicanos locais enxergavam o que havia sido a monarquia no Brasil. Para o escritor, a monarquia foram trevas, um estado de coma, e agora raiava o sol da liberdade para a pátria brasileira¹².

É clara a ideia, o projeto, de total corte e desprezo por tudo que teria sido a monarquia,

¹² *Depois da noite secular cujas trevas envolverão a Patria Brasileira, depois de somno profundo, comatoso, depois de modorra mórbida em que a Patira esteve mergulhada, asphyxiada pelos vapores mephylieos, pestilenciaes que se desprendião dos pântanos infectos, da Monarchia, a Patria Brasileira estremece ao crepúsculo da republica e levanta-se forte e risonha ao receber o beijo inflamado do sol da liberdade*

assim como o que lembrasse esse passado inglório – o sol, a luz, o futuro era o que se almejava nesses novos tempos. Não só se pintava a imagem da república com uma natureza nefasta, sombria, doentia, mas da mesma maneira se ilustrava a figura do ex-imperador ao receber a mensagem de expatriação – o jornal o descreve “trêmulo, *pallido*, *receioso*, o olhar incerto, o espírito inquieto [...]”. Ao ler a notícia e a forma como é descrita a monarquia, é impossível não relacionar ao estado de natureza que justamente os códigos de postura e as constantes reformas na cidade lutavam para silenciar e apagar – retirar as cabras do Lavapés, o curtidor da rua perto do colégio, levar para longe os morféticos. A descrição da monarquia pelo jornal remete à higienização que há anos vinha ocorrendo na própria cidade. Da mesma forma, a leitura da descrição do ex-imperador remete à imagem do roceiro que pela primeira vez ouviu a máquina de beneficiar café – ambos pálidos, trêmulos, incertos do que estava acontecendo. Nas notícias de *O Guaripocaba*, *Gazeta de Bragança*, *Quinze de Novembro*, *A Notícia*, *O Bragantino* e *Cidade de Bragança*, temos, na verdade, a construção de duas imagens ambivalentes com a intenção de marcar privilegiadamente dois momentos de forma bastante parcial – a monarquia, representando tudo que é atraso, arcaico, doentio e retrógrado; a república como sinônimo de luz, salvação, limpeza, novo, moderno.

A posição de repulsa pela monarquia por parte de alguns ia além dos jornais, ela tomava as ruas, em desfile. No *Anuário de Bragança*¹³ de 1902¹⁴ há um resumo de como foram os dias da proclamação da República em Bragança. Segundo o anuário, na tarde do dia 17 de novembro de 1889 um número considerável de bragantinos se encontraram no edifício da Câmara Municipal, convidados pela Comissão Municipal do Partido Republicano, ao som de uma banda que tocava a Marselhesa!¹⁵

À sacada central do edifício, foi proclamado o Governo Provisório Republicano da Província de São Paulo. Na sequência, foi proclamado o Governo Municipal de Bragança, tendo por membros os seguintes aprovados:

[...] Doutor Honorio Libero, Doutor José Hermenegildo Pereira Guimarães, Doutor Eliseu Guilherme Christian, Cidadãos Manoel Ferreira de Carvalho e Nicoláo Asprino [...] (ANNUARIO DE BRAGANÇA, 1902, p. 57)

¹³ Auto de aclamação popular dos membros do governo municipal da cidade de Bragança, por ordem do governo provisório da Província de São Paulo. *Anuario de Bragança*, 1902 (p. 57).

¹⁴ *Anuario de Bragança* para 1902 – organizado por Jose' Maximo Pinheiro Lima 1º anno editora typ. da cidade de Bragança.

¹⁵ A Marselhesa, atual hino francês, é considerada em sua composição uma canção revolucionária entoada pelos soldados, principalmente durante a revolução francesa. Segundo Dumouriez, ministro da Guerra da França, ela seria o “Te Deum” da República.

Destes, foi tomado por presidente o senhor Manoel Ferreira de Carvalho. Estavam presentes várias autoridades, entre elas os editores dos principais jornais de Bragança (quem serviu de secretário e fez a ata do evento foi José Guilherme:

Doutor Antonio José Lopes Rodrigues, Juiz de Direito da Comarca, Doutor Pedro Nolasco Xavier de Paula, Juiz de Direito Substituto, Theophilo Francisco da Silva Leme, João Chrysostomo Martins Ferreira, Doutor José Hermenegildo Guimarães e Nicoláo Aspino, Doutor Eliseu Guilherme Christiano (ANNUARIO DE BRAGANÇA, 1902, p. 57)

Em seguida, o Doutor Juiz de Direito fez uma exposição sobre o estado de decadência moral dos partidos monárquicos, que só poderiam ser “aniquilados” pelo novo regime que ele apoiava. Os republicanos bragantinos formaram o Club Republicano, em janeiro de 1887, na casa de Nicoláo Asprino.

Como todos os jornais pesquisados são republicanos, muitos trazem editoriais que deixam clara a concepção moral do partido. A civilidade do homem se encontrava, como afirmado anteriormente, em duas bases: moralidade e propriedade de bens materiais (GREIVE, 2002). Em um desses editoriais, com o título *Educação popular*, temos a seguinte premissa: “O trabalho nobilita o homem, enriquece-o, e o torna útil a si e á sociedade¹⁶.” Trabalhador, enriquecimento e utilidade para a sociedade – longe do caipira assustado pela máquina de beneficiar o café, ou o ex-imperador sem saber o que fazer diante de sua queda, esta é a figura almejada e esperada do homem liberal moderno. Como continua o texto do *Anuário* de 1902, o homem habituado ao trabalho honesto é “[...] sempre um bom cidadão, bom pai, bom amigo [...] a sociedade é o gérmen de todos os vícios.”

É necessário, porém, entender o que é o trabalho. Pela definição do autor, trabalho, “[...] segundo os economistas, consiste na applicação das faculdades humanas para a produção. [...] ou é physico ou intellectual”. Ou é físico ou é intelectual, exemplifica o autor o trabalho árduo do sábio que, no silêncio de seu gabinete, firma os princípios das “[...] sciencias necessárias e úteis á humanidade”, ou o lavrador, que, ao suportar a intensidade do calor do sol, abre a terra para ali lançar as sementes para a lavoura.

Apesar de concordarem quanto à modernização de Bragança e à moralidade a ser trazida com os códigos de postura, os republicanos bragantinos não eram coesos quanto à política nacional.

¹⁶ 10. *O Bragantino*, n. 47, 27/01/1877.

As diferenças quanto o rumo político do país acabou por promover em Bragança (a exemplo das tensões que ocorreram em São Paulo) uma cisão no partido republicano. Em uma nota de jornal, “um sócio” perguntava, entre provocativo e irônico:

Havendo nesse club grande numero de socios pertencentes uns ao grupo Glycerista outros ao Prudentista, não será justo que a directoria renuncie o cargo, elegendo-se outra de confiança da maioria?¹⁷

Segundo SOUZA (2007, p. 241), com o advento da República houve a contraposição de duas correntes políticas, sendo a primeira “[...] a industrialista, caracterizada como democratista, modernizante, progressista, positivista, especulativa e inflacionária”; enquanto a segunda era formada por “[...] agricultores, era conservadora e mais sólida no sistema político brasileiro, sendo a elite dela os cafeicultores do estado de São Paulo, que compunham a principal burguesia agrário-exportadora do Brasil.” Enquanto o PRF (Partido Republicano Federal), liderado por Francisco Glicério, defendia a primeira visão política, dando apoio a Floriano Peixoto, o PRP (Partido Republicano Paulista), nesse período, defendia o segundo ponto de vista e, liderado por Jorge Tibiriçá, apoiava Campos Sales (SOARES, 1958).

Em Bragança, enquanto havia parte do partido republicano que apoiava a Glicério (e pelas colocações no jornal local fica patente o posicionamento glicerista de Manoel Carneiro, editor do jornal *O Guaripocaba* e depois do jornal *A Notícia*), havia a força política de Teóphilo Leme, que era salista.

Enquanto há o pedido de uma revisão no partido republicano de Bragança por parte dos editores do jornal, há também textos pagos que criticam o aparecimento do segmento glicerista no partido. No jornal *Cidade de Bragança*¹⁸ há a seguinte crítica:

Em política a semana triste andou movimentada, dando-nos um partido glycerista, cousa que por cá não tínhamos, e que pelo que dizem contrariou aos ante-militantes que ao verem o negocio torcido plagiaram a raposa da fabula mirando os sazonados cachos de uvas [...] (CIDADE DE BRAGANÇA, 03/10/1897, n. 201, p. 1)

No mesmo jornal há um artigo intitulado *Santo Antonio*, que faz uma crítica mais ácida acerca da situação política bragantina – uma crítica forte contra as duas visões política. Segundo o

¹⁷ *Cidade de Bragança*, n. 199, de 26 de setembro de 1897.

¹⁸ Jornal fundado em 03/01/1895 por Benedito Rodrigues Moreira, João Salles Pupo e José Villagelim. Tinha como slogan “Órgão dedicado aos interesses do Município e da Zona Bragantina”.

autor anônimo, esses dois grupos são apenas para “inglez ver” e são situacionistas, pois não teriam problema algum em voltar a ser monarquistas se isso lhes conviesse.

Realizou-se a eleição de um vereador em dias passados.

O pleito correu sem oposição apesar de termos dois partidos políticos, na arena (para inglez ver) um Campo Sallista... outro... Glycerista? Isto si não é *maromba* indecente, não sei que qualificação pode se lhe dar. (CIDADE DE BRAGANÇA, 17/10/1897, n. 204, p. 2)

Ainda nesse texto (de duas colunas no jornal), o autor denuncia que se podia garantir que as pessoas envolvidas nas eleições em Bragança usavam de meios fraudulentos e não tinham fidelidade a partido político algum; eram apenas indivíduos que tinham o direito de votar (denotando assim que eram pessoas das classes dominantes).

[...] o que temos é um grupo de indivíduos com o direito de exercer o voto, vivo ou morto, porque não sei si os de fora sabem, morto também vota, as vezes, para variar! E’ o que lhes digo e a verdade è essa, nua e crua; aqui não tem política. Aposto cem contra um em como si amanha viesse a monarchia *esses grupos* Sallistas e Glyceristas bandeavam para ella com armas e bagagens e dahi em diante serão muito bons monarchistas. (CIDADE DE BRAGANÇA, 17/10/1897, n. 204, p. 2)

Mesmo com tais críticas, o posicionamento do jornal era de certo respeito por Francisco Glicério. Na primeira página desse mesmo jornal há o relato de uma visita de Glicério a Bragança. Segundo a notícia, cujo título era “Hóspede Ilustre”, sua vinda causou surpresa, pois não era esperada, e ele é descrito como:

[...] um verdadeiro cavalheiro, lhano, affável, de maneiras insinuantes e que tem o dom de agradar a quem com elle trava conversação. E se não fossem os dotes de espírito, a maciesa de phrase e o vigor que sabe imprimir aos conceitos para fazer valer as suas convicções, não se teria salientado como propagandista, no tempo da monarchia, não tinha sido aproveitado, como patriota hábil e criterioso, para fazer parte da valente phalange de republicanos, que com hábil plano e febir execução, deu com a monarchia em terra, e nem, finalmente, conquistaria o prestigioso posto de *leader* da representação nacional. (CIDADE DE BRAGANÇA, 13/02/1896, n. 30, p. 1)

É interessante o *modus operandi* de noticiar as questões políticas pelos jornais. O vocabulário usado para descrever Glicério contrapõe o usado para definir o imperador – um é o exemplo da segurança, polidez e retidão; enquanto o segundo, o da fraqueza, fragilidade e inação. Já em relação

a Tibiriçá e o apagamento, sua visita à Bragança não é noticiada; quando se fala dele é de modo distante e em pequenas notas. O *modus* é da adjetivação, seja positiva, seja negativa, ou o do apagamento.

Essa cisão, entre glyceristas e salistas¹⁹ ficou de tal forma incontornável que, no dia 7 de outubro de 1897, toda a diretoria do partido republicano renunciou à gerência do mesmo. Nessa reunião decidiu-se tornar o *Club* não mais de cunho político, mas sim cultural, mudando o nome dele para Club Literário e Recreativo de Bragança. Algumas semanas depois, o presidente do extinto *Club Republicano*, coronel Teóphilo Leme, se retira para sua fazenda.

Transformações na trama urbana da cidade e na postura de seus cidadãos, cisões políticas e um afastamento de tudo que representava a monarquia tiveram forte impacto no campo educacional em Bragança. Entre as várias escolas particulares que abriram (e fecharam) nessa uma década, um número também grande de escolas isoladas foram criadas, anexadas, mudaram e retornaram para seus lugares de origem. O maior impacto, porém, foi o seu processual apagamento na cidade e a criação do Grupo Escolar Dr. Jorge Tibiriçá. Porém, para se chegar ao Grupo Escolar Dr. Jorge Tibiriçá – escola símbolo de modernidade em Bragança –, houve entre essas escolas isoladas e esse grupo um movimento intermediário, que também fora apagado. Das escolas isoladas foi formado primeiramente o Grupo Escolar de Bragança. Esse grupo escolar é que viria a se tornar o Grupo Escolar Dr. Jorge Tibiriçá.

2.3 Das escolas isoladas ao grupo escolar

Uma grande dificuldade para o projeto republicano de educação no final do século XIX era a distância, a precariedade dos meios de transporte e a comunicação da época. Ainda nesse período, parte da população bragantina vivia em áreas afastadas da trama urbana central da cidade, tornando impossível a implantação de um grupo escolar em cada região da cidade. Assim, a alfabetização das crianças e jovens, sobretudo da região rural, acontecia em escolas isoladas.

Não obstante serem necessárias, essas escolas não se adequavam ao projeto de educação republicana, ainda mais se elas estivessem localizadas na trama urbana. De fato, elas representavam a tentativa monárquica de prover letramento às pessoas. Não tinham a beleza, o tamanho, nem condiziam com a ideia de racionalidade e higiene proposta pelos republicanos bragantinos nos

¹⁹ Francisco Glicério foi líder do PRF, representando a linha dura do florianismo. Ele era favorável à centralização política e grande crítico da excessiva regionalização política. Teve grande apoio no sul do país, porém poucos simpatizantes em São Paulo.

códigos de postura. Mesmo assim, segundo o jornal *A Notícia*²⁰, encontramos a seguinte nota sobre o número de escolas isoladas em São Paulo no ano de 1906:

Escolas providas²¹ – Existem providas em todo o Estado cerca de 1.020 escolas isoladas. O governo não proverá mais nenhuma, por já estar exgotada a verba respectiva. (A NOTÍCIA, 06/10/1906, ano II, n. 100, p. 2)

Existia um número grande de escolas, porém sem os recursos necessários (nem incentivo para perpetuar a existência delas), recursos inclusive para o pagamento dos professores, pois os salários variavam, como aparece na crítica do jornal *O Guaripocaba* pedindo um aumento aos professores:

A condição do professor publico(*) é peor que a do operário. O operário tem melhor salário e póde vestir-se mais economicamente com roupas baratas e grosseiras, apropriadas á sua profissão; em quanto o pedagogo é obrigado a trajar decentemente. [...] elevando seus vencimentos a 1:200\$000 em cidades; 1:000\$000 em freguezias; e 800\$000 em bairros. Não é muito; mas o professor, com tal melhoramento já viverá mais independente e folgadoamente. (O GUARIPOCABA, 26/11/1885, ano IX, n. 499, p. 1)

Além dos salários baixos e variados dos professores e de como as escolas isoladas eram dispersas pelo território do município, não havendo a figura do diretor, o acompanhamento do que era ensinado, o método utilizado, controle e orientação das práticas dos professores pelos inspetores de instrução pública eram muito difíceis, as instalações inadequadas (ou eram em casas ou em locais edificados pelos donos das fazendas onde estavam essas cadeiras das escolas isoladas), levando os professores que lecionavam nessas condições, muitas vezes, ao afastamento ou ao pedido de licença.

Ou seja, a escola isolada consistia em um professor, devidamente autorizado por concurso para provimento de uma cadeira, que alugava ou era mantido por uma pessoa (geralmente um fazendeiro), que lecionava a grupos de alunos em diferentes níveis de adiantamento, muitas vezes sem uma estrutura física adequada (algumas vezes na casa do próprio professor) e de acordo com a tendência metodológica do mesmo, em geral afastada da malha urbana central.

A crítica dos jornais quanto ao fechamento ou a licença de professores era grande, segundo a nota do *O Guaripocaba*:

²⁰ Jornal bissemanal fundado em 21/10/1905. Teve como redator S. Stylita Júnior.

²¹ Escolas Providas eram aquelas escolas com professores designados e que estavam em funcionamento.

Acerca de um mez retirou-se para S. Paulo a sra. D. Brandina Maria das Dores, professora da segunda cadeira do sexo feminino, achando-se, desde então fechada a sua escola. Não consta que obtivesse licença, nem se sabe se tem ou não tenções de voltar. Convem que o sr. dr. Inspector de instrução publica tome providencias. Uma só escola publica de meninas, attenta a população desta cidade, não satisfaz as necessidades do ensino. (O GUARIPOCABA, 07/03/1886, ano X, n. 528, p. 2)

Em uma outra edição do jornal, a professora coloca uma nota informando que:

A abaixo assignada, professora publica da 2ª cadeira desta Cidade, communica aos Senrs. Paes de familia que hoje reabrio a sua escola na rua do comercio n° 46, casa do Sr. Antonio Carneiro
Bragança, 1 de Abril, 86
Brandina Maria das D. (O GUARIPOCABA, 04/04/1886, ano X, n. 535, p. 2)

Antes mesmo da próxima publicação do jornal, a professora já havia tirado licença, ausentando-se novamente:

Por despacho da presidência de 5 do corrente (que só tivemos noticia depois de publicado o nosso numero de domingo passado) foram concedidos 30 dias de licença á professora da 2ª cadeira d' esta cidade sra. d. Brandina Maria das Dores. Sabemos tambem ter-se a mesma sra. casado em S. Paulo. (O GUARIPOCABA, 11/04/1886, ano X, n. 536, p. 2)

A escola, segundo o mesmo jornal, reabriu um mês depois. É significativo que essa movimentação se deu em uma escola de grande importância (era nesse período a única do sexo feminino), no centro da cidade (era uma escola situada na rua do comércio), que fechou e foi reaberta várias vezes. Essa situação agravava-se ao se distanciar da trama urbana central.

No jornal *O Bragantino* n. 47, de 27 de janeiro de 1877, tem-se a notícia da remoção do bairro de Anhumas para o Bairro do Morro grande de Atibaia de outra cadeira:

Removido á meu pedido pelo Exm. Sr. Presidente da Provincia, da cadeira de instrucção primaria do bairro de Anhumas, municipio da cidade de Bragança, para a do bairro da cidade de Atibaia, faço sciente aos interessados que tenho aberto a respectiva escola, a qual funciona provisoriamente em a casa do Sr. João de Sousa de Oliveira, no dito bairro, das 10 horas da manhã ás 2 da tarde, todos os dias úteis. (O BRAGANTINO, 27/01/1877, n. 47, p. 2)

O próprio código de posturas, no capítulo XXIII, sobre a instrução pública, contemplava a ideia de um professor não permanecer muito tempo em uma determinada escola, como relata o jornal *Cidade de Bragança*:

Artigo 287 – A camara creará e manterá nos bairros do município, escolas primarias para ambos os sexos.

§ único. Enquanto as condições financeiras da camara não permittirem a manutenção de escolas em todos os bairros, serão os professores removidos de um para outro bairro, não podendo ficar no mesmo mais de tres annos. (CIDADE DE BRAGANÇA, 03/10/1909, n. 1441, p. 3)

Esses professores eram nomeados mediante um concurso, devendo submeter-se a exame de aritmética, gramática portuguesa, geografia, história pátria, noções de desenho e elementos de geometria. A avaliação dos mesmos era constituída por uma mesa examinadora constituída do inspetor municipal e duas pessoas convidadas pelo prefeito. Depois de admitidos, ainda havia mais uma exigência: deviam estar devidamente vacinados.

Não havia uma unidade curricular nas escolas isoladas, diferindo do que era ensinado em escolas particulares. José Guilherme Christiano, com sua filha, foi um dos primeiros proprietários de um colégio particular em Bragança. Esse colégio tinha como público-alvo meninas e o currículo que seria ensinado era como consta no anúncio do jornal *O Guaripocaba*:

As matérias serão ensinadas conforme o adiantamento das meninas e vontade dos pais, constando de – primeiras letras, grammatica e analyse portugueza, francez, inglez, latim, historia patria e noções da geral, geographia, arithmetica, noções de civilidade e economia domestica, trabalhos de agulha, etc. (O GUARIPOCABA, 23/11/1884, ano VIII, n. 430, p. 3)

Há uma grande diferença no currículo proposto para o concurso das escolas públicas e o proposto pela escola particular de José Guilherme, não só nas matérias a serem lecionadas como línguas estrangeiras, mas também no propósito. Por ser uma escola voltada para meninas, tem-se matérias que formariam a esposa ideal na proposta liberal: economia doméstica e trabalhos de agulha.

Essa pluralidade de currículos não condizia com o padrão esperado pelos republicanos, em particular os bragantinos, posto que para eles a educação seria o meio pelo qual as pessoas poderiam alcançar a cidadania, a propriedade e a razão. Exercer direitos era somente para aqueles que tinham propriedades e, de acordo com os liberais, a maneira de se adquirir propriedade seria mediante o trabalho árduo e a educação. No jornal *O Guaripocaba* de 7 de março de 1880, ano III, n. 181, há um longo editorial defendendo o posicionamento liberal e sugerindo várias mudanças quanto à educação popular. Segundo o editorial: “É principio assentado que o nível moral dos povos

se eleva ao passo que a civilização caminha: e todos os homens de vistas adiantadas reconhecem que o futuro das nações depende do desenvolvimento popular, que só a instrução póde operar” (O GUARIPOCABA, 07/03/1880, ano III, n. 181, p. 1).

Nesse editorial, que toma toda a primeira página do jornal, o autor defende que a difusão da educação deve ser de larga escala, para que o direito ao voto não permaneça limitado a um pequeno número de cidadãos privilegiados. A crítica do autor é que, não faltando escolas primárias e estabelecimentos de instrução nas cidades, o mesmo não ocorre no interior, nos bairros afastados, onde mora justamente a maioria das pessoas. Além de não haver escolas nem mestres, a maior parte dos pais, por trabalharem na lavoura, não teriam condições de mandar seus filhos aos colégios ou às escolas na cidade.

O editorial enumera alguns projetos quanto à instrução pública, dando ênfase a quatro deles: o do Sr. Inglez de Sousa, do Sr. Castilho, do Sr. Leme e do Sr. Barbosa²². O projeto do Sr. Inglez de Sousa sugeria uma reorganização da escola normal, tendo por importância o fato de que, por meio da escola normal, poderia se ter a formação de professores com as necessárias habilitações para o magistério. O projeto do Sr. Castilho propunha que aos pretendentes a cadeiras de primeiras letras se concedesse a faculdade de fazer os exames “nas cabeças de comarca”, conquistando a simpatia do autor do editorial em certa medida, pois segundo o mesmo:

O projeto do Sr. Castilho convem ser adoptado, com respeito ao provimento das cadeiras de bairros e freguezias: não quanto ás de villas e cidades, cujos professores devem passar por provas mais rigorosas, não só porque são melhor remunerados e por isso mais pretendidas taes cadeiras, como porque precisam ter as necessárias habilitações para preparar alumnos para estudos superiores. (O GUARIPOCABA, 07/03/1880, ano III, n. 181, p. 1)

Outra questão apontada no editorial é que a dificuldade e despesas a que estão sujeitos os pretendentes a cadeiras afastam os concorrentes das cadeiras das escolas isoladas dos bairros rurais e capelas. Os habilitados preferem as cadeiras de cidades e vilas, onde:

[...] a sociabilidade proporciona maior somma de gosos e a vida tem mais attractivos. Nos logares onde há menos civilização, e onde os alumnos apenas aspiram a saber ler, escrever e quando muito aprender as quatro operações, o professor que sabe portuguez, caligraphia, arithmetica, elementos de moral e

²² Enquanto foi possível identificar Inglês de Souza (escritor e educador brasileiro, ligado à corrente literária do Naturalismo e proponente de reformas na instrução pública em 1881) e o sr. Leme (Francisco Mariano da Silva Leme, foi vereador de Bragança de 1880 a 1883) por notícias no mesmo jornal, o sr. Castilho e o sr. Barbosa não foram mais citados em periódicos seguintes, nem constam da composição da Câmara Municipal nos anos posteriores.

civilidade, está habilitado a reger uma cadeira. (O GUARIPOCABA, 07/03/1880, ano III, n. 181, p. 1)

O projeto do Sr. Leme propunha que nas cidades, exceto na capital, só houvesse quatro escolas, e nas vilas três. Esse projeto também encontra um parecer favorável do autor da notícia, pois:

[...] as escholâs mixtas dão magníficos resultados, e as nocturnas satisfazem á necessidade de dar instrucção aos adultos, muitos dos quaes desejam vivamente uma eschola onde possam receber o alimento do espirito nas horas em que não se estorvem de ganhar o pão quotidiano para si e suas familias. (O GUARIPOCABA, 07/03/1880, ano III, n. 181, p. 1)

O projeto do Sr. Barbosa Lima autorizaria a subvenção de escolas particulares nos locais onde não houvesse escolas públicas, estabelecendo um imposto de captação com aplicação nessas escolas.

O projecto do Sr. Barbosa Lima é digno de ser traduzido em lei: não assim o que impõe o imposto de capitação. Estes impostos não são fundados na razão e justiça: os direitos devem ser lançados ao povo na razão das rendas do contribuinte. Os impostos de capitação são odiosos, e só se toleram os municipaes, com applicação a obras pias de reconhecida utilidade. (O GUARIPOCABA, 07/03/1880, ano III, n. 181, p. 1)

O editorial mantém explícito o projeto e a importância do ensino para a política liberal. Coloca o ensino obrigatório como uma necessidade proclamada por todos “homens de ideias adiantadas”, pois, segundo o mesmo, havia pais que avaliavam como uma perda de tempo e como prejuízo o fato de os filhos estarem na escola. Acrescenta, ainda, a preocupação quanto ao método de ensino, pois:

É necessário também tractar de substituir os velhos methodos por outros mais racionaes e aperfeiçoados, segundo os progressos da pedagogia. Sabemos que o bom methodo é o bom professor; mas o habito faz que a maioria dos mestres-escholâs vá seguindo a velha rotina, nada introduzindo de novo e bom, por que olham mais a encher o tempo e fazer jus aos honorários, do que aos meios de poderem ensinar os discípulos em o menos tempo e com mais vantagem. (O GUARIPOCABA, 07/03/1880, ano III, n. 181, p. 1)

A reorganização da escola normal, exames para o provimento de cadeiras de capelas, bairros e freguesias, ensino obrigatório e criação de mais cadeiras para todos os bairros – estas eram as exigências colocadas como essenciais para que as pessoas letradas alcançassem o progresso e a

civilidade esperada, na maioria dos artigos que abordavam a educação nos periódicos locais.

Como noticia o jornal *Cidade de Bragança* n. 198, de 1897, o número de matriculados nas escolas no município de Bragança era o seguinte:

[...] *Estadoaes – cidade – 6 escolas*

Frequencia diária: nas escolas masculinas, 116 alumnos e nas femininas, 88; total, 204 alumnos.

Estadoaes – bairros – 4 escolas

Frequencia diária: nas escolas masculinas, 62 alumnos e nas femininas, 49 alumnos; total 111.

Municipaes – bairros – 14 escolas

Frequencia diária: nas escolas masculinas, 202 alumnos e nas femininas, 49 alumnos; total 251. (CIDADE DE BRAGANÇA, 23/09/1897, n. 198, p. 2)

Na mesma nota é informado que o professor da escola de Anhumas, Sr. Angelo Romano, havia recebido licença de 2 meses, fato que ocorria com frequência nas escolas – e que incitava o clamor da imprensa local por mais escolas e professores em nome do progresso local.

Havia tanto um contingente grande de alunos para a época e uma movimentação grande de professores quanto uma enorme dificuldade para se manter controle dos currículos e métodos propostos. Fica patente a necessidade de um estabelecimento de ensino que acatasse as ordens do Estado. Um grupo escolar seria, naquele momento, para a política republicana, a solução para unificar em um lugar essas escolas isoladas.

Segundo o editorial do jornal *Cidade de Bragança*, a instrução pública era assunto em que todos deveriam empenhar-se, pois era “de crença geral” que só pela cultura intelectual que “[...] os povos se elevam e engrandecem”.

A sciencia está generalizada a todas as industrias, de modo que o agricultor, o negociante, o artista e o industrial teem necessidade de possuir conhecimentos especiaes, para se afastarem das velhas praticas rotineiras, e poderem, pelas modernas theorias, adoptar os processos aperfeiçoados, adaptáveis a cada profissão, a cada ramo de industria. (CIDADE DE BRAGANÇA, 12/04/1896, n. 47, p. 1)

O vocabulário utilizado pelo autor demonstra a importância dada à educação enquanto instrumento para um progresso profissional, segundo o exemplo de outros países considerados modernos:

O governo deste Estado, levado pela corrente das ideias modernas e a exemplo do que se dá nos países mais adiantados da Europa e América, tem dado nestes últimos anos um grande impulso a tudo quanto se refere à instrução, já reformando métodos e sistemas de ensino, já melhorando e aumentando as escolas normais, para preparo do professorado, e já criando cursos intermédios e superiores, escolas-modelo, de agricultura, profissionais e multiplicando as preliminares em todos os centros populares, - cidades, villas, freguezias e bairros. (CIDADE DE BRAGANÇA, 12/04/1896, n. 47, p. 1)

Para o autor, a adoção dos grupos escolares era o melhor exemplo dos novos métodos e sistemas, assim como daria os melhores resultados para Bragança.

Os grupos escolares há pouco adoptados em nosso Estado, como ensaio, estão dando os melhores resultados, e a sua adopção estende-se cada vez mais, porque a pratica vem demonstrando as grandes vantagens d'esse racional systema, já pelo methodo e distribuição do trabalho doutrinário [...] (CIDADE DE BRAGANÇA, 12/04/1896, n. 47, p. 1)

Além dos projetos, uma série de textos que levam toda a primeira página do Jornal *Cidade de Bragança* – do número 70 ao 74 do ano de 1896 – pressionam a Câmara Municipal e a Inspeção Escolar a se esforçarem pela criação de um grupo escolar em Bragança.

Porque não temos ainda em Bragança um Grupo Escolar?

A' pergunta daremos a seguinte resposta:

E' porque os dois poderes para isso competentes, a camara municipal e a inspeção escolar, não empregaram ainda um esforço combinado para obter-se do governo do Estado esse melhoramento. (CIDADE DE BRAGANÇA, 02/07/1896, n. 70, p. 1)

Houve uma ruptura no partido republicano e, por consequência, na Câmara Municipal. De um lado glyceristas e do outro salistas, o que tornava difícil as tomadas de decisões junto a câmara ou até mesmo a municipalidade por parte do inspetor de educação, pois a municipalidade estava mais voltada para as discussões políticas em Bragança:

O ex-inspetor Sr. Bellegarde deu alguns passos nesse sentido; mas, ou porque encontrasse dificuldades, ou porque não conseguisse apoio por parte da municipalidade, attentas as convulsões políticas, então reinantes no lugar, o caso é que até hoje nada se fez. (CIDADE DE BRAGANÇA, 02/07/1896, n. 70, p. 1)

O autor, defendendo o segmento glycerista, expõe que a crítica do seu texto é em relação à preocupação em “melhorar a instrução” em Bragança, pois segundo ele, os resultados dos grupos escolares para o desenvolvimento intelectual do povo seriam incontestáveis.

A prática tem demonstrado plenamente que, onde funcionam os Grupos Escolares a instrução é ministrada aos alumnos com incontestável proveito. No Amparo, por exemplo, onde logo se instituiu esse núcleo de educação infantil, são geraes os encomios que se lhe tecem, porque são palpáveis os resultados. E, à exemplo do que se da na visinha cidade que citamos, por toda a parte em que há Grupos Escolhars(sic), a corrente da opinião os bafeja auspiciosamente. (CIDADE DE BRAGANÇA, 02/07/1896, n. 70, p. 1)

Para o periódico, os resultados tão satisfatórios eram decorrentes da padronização e disciplina que se encontravam nos Grupos Escolares, pois tendo as escolas isoladas reunidas em um só edificio, o ensino seria distribuído por classes e por “annos”, tendo cada professor a responsabilidade de ensinar as matérias a salas previamente distribuídas. Neste artigo o autor faz a distinção entre o método adotado até então e a diferença que representaria o Grupo Escolar:

Pelo regimen commum, o professor tem de ensinar desde o – a b c – e leitura, calligraphia e contas até as mais complicadas operações, grammatica portugueza noções de cousas e princípios elementares de desenho, álgebra, geographia pratica, canto, etc. e é óbvio que um só educador não terá tempo nem poderá bem ministrar a 50 ou 60 alumnos ensino tão variado, por melhor methodo que observe na distribuição das classes.

Nos grupos escolhars, com o regimen adoptado, o serviço è distribuído pelos professores, de modo que a cada um toca o ensino de um anno, desde as classes mais atrazadas até as mais adiantadas, e cada um na sua especialidade, procura desempenhar a sua missão com maior proveito para os alumnos. (CIDADE DE BRAGANÇA, 02/07/1896, n. 70, p. 1)

O pedido pelo grupo escolar continuará por mais três números do jornal *Cidade de Bragança*, nomeados “Grupo Escholar até Grupo Escholar IV”, em que o editorial demonstrava quais seriam as razões de se instalar o grupo em Bragança.

Se no primeiro artigo ele enfatiza o método e as vantagens educacionais, no segundo a ênfase é outra – a necessidade de Bragança de se equiparar com grandes centros e cidades da região que já tinham um grupo escolar:

Sem fazermos referencia aos grandes centros, muitas cidades em condições iguaes as de Bragança quanto a população e movimento, e algumas notoriamente inferiores, como Jundiahy, Amparo, Itu, Jacarehy, Pindamonhangaba, Mogy das Cruzes e outras que não citamos tem seus grupos funcionando regularmente. Não devemos deixar de notar Itatiba, a visinha cidade de Itatiba, que tem o seu Grupo Escholar organizado. Entretanto nada se conseguiu entre nos com relação a esse

melhoramento. (CIDADE DE BRAGANÇA, 05/07/1896, n. 71, p. 1)

Segundo o artigo, o grupo escolar se aproxima da escola-modelo, tanto em sua organização quanto em seus resultados. O aluno que completasse ali seu curso com bom aproveitamento estaria habilitado a exercer qualquer profissão. A educação no grupo escolar encontra uma função, a de preparar os alunos para o mercado profissional. Por esses motivos é que Bragança deveria ter seu próprio grupo escolar, por ser um símbolo de civilização mediante as outras cidades que já tinham um grupo e para preparar melhor seus alunos para uma profissão. Bragança corria o risco de se apequenar, se tornar menor, deixar passar a onda do progresso, se não construísse logo o seu próprio grupo. O autor faz a seguinte comparação com Itatiba:

Itatiba è logar progressista, não há duvida, mas esta abaixo de Bragança em população e movimento, como estão Mogy das Cruzes, Jacarehy e mesmo Jundiahy e Itu. Se localidades como as que apontamos se adiantam em matérias de instrução, devemos por ventura, nos bragantinos, ficar estacionários e indolentes? Não. Seria um descrédito, seria a negação das conquistas alcançadas nas pugnas incruentas do progresso. (CIDADE DE BRAGANÇA, 05/07/1896, n. 71, p. 1)

Bragança tinha imprensa há mais de 20 anos, também já tinha a estrada de ferro, telégrafo, linha telefônica e clubes. Para o autor, seria uma afronta não ter também um grupo escolar, pois este representaria melhoramento na instrução, que seria a base da civilização e “adiantamento popular”: “Se não vamos adiante, não nos deixamos ficar atrás”. Termina exaltado o autor do parágrafo comparativo entre Bragança e outras cidades da região.

O segundo artigo termina com um apelo para que tanto o inspetor escolar quanto a Câmara se esforcem em instituir um grupo escolar em Bragança, incitando, também, todos os cidadãos “de vistas adiantadas” a fazerem um esforço comum para alcançar tal objetivo.

É interessante notar como a imprensa é citada pelo autor, que era um liberal glicerista, como um poder que tem por dever exigir tanto dos cidadãos como das forças políticas aquilo que lhe parece ser bom e correto. O mesmo jornal que publica de forma fria os códigos de postura, depois noticia fatos que ferem apenas determinados artigos dos mesmos códigos. De acordo com a conveniência e posicionamento do editor do jornal, ele se coloca como a voz em prol do progresso e crescimento da sociedade.

A imprensa local tem cumprido o seu dever. Logo que se principiaram (*sic*) a fundar grupos escolares no Estado, pela extincta *Gazeta de Bragança* nos

occupamos do assumpto, n'elle insistimos e insistiremos até que se obtenha o desejado melhoramento, de vantagens para Bragança, especialmente para a mocidade para os futuros cidadãos, que precisam preparo intellectual para se tornarem úteis a si, á sociedade e á Republica. (CIDADE DE BRAGANÇA, 05/07/1896, n. 71, p. 1)

Mesmo com a pressão da imprensa, mais professores provisórios estavam sendo nomeados. Segundo o decreto da Câmara desse mesmo ano, foram nomeados:

Angelo Romano, para a cadeira do bairro do Morro do Lopo;
 João Grisante, para a do bairro da Bocaina;
 João Arrantes Ferreira Carmo, para a do bairro de Pitangueiras;
 Antonio Joaquim de Mesquita Junior, para a do bairro da Ponte de Jaguaray;
 João Apocaplyse, para a do bairro da Pedra Grande;
 João Baptista de Toledo Leme, para a do bairro de Araras;
 D. Virginia Coatti, para a do bairro da Mãe dos Homens. (CIDADE DE BRAGANÇA, 09/07/1896, n. 72, p. 2)

Na sequência dos textos intitulados “Grupo Escolar”, seu autor, Manoel Carneiro, traz uma série de argumentos a favor da instalação de um grupo escolar em Bragança. Se no primeiro ele enfatizou a mudança e crescimento no sentido educacional, no segundo ele defende que, sendo Bragança igual ou mais adiantada do que as cidades da região, não deveria ser uma das únicas sem ter um grupo escolar. Em seu terceiro texto, ele trata das dificuldades em se implantar um grupo escolar. Segundo o autor, uma das principais dificuldades seria um prédio para sua instalação:

Uma das maiores dificuldades para a formação de *grupos escolares* é a obtenção de casa própria, com accomodações especiais para todas as aulas. Se é difficil, não é impossível. Com boa vontade e algum esforço tudo se consegue. (CIDADE DE BRAGANÇA, 12/07/1896, n. 73, p. 1)

O artigo defende a tese da aquisição ou arrendamento de uma casa. Inclusive informa que, tempos atrás, o ex-inspetor literário Sr. Bellegarde havia examinado e achado em condições de uso uma casa de propriedade de Antonio Olegário de C. Cunha, na rua do comércio, e que este tinha intenções de ceder a casa vendendo-a ou arrendando-a. Segundo o artigo, o prédio:

[...] não é pequeno, e talvez se adapte ao fim com algumas alterações nos compartimentos internos, e dividindo-se o quintal, para distinctamente servir de recreio as duas secções masculina e feminina. Havendo duas salas grandes para

cada sexo, destinadas ao 1º e 2º annos, as outras podem ser menores porque do 3º anno em diante a freqüência diminue aggressivamente de sorte que é muito resumido o número de alumnos que chega ao 5º anno, final do curso. (CIDADE DE BRAGANÇA, 12/07/1896, n. 73, p. 1)

O autor insiste no uso desta ou de alguma casa já construída, pois seria muito oneroso e difícil começar naquele momento a construção de um prédio próprio. Além disso, o governo do Estado daria preferência, para a formação de grupos escolares, aos pedidos que estivessem acompanhados de uma oferta de auxílio para a instalação do grupo. Portanto, para o autor cabia à Câmara fazer algo nesse sentido:

[...] comprometter-se a realizar na casa que for julgada apta para estabelecimento do *grupo escolar*, as obras e precisos concertos, e ainda obrigar-se a pagar o respectivo arrendamento por um ou dois annos. Estamos convencidos que, com tal offercimento, o governo se não recusará conceder para Bragança o que tem facultado a grande numero de cidades. [...] Será um sacrificio transitório, porque, a final, uma vez installado o *grupo escolar* nesta cidade, não mais será supprimido, assumindo o governo do Estado todos os encargos a elle inherentes, como esta fazendo por toda a parte. (CIDADE DE BRAGANÇA, 12/07/1896, n. 73, p. 1)

O quarto e último texto do senhor Manoel Carneiro começava com o exemplo de Mogi-Mirim, que havia construído um prédio para se instalar ali um grupo escolar. Para o autor, eles haviam seguido o exemplo de outras cidades, as quais, para ter um grupo escolar, haviam oferecido ou prédios ou terrenos para sua edificação. Com essa premissa, o senhor Carneiro aconselha que:

[...] como recurso de occasião mais prompto, o arrendamento de um prédio; mas o verdadeiro edificio, para funcionamento das escolas será o que for expressamente construído para esse fim, com salas amplas e arejadas para aulas, para director, gabinete de physica e mais dependências, dividido em duas secções distinctas para os cursos femininos e masculinos. Mas o governo do Estado que tem sómente a verba de quinhentos contos para aquisição ou aluguel de prédios destinados para escolas, não póde attender de prompto a todos os pedidos. (CIDADE DE BRAGANÇA, 16/07/1896, n. 74, p. 1)

Com essa introdução ele lembrava a todos que a falta de verbas poderia ser remediada por um “esforço patriótico dos habitantes do logar” e enumera como “Bragança tem dado por vezes inequívocas provas de abnegação e espirito progressista de seus filhos”:

Tentou-se e foi avante a construção da linha férrea; lembrou-se a edificação de um templo consagrado a arte, e os capitães affluiram, e o theatro ali está, como um padrão, a attestar a coragem de muitos bragantinos briosos e de boa vontade. Temos telephones, agua e outros melhoramentos, não seria, pois, questão impossível a construção de um edificio próprio para eschololas, por subscrição popular. (CIDADE DE BRAGANÇA, 16/07/1896, n. 74, p. 1)

Dois pontos dignos de nota: quando ele diz habitantes, ele narra os feitos dos capitães, ou seja, aqueles que são “civilizados”, “bons habitantes do lugar”, que têm direitos e condições de ajudar na construção de um grupo escolar, uma vez que representavam o “progresso”, por já terem trazido a estrada de ferro e outras melhorias – não é toda a população, mas sim um segmento específico e determinado de pessoas de bem – os capitães.

Segundo ponto: apesar de começar com o apelo por uma casa que pudesse ser usada para o grupo escolar, nesse último texto o autor deixa mais clara a intenção – a construção de um prédio a partir da ajuda financeira dos habitantes “de posses” bragantinos. Um prédio é mais pomposo, é um símbolo de progresso e crescimento que ainda faltava à Bragança quando em comparação às outras cidades.

[...] alguns ou muitos dos nossos homens abastados e mesmo remediados, poderiam, como os que edificaram o theatro novo, dispensar uma parcella de suas economias para ser applicada á edificação de um predio para eschololas nesta cidade, no que prestariam um relevante serviço ao logar e á instrucção. Verdade é que as instituições democráticas não satisfazem aos que, como outr’ora, por vaidade, praticavam actos philantropicos, na expectativa de honras e títulos; mas, em compensação o povo confere distincções e nobreza aos que, verdadeiros benemérito, praticam actos de fidalguia. (CIDADE DE BRAGANÇA, 16/07/1896, n. 74, p. 1)

Os textos de Manoel Carneiro causaram comentários em “notas ligeiras”, no jornal *Cidade de Bragança*. Um cidadão não só elogia a posição defendida pelo jornal como traz uma sugestão de nome para o grupo escolar. Antes, porém, ele argumenta o porquê de homenagear a pessoa sugerida:

E’ costume cada localidade dar à esta casa de instrucção o nome de um homem que, por seus serviços prestados em proveito da communhão social, tornou-se credor da gratidão publica. Uma bella homenagem prestada áquelles que trabalharam em beneficio do povo. [...] Em minha opinião esse nome deveria ser o de um cidadão distincto que pelo muito que fez em favor da instrucção em Bragança, bem merece que seu nome seja perpetuado em um momento que vai atestar ás gerações vindouras que nós soubemos render merecido preito a quem tanto bem fez á instrucção e educação da infância. Pelo meu voto chamar-se-á “Grupo Escholar José Guilherme” o Grupo Escholar de Bragança. (CIDADE DE BRAGANÇA, 02/08/1896, n. 79, p. 2)

Ainda na mesma nota, a pessoa (o texto é de 30 de julho, assinado por O. Ribeiro) faz uma retrospectiva de como, na sua opinião, era a educação antes de José Guilherme e o quão importante ele teria sido para a mesma em Bragança.

Antes da abertura do Collegio Bragantino, não conhecíamos ali o novo systema de ensinar. A eschola era um martyrio para as creanças. Ensinava-se pelo terror e pela palmatória-o alumno raras vezes tinha animo de pedir uma explicação ao professor, tal era o medo que este lhe inspirava. (CIDADE DE BRAGANÇA, 02/08/1896, n. 79, p. 2)

Não que o senhor Ribeiro repreendesse os professores que haviam atuado de tal forma; ele deixa claro que “elles representavam os usos e costumes de sua epocha” e que inclusive havia casos em que os pais pediam que “[...] desse bastante bolos no filho, para que o *pequeno aprendesse bem*”. Ele deixa claro que, em tais circunstâncias, professor que não batesse nos alunos “não prestava”. Porém, para o autor, José Guilherme havia operado uma transformação no ensino em Bragança.

O methodo que empregava era este mesmo que vemos hoje, mais desenvolvido, adoptado na maioria das escholas do Estado e fazendo prodígios e a admiração de todos notadamente nas *escholas-modello* desta Capital – verdadeiros Templos da Instrução Popular. Elle ensinava com brandura e com carinho, excitando o amor próprio do menino, formando o character; instruía e educava. O alumno agia espontaneamente sem esforço, pela emulação, pelo exemplo dos filhos do professor bem educados e tão instruídos, ainda bem novos. Em cada alumno o sr. J. Guilherme tinha um amigo. A eschola ja não era um martyrio, mas uma obrigação suave a que o menino se entregava de boa vontade, pelo desejo de saber tanto como o mais adeantado. (CIDADE DE BRAGANÇA, 02/08/1896, n. 79, p. 2)

É necessário antes falarmos deste bragantino cujo nome é defendido pelo autor da nota: José Guilherme. Segundo o *Almanack de Bragança para 1900*²³, José Guilherme Christiano, filho “legítimo” de Christiano Wilhelmy e D. Maria Carlota Krun, nasceu em Bragança em 1837 e, como consta no *Almanack*, “cresceu cercado de um ambiente luminoso; aprendeu nas bellas lições – amar o trabalho, fonte inexaurível de beneficios, e a ser futuramente um homem laborioso” (p. 65). Era, segundo os jornais e os anuários, um homem culto; foi professor de diversos idiomas

²³ *Almanack de Bragança para 1900 - Editado e compilado por José Maia, e collaborado pelos illustrados escriptores: José Benedicto Pinheiro de Vasconcellos, Francisco Lacorte, Anselmo de Carvalho, Dr. Affonso de Carvalho, Asprino Junior, Arlindo Villaça, Theophilo Ferreira de Almeida, Antonio Ferreira de Almeida, Arthur Goulart, Fernando Valle e outros. Typographia COMMERCIAL.*

(latim, francês, alemão, inglês, espanhol e italiano) e foi o fundador do *Collegio Bragantino*, assim como fundou, com Manoel Carneiro, o jornal *O Guaripocaba* e também é um dos fundadores do *Club Litterario Bragantino*, portanto, um dos membros mais atuantes do partido republicano de Bragança.

A notícia de sua morte, no jornal *Cidade de Bragança* do dia 22 de novembro de 1896, leva toda a primeira página do jornal e é descrita como um fato que deveria consternar toda a sociedade Bragantina.

Bragança em peso o conheceu, e com certeza neste momento também chora a sua falta, ocasionada pelo desaparecimento eterno d'entre os vivos.

Não é pois num espírito vulgar que a morte acaba de ferir; não é um homem commum que desaparece. José Guilherme foi um forte; foi um destes vultos incansáveis que só são vencidos pelo *Atropos*.²⁴ (CIDADE DE BRAGANÇA, 22/11/1896, n. 111, p. 1)

Portanto, tem-se não só a defesa da abertura de um grupo escolar em Bragança, mas também se começava a cogitar: quem seria o homenageado com a abertura dele? Porém, quando ele foi criado pelo Decreto de 20 de junho de 1897, não houve menção ou homenagem a qualquer pessoa “ilustre” da época...

²⁴ Segundo a mitologia grega, esta seria a mais velha das irmãs que formavam o “destino”. Poderia ser traduzida como “a inevitável”. Era a responsável por cortar o fio da vida.

CAPÍTULO III – DO GRUPO ESCOLAR DE BRAGANÇA AO GRUPO ESCOLAR DR. JORGE TIBIRIÇÁ

O Grupo Escolar de Bragança começou a funcionar em 9 de agosto de 1897, sob a direção do professor Raphael de Moraes Lima, então Inspetor Literário, que anexou as escolas isoladas da cidade a esse grupo (ANUÁRIO DE BRAGANÇA PARA 1902, p. 186). O Grupo Escolar funcionava na cidade com sete salas, com 152 alunos matriculados na seção masculina e 160 na feminina, e, como não havia um prédio próprio para ele, foi alugado o sobrado n. 82 da rua do Commercio, de propriedade da família Nardy, que fora reformado para tal propósito. Segundo a nota no jornal *Cidade de Bragança*:

Foi contractado o sobrado n.82 da rua do Commercio, para nelle ser montado o Grupo Escolar desta cidade. Já tivemos começo as obras de adaptação, pelo que é provável que muito breve seja inaugurado entre nós esse melhoramento, de summa importancia para uma localidade. (CIDADE DE BRAGANÇA, 25/03/1897, n. 146, p. 2)

Para o Grupo Escolar recém-criado foram nomeados, pelo Conselho Superior de Instrucção Publica, os professores Theophilo Lopes da Silva, da 2ª cadeira, Iclerico Gomes, da 3ª cadeira, Joaquim Pereira da Costa, da 4ª cadeira, D. Leonidia Furquim Leme, da 2ª cadeira, D. Rachel Guilhermina da Silveira, da 3ª cadeira, D. Leonor Augusta dos Santos Costa, da 4ª cadeira e D. Georgina Furquim Leme, da cadeira mixta da Estação. Mas pela sequêcia das notícias, parece que não foi consenso a reunião dessas cadeiras no grupo escolar. No jornal *A Cidade de Bragança* de 21 de outubro de 1897, n. 205, uma pequena nota no final da última página do jornal traz a seguinte requisição:

A secretaria do interior pediu ao inspector deste districto informações sobre a conveniência de ser desligado do grupo escolar desta cidade a escola do sexo feminino do bairro da Estação. (CIDADE DE BRAGANÇA, 21/10/1897, n. 202, p. 4)

Como resultado desse pedido, o mesmo jornal noticia, em seu número 211 de 11 de novembro de 1897, que a segunda cadeira foi desanexada e em seu lugar foi anexada a primeira escola do sexo feminino.

Por acto de 9 do corrente o dr. Vice-presidente do Estado resolveu desannexar do grupo-escolar desta cidade a escola do bairro da Estação, que voltará a funcionar

no local em que foi creada por lei. [...] Foi annexada ao grupo escolar desta cidade a 1ª escola do sexo feminino. [...] Foi removida da escola do bairro da Estação desta cidade, para a 1ª escola, annexa ao grupo escolar, a professora D. Georgina Furquim Leme.²⁵ (CIDADE DE BRAGANÇA, 11/11/1897, n. 211, p. 2)

O grupo escolar não parecia ser nessa época unanimidade, assim como coexistia com um número considerável de escolas providas pela cidade e redondezas, como consta no edital da inspetoria do 16º distrito de 1896:

Pelo presente, de accordo com as disposições regularmente em vigor, faço publico a todos os interessados em geral que os exames escolares neste districto terão lugar no proximo mez de dezembro, a começar por este município de Bragança, observando-se o seguinte itinerario:

Bragança

Dia 1 – Escola da Pedra Grande;

Dia 2 – Escola de Pitangueiras e Araras;

Dia 3 – Escola da Ponte do Jaguar e Mãe dos Homens;

Dia 4 – Escola do Morro do Lopo;

Dia 5 – Escola Mixta da Estação e Bocaina;

Dia 7 – 1ª e 2ª escola da Cidade;

Dia 9 – 3ªs Escolas da Cidade;

Dia 10 – 4ª escolas da Cidade. (CIDADE DE BRAGANÇA, 24/09/1896, n. 94, p. 2)

Mesmo sendo reformada uma casa para ser o Grupo Escolar de Bragança, parece que, pelas notícias da época, não havia a intenção de mantê-lo nesse local. No Jornal *A Noticia* tem-se uma pequena nota que afirma que:

O sr. engenheiro Augusto Lefèvre que aqui esteve com o fim de escolher um terreno que mais se adapte á construcção de um edificio para o nosso *Grupo Escolar*, já deu a sua opinião. Segundo consta, s.s. depois de em companhia do sr. presidente da Camara, capitão Antonio Felix, haver percorrido diversos pontos da cidade, achou que de todos o melhor é um situado á rua Coronel Leme. (A NOTÍCIA, 28/10/1905, n. 3, p. 1)

Com o advento do Grupo Escolar de Bragança, manter o controle sobre o que era ensinado,

²⁵ Em trabalhos futuros tenho a intenção de pesquisar a singularidade desta escola e quais teriam sido os motivos de não querer ser anexada ao Grupo Escolar

assim como a disciplina, tornou-se mais fácil e frequente. As visitas de inspetores começaram a ser noticiadas com mais constância pelo jornal local. Uma nota no jornal *A Notícia* informava a vinda de um inspetor para, exclusivamente, fazer uma inspeção ao grupo:

Está nesta cidade o illustrado inspector escolar sr. Virgilio Cesar dos Reis, que veiu fazer a costumada inspecção periódica do nosso grupo. Disseram nos que o distincto professor se demorará aqui alguns dias para assistir aos exames do terceiro e quarto annos daquelle estabelecimento de ensino. (A NOTÍCIA, 18/11/1905, n. 9, p. 1)

Não só a inspeção oficial e externa, mas também se tornaram frequentes as visitas feitas pelos pais, assim como a todos que tivessem interesse no grupo. No jornal *A Notícia* n. 11, de 1905, uma longa nota convida para o encerramento do ano letivo aos “Paes ou tutores dos alumnos e a todas as pessoas que se interessarem pela instrucção publica” e a enviar presentes que seriam oferecidos aos alunos como prêmio para o evento de encerramento de ano. Esses prêmios deveriam trazer o nome da pessoa que os estava oferecendo, sendo posteriormente publicada uma nota no jornal com os nomes dos doadores. Os trabalhos dos alunos estariam em exibição para o público durante aquela semana. Enquanto as notas de escolas isoladas eram esparsas nos jornais, em que apenas se noticiavam ora a abertura de uma cadeira, ora uma crítica por ser um projeto arcaico e de difícil inspeção, o grupo começava a simbolizar em Bragança a ideia de local de produção de trabalhos, recebimento de prêmios por qualidade de trabalhos, visitas de inspetores de fora e abertura, mesmo que em eventos previamente definidos, pois adiante veremos os critérios para matrícula, para a sociedade.

O evento de encerramento de ano no grupo escolar era de grande pompa. Número posterior do jornal *A Notícia* traz em sua primeira página uma longa noticia descrevendo em detalhes o acontecimento, inclusive como estava a decoração e como era a sala principal do grupo:

[...] a vasta sala do primeiro anno femenino, que servia para a realizacão do imponente acto, estava muito galhardamente enfeitada e primava pela variedade de adornos. Enormes festões verdes pendiam do tecto, em cada ponta dos quaes bellas bolas de papel amarello desciam caprichotamente seguras por interessantes correntes de papel de sêda, destacavam-se em todo o retangulo da sala, bonitos escudos, onde se liam os nomes do dr. Jorge Tibiriça, dr. Rodrigues Alves, dr. Cardoso de Almeida, Ir. Bernardino de Campos, dr. Cesario Motta, dr. Caetano de Campos, dr. Bento Bueno, dr. Mario Balcão e muitos outros homens illustres do governo. (A NOTÍCIA, 02/12/1905, n. 13, p. 1)

A descrição privilegiava toda a decoração, porque havia uma simbologia que denotava poder e uma dada racionalidade da mesma. Os escudos com os nomes das autoridades, o uso dos adjetivos como “vasto”, “enorme” davam a ideia de grandiosidade e importância não só para o evento, mas para o local em que este ocorria e do que o grupo escolar significava para a cidade e o projeto político liberal republicano.

Segundo ainda essa notícia, no evento estavam presentes representantes da Câmara Municipal, imprensa e diversas pessoas. O diretor havia nomeado uma comissão formada por professores para levar os convidados à “sala nobre”, que então já estava “completamente cheia de distintas senhoras e cavalheiros da nossa melhor sociedade”. Nesse evento os alunos que se formaram receberam diplomas e aqueles que se destacaram tiveram seus nomes inscritos em um quadro de honra.

Ahi o sr. Pedro de Mello, tomando a palavra, convidou o sr. Jorge Fagundes para presidir a sessão literária e musical que ia ter começo, e para fazerem parte da mesa os srs. membros da camara municipal ali presentes, srs. Benedicto Moreira redactor da *Cidade*, Juvenal Leite, Arthur Ribeiro, dr. Simeão Stylita e Carlos Cornelio representantes da nossa folha, Henrique Midon, Silvino de Oliveira e Francisco de Assis Camargo. (A NOTÍCIA, 02/12/1905, n. 13, p. 1)

Essa notícia toma toda a primeira página do jornal e é detalhada porque legitima a construção da imagem de grandeza do grupo escolar. Mas os problemas que havia nas escolas isoladas parecem também fazer parte da história do grupo – em notas menores, no final dos jornais, pode-se encontrar no grupo a mesma conduta de pedidos de licença que assolavam as escolas isoladas. No jornal *A Notícia* n. 30, de 1906, tem-se a seguinte nota: “Foram concedidos noventa dias de licença á professora d. Adelia Vaz de Toledo, do nosso grupo escolar.”

Na edição seguinte, de número 31, em 1906, há a nota de substituição: “Para substituir a professora sra. d. Adelia Vaz de Toledo Santos, que se acha em goso de noventa dias de licença, foi nomeada a sra. d. Laura Prestes Barra, distinta professora normalista.” Esta professora não ficará toda a licença da anterior no cargo, pois no jornal *A Notícia*, número 40 do mesmo ano, tem-se o pedido de demissão de d. Laura Barra – “A professora, sra. d. Laura Prestes Barra, pediu demissão do lugar de substituta effectiva do mesmo Grupo.”

Enquanto isso, não só as escolas isoladas continuam a funcionar como as escolas primárias na cidade mantêm seu calendário de matrículas. No jornal *A Notícia* de número 43 há o convite para as matrículas da escola feminina, que era regida por d. Anna Rosalina de Siqueira e que estava instalada na sala “onde funciona a escola nocturna do Centro Catholico”. Assim como a escola masculina, regida por João Baptista de Toledo Leme, estava recebendo alunos na sala a ele atribuída no Clube Literário.

Mesmo tendo problemas parecidos com as escolas isoladas e coexistindo com elas, o grupo escolar goza de prestígio na cidade e tem eventos que são largamente noticiados no jornal *A Notícia* – porém uma nota nesse jornal traz uma informação que, pela sua importância, causa estranheza não ter sido objeto de uma matéria:

[...] foi dada a denominação de *Jorge Tibiriçá* ao grupo escolar desta cidade.

Foram nomeados professoras substitutas, no impedimento das licenciadas do nosso grupo escolar as sras. dd. Anesia Barra e Maria da Gloria Campos.

Do logar de substituta effectiva foi exonerada a pedido a professora sra. d. Hermínia Lopes. (A NOTÍCIA, 25/04/1906, n. 53, p. 2)

Longas matérias defendendo a instrução pública, a fundação de um grupo escolar, capa de jornal narrando eventos neste grupo, mas quando se escolhe o nome, apenas uma nota de jornal, nota esta com um uso vocabular interessante: quando se coloca o nome do homenageado, é apenas *Jorge Tibiriçá* (sem o doutor, sem nenhuma menção a quem ele era, a sua importância enquanto presidente da província ou presidente do Partido Republicano Paulista). E o distanciamento: “[...] ao grupo escolar desta cidade”, em relação a quando volta a falar da nomeação dos professores: “[...] do nosso grupo escolar” demonstra indício de uma tensão, de um conflito, que se acentuaria nas edições seguintes do jornal *A Notícia*.

De fato, nos próximos números e notícias pesquisados não encontrei nenhuma menção do porquê ou como foi escolhido o nome de Tibiriçá, a não ser o texto de uma coluna que fortemente criticava a escolha. Apenas nos arquivos do Grupo Escolar fui encontrar uma série de redações de alunos que foram publicados em um jornal da própria escola, chamado *A Voz do Tibiriçá*, do ano de 1947²⁶.

²⁶ Jornal fundado em 30/04/1947 por José Tavares. Tinha como subtítulo “Órgão do Curso Primário do Grupo Escolar Dr. Jorge Tibiriçá”.

Nesse jornal, no dia 31 de agosto de 1947, no número 4 do ano 1, encontrei um histórico do grupo escolar escrito por Paulo Sérgio Costa Afine, do 3º ano A, em que ele descreve a nomeação do grupo escolar:

No dia 10 de julho de 1905 foi visitado pelo Dr. Jorge Tibiriçá, então presidente do Estado que, verificando o péssimo estado do prédio, prometeu trabalhar para a consecução de um novo edifício.” O estabelecimento recebeu o nome de Grupo Escolar “Dr. Jorge Tibiriçá” tendo a Câmara Municipal ofertado ao Grupo um retrato à óleo do grande presidente paulista e patrono do Grupo Escolar – Dr. Jorge Tibiriçá. (A VOZ DO TIBIRIÇÁ, 31/08/1947, ano I, n. 4)

Encontrei mais detalhes no mesmo jornal do dia 1º de dezembro de 1947, número 7, na primeira página:

O primeiro Grupo Escolar a ser fundado nesta cidade, foi organizado em 9 de Agosto de 1897, quando ocupava a pasta da secretaria do interior, o inolvidável e grande paulista dr. Cezario Motta, no Governo do Dr. Jorge Tibiriçá.” Coube ao capitão cirurgião professor Rafael de Moraes Lima, então inspetor literario do distrito, a direção do estabelecimento, ao qual se anexaram as escolas isoladas da cidade. O Grupo instalara-se no antigo sobrado n.o 82 da rua do Comercio, hoje, Cel. João Leme, onde funciona o “Colégio Sagrado Coração de Jesús”. Na direção do professor Pedro de Mello, foi o estabelecimento visitado pelo exmo. Dr. Jorge Tibiriçá, no dia 10 de Junho de 1905, quando aqui se achava para assistir a inauguração da luz elétrica. Por ocasião dessa visita o dr. Jorge Tibiriçá, atendendo ao péssimo estado do Grupo comprometeu-se a advogar perante o Congresso Estadual, a obtenção de uma verba para a construção de um edifício apropriado. De fato, logo depois, foi votada a verba precisa e concedida a autorização para o inicio das obras, tendo trabalhado muito para isso o snr. Capitão Antonio Felix de Araujo Cintra²⁷, presidente da Camara. (A VOZ DO TIBIRIÇÁ, 01/12/1947, ano I, n. 7, p. 1)

Muitos anos depois, com o apagamento das memórias das escolas isoladas e das questões políticas do período envolvidas na escolha do nome do grupo escolar, há uma impressionante mudança vocabular para descrever o ocorrido. Jorge Tibiriçá é chamado de doutor, tanto na redação quanto no memorial há a informação de que o grupo estava em um estado “péssimo” e que o novo prédio, prometido por Tibiriçá, é que representava o progresso. Não há menção de que, quando se instituiu o grupo escolar, havia a possibilidade dele se chamar *José Guilherme* – se na passagem da

²⁷ Ao que tudo indica, as menções em relação ao Capitão Antonio Felix de Araujo Cintra são sempre referentes ao grupo que defendia a posição política de Francisco Glicério.

monarquia para a república houve um apagamento das escolas isoladas, ao escolher homenagear Jorge Tibiriçá ocorreu o apagamento do que havia sido o grupo escolar de Bragança na imprensa bragantina algumas décadas depois.

Há então no jornal *A Notícia* uma inversão no tom de se noticiar os acontecimentos em relação ao Grupo Escolar, agora nomeado Dr. Jorge Tibiriçá. Em relação à comemoração da escolha do nome (5 de maio de 1906, número 56, p. 1), foi apenas colocada uma pequena nota no final da primeira página:

FESTA ESCOLAR: Como noticiáramos, o sr. director do grupo escolar, professor Pedro de Mello, em regosijo ao acto do sr. secretario do Interior, mandando dar-se áquelle estabelecimento o nome de *Jorge Tibiriçá*, como signal de gratidão ao sr. presidente do Estado, por haver este deliberado attender ao pedido de se construir nesta cidade um edificio proprio ao grupo, realisou a passeata dos alumnos e corpo docente, no dia 3, á tarde. (A NOTÍCIA, 05/05/1906, n. 56, p. 1)

Logo após a nota vem um longo texto, na coluna “Lembrando e Notando”, assinada apenas por “um observador” em que ele defende ser errado ter sido escolhido o nome de Tibiriçá para o grupo escolar. Mesmo o autor não se identificando, a forma de escrever, o tom e estrutura de coesão textual em muito lembra Manoel Carneiro, assim como a missão defendida – homenagear José Guilherme:

Em geral, é costume, nas cidades do interior, designar certas ruas, por nomes de pessoas que tenham cooperado com seus esforços para o progresso local, ou da nação, ou então que se tenham distinguido pelos seus feitos em prol da patria, e que morrendo por ella, trazem os seus nomes indelevelmente gravados na historia que os immortaliza; a patria em signal de reconhecimento presta-lhes esta homenagem pósthuma. Mas que fez o dr. Tibiriçá por Bragança, para que se dê ao nosso grupo o seu nome? (A NOTÍCIA, 05/05/1906, n. 56, p. 1)

E segue sua colocação defendendo que a única coisa que Tibiriçá fez foi cumprir com a obrigação de levantar o valor necessário para a construção de um prédio para o grupo escolar:

Concorreu para a aquisição de uma certa quantia, destinada á construcção de um novo grupo escolar; assim procedendo cumpriu a sua obrigação, por quanto, em plena republica, um presidente não saberia condignamente merecer similhante titulo se não protegesse a instrucção. Melhoramentos idênticos aos que aqui se estão fazendo, têm-se realizado em diversas cidades do interior, e no número dellas, algumas existem inferiores a Bragança, por isso nada mais natural do que o Sr. Presidente alcançar os meios necessários de se fazerem aqui o que se faz nos

outros logares. Si se desse ao grupo o seu nome como possoa particular e bemmerita ainda vá, comtudo, não ser isto opportuno; mas me dirão, porque? (A NOTÍCIA, 05/05/1906, n. 56, p. 1)

Essa quantia foi prometida na ocasião da visita do presidente do Estado em virtude da inauguração da energia elétrica em 1905 e vendo a situação do prédio em que estava instalado o grupo escolar (em um antigo sobrado, número 82 da rua do Comércio, principal rua de Bragança na época, que, porém, como várias fontes noticiaram, não tinha condições de abrigar uma escola)²⁸.

Então o observador traz à luz o ponto central de seu artigo: colocar o nome do grupo escolar em homenagem a alguém da cidade. Alguém que tivesse lutado pela educação em Bragança e que tivesse feito muito pelo “espírito da mocidade” de Bragança.

Porque ha tempos já foi lembrado e com razão, para o grupo escolar, o nome de José Guilherme, o apóstolo da instrução que com toda a solitudine dedicou-se ao ensinamento da mocidade bragantina. Não venho aqui fazer a sua apologia, porque o brilho que se irradia desse nome, sagrado por todos os lados que se considere, é demasiadamente conhecido pelo povo bragantino, em cuja historia, já se tornou immorredouro; quero somente lembrar que procederiam com todo acerto, escolhendo para o nosso grupo escolar o nome desse modesto quão prendado varão, que inoculou no espírito da mocidade o amor ao estudo, a moral e a pratica de todas as virtudes civicas. (A NOTÍCIA, 05/05/1906, n. 56, p. 1)

Digno de ênfase: amor ao estudo, a moral e todas as virtudes *civicas*. Como visto, ao discutir os princípios defendidos pelos republicanos na educação, ficou nítido como esses três temas servem de alicerce para o projeto educacional do grupo político liberal republicano.

E quanto a Jorge Tibiriçá? Em nenhum documento local pesquisado (almanaques, jornais da época, documentos da escola) há algum tipo, por mais breve que seja, de biografia dele, mesmo tendo sido presidente do Partido Republicano Paulista e Presidente do Estado de São Paulo, de 1904 a 1908²⁹. Como afirma Le Goff, há nos documentos um esforço das sociedades neles descritas em impor mediante o futuro uma determinada imagem de si próprias³⁰. A luta nesses vestígios que nos legaram foi de mostrar que havia aqui um filho legítimo digno e à estatura de nomear o grupo escolar de Bragança, sendo uma ofensa buscar em outro lugar a imagem de trabalho, cultura e lisura moral. Importante pensar que o “legítimo” encontrado no almanaque para

²⁸ *A Voz do Tibiriçá* – ano I, Bragança Paulista, 1º de dezembro de 1947, n. 7.

²⁹ SOARES JÚNIOR, Rodrigo, *Jorge Tibiriçá e sua Época*, 2 volumes, Companhia Editora Nacional, 1958.

³⁰ *O documento é monumento. Resulta do esforço das sociedades históricas para impor ao futuro – voluntária ou involuntariamente – determinada imagem de si próprias. No limite, não existe um documento-verdade* (2003, p. 538).

definir a filiação de José Guilherme também pode ser aplicado àquele que é da cidade, em detrimento ao de fora. Ainda no artigo de jornal, para demonstrar o valor desse ilustre bragantino, o autor menciona que já fora aberta uma casa de ensino chamada “Atheneu José Guilherme” por “[...] uma pessoa estranha ao logar”³¹ – uma pessoa que não era um legítimo bragantino havia prestado homenagem a José Guilherme. Como, então, agora os bragantinos legítimos cogitavam homenagear uma pessoa estranha ao lugar? O autor chama a isso de ingratidão.

Pesquisando esses vestígios e a ruptura que se deu em Bragança, pude perceber e levantar a hipótese de que havia mais do que um caso de ingratidão, mas uma causa política para a escolha do nome do grupo escolar.

O grupo escolar em Bragança foi um projeto defendido nos jornais pelo partido republicano e, principalmente, por Manoel Carneiro, que fez longos editoriais defendendo a implantação do grupo escolar, porém a escolha do nome foi feita por votação dos professores, como afirma o *Anuário de Ensino do Estado de São Paulo* de 1907 (p. 185): “A denominação deste Grupo [...] foi-lhe dada a vinte e cinco de Abril de 1906, por proposta do respectivo pessoal docente”. E, na época da escolha, dois professores eram familiares de Teóphilo Leme (D. Leonidia Furquim Leme e D. Georgina Furquim Leme), assim como, pelo número de professores que pediram para ser desanexados do grupo escolar, percebi que o núcleo diretivo e corpo docente eram formados por salistas. Se, em geral, na cidade havia a ruptura política, dentro do grupo havia um núcleo coeso de salistas que, ao receberem a incumbência de definir o nome do grupo escolar, escolheram aquele que representava o anseio político desse grupo – Jorge Tibiriçá. A questão não era em relação a José Guilherme (há alguns anos já falecido; inclusive uma das professoras nesse período era sobrinha dele) ou o fato de Tibiriçá ter levantado a verba para a construção do prédio do grupo escolar. A questão era a defesa de uma bandeira política no símbolo republicano há anos defendido por uma parte do partido político bragantino – a guerra de símbolos deflagrada pela escolha do nome do grupo escolar era em relação a quem, no âmbito nacional, defenderia os anseios de uma parte dos liberais republicanos bragantinos, que ideias e visões de mundo seriam preconizadas.

Há uma mudança no tom nos jornais sobre a educação; vários números do jornal

³¹ *Houve aqui uma pessoa estranha ao logar, que abrindo uma casa de ensino deu-lhe a denominação “Atheneu José Guilherme” porque no breve tempo que tomou parte em nosso meio, aprendeu o quanto fez esse homem em beneficio da instrucção; entretanto, os filhos de Bragança, que de visu observaram as suas acções, esqueceram-se delle, apontando outros nomes. Si isto não é ingratidão não sei o que será!*

simplesmente silenciaram sobre o assunto. Voltando ao modo de “apagamento”, não há mais nenhuma nota sobre o grupo escolar. Apenas no número 86, de 1906, voltou a tratar da instrução pública, porém de forma crítica, segundo o texto:

A instrução publica entre nós é um serviço posto na segunda, ou na terceira, ou na ultima ordem de todos os serviços públicos. A Republica não melhorou nem aperfeiçoou o serviço de instrução publica. O novo regimen, que copiou platonicamente a Constituição da America do Norte, não quis ou não soube reconhecer que a fonte principal daquella organização política e socioal, que fez e faz a prosperidade daquelle povo, foi a instrução publica. [...] nós perdemos tempo e perdemos força. São platônicos quase todas as questões referentes á instrução publica. Basta dizer que o Congresso se occupa de exames de preparatórios e de estabelecimentos equiparados. Occupa-se de meras formalidades de exames e de uma questão de ensino industrial. Da obrigatoriedade do ensino primário, dos methodos de ensino pratico e intuitivo, emfim de todas as questões praticas de ensino, não se preocupa o Congresso Nacional. (A NOTÍCIA, 18/08/1906, n. 86, p. 1)

De uma defesa apaixonada do progresso pela instrução a uma visão triste e pessimista, o jornal acusa o novo regime de não ter alcançado o que pretendia em relação ao avanço pela educação e de ter buscado adotar o sistema norte-americano platonicamente, assim como de ter faltado preocupação do congresso com aquilo que era o mais básico e primordial anos antes. Como o autor anônimo acusou o partido glicerista de ser um plágio da fábula do lobo em relação às uvas, nesse texto, percebe-se novamente o lobo fazendo pouco caso da uva não alcançada.

Enquanto isso, o governo mantinha o projeto de anexar e extinguir as escolas isoladas. No jornal *A Noticia* (n. 100, 1906), uma pequena nota afirmava: “Escolas providas – Existem providas em todo o Estado cerca de 1.020 escolas isoladas. O governo não proverá mais nenhuma, por já estar exgotada a verba respectiva.”

Em Bragança, a cadeira masculina que se encontrava na região da Estação, atualmente localizada no bairro do Taboão, foi transferida para mais próximo do centro, o que causou reclamações dos moradores, como noticiado neste número do jornal *A Noticia*:

Pedem-nos os oradores do bairro da Estação, que reclamemos do exmo. Sr. dr. Secretario do interior sobre a mudança da escola isolada daquelle bairro para a rua Coronel Leme. E' tão justo esse pedido, que não vacillamos em o acceitar para fazermos a necessária reclamação. Pois o bairro da Estação é bem populoso, e essa escola até então funcionava no centro daquele bairro, facilitando assim aos moradores a educação de seus filhos. Hoje, porém, não sabemos por que motivo

essa escola foi mudada para um ponto retirado daquelle logar, focando assim os seus habitantes privados de uma casa de ensino. (A NOTÍCIA, 12/09/1906, n. 93, p. 1)

A escola isolada não voltou ao bairro da Estação. De fato, parece que havia uma tendência de não só anexar essa escola, mas todas de Bragança ao grupo escolar. Para tal havia a urgência da construção do prédio do grupo. Segundo o jornal *A Noticia* (n. 103, 1906), no dia 15 de novembro daquele ano seria inaugurado no grupo escolar de Bragança o retrato de Jorge Tibiriçá, que havia sido doada pela Câmara Municipal, e, nessa solenidade, seria lançada a primeira pedra do edificio do grupo.

A expectativa pelo prédio próprio do Grupo Escolar Dr. Jorge Tibiriçá era não só pelo fato de a casa em que ele estava instalado, por ser adaptada, não ter as condições necessárias para ser uma escola, mas também pelo número grande de alunos que havia ali. A diretoria do Grupo Escolar, no jornal *A Noticia*, colocou o seguinte anúncio:

A directoria interina do G Escolar dr. Jorge Tibiriçá faz saber aos interessados que nos dias 25 e 26 do corrente mez, das 11 às 3 horas da tarde, deverão se apresentar os alumnos do Grupo, possuidores dos respectivos cartões de promoção, e nos dias 28,29,30 achar-se-á aberta a matricula para os novos alumnos, reservando o dia 31 para o sorteio, caso haja numero de candidatos superior as vagas existentes. (A NOTÍCIA, 16/01/1907, n. 129, p. 2)

De fato, não só o grupo escolar, mas todas as escolas isoladas tinham um grande número de alunos. Segundo o levantamento feito pelo jornal *Cidade de Bragança*, baseado nas atas de exames “ultimamente feitos”:

Durante o anno lectivo funcionaram 14 escolas municipaes, das quaes onze são para o sexo masculino, 2 para o feminino e uma mixta. Tiveram freqüência média de 285, entre 380 alumnos matriculados. Nos exames effectuados no mez de dezembro findo, sob a presidência do illustre e dedicado cidadão Adalberto Teixeira, inspector municipal, apresentaram resultados satisfatórios os alumnos das escolas masculinas dos bairros do Arraial, Pitangueiras, anhumas, Agua comprida, Matto Dentro e Agudo, Mãi dos Homens, mixta; Arraial e Agua Comprida, femininas. (CIDADE DE BRAGANÇA, 28/05/1908, n. 1301, p. 1)

As atas ainda enfatizavam que, na escola masculina do bairro do Pinhal, regida pelo

professor João Arantes F. Carmo, o resultado havia sido fraco, pois estava em funcionamento há apenas 10 meses; enquanto na escola masculina do Rio Abaixo, regida pelo professor Jacintho Innocencio de Oliveira, e na da Pedra Grande, regida pelo professor Gabriel Leonardi, os resultados haviam sido nulos. Na escola noturna do Centro Católico, dos 38 alunos matriculados, 19 tinham passado. Com a proposta de não se abrir mais cadeiras para escolas isoladas e a gradativa transferência de cadeiras de bairros para mais perto do centro da cidade, o próximo passo parecia não demorar – a construção de um prédio próprio para o Grupo Escolar Dr. Jorge Tibiriçá.

3.1 A construção do prédio do Grupo Escolar Dr. Jorge Tibiriçá – A escola idolatrada

Em 1908 havia as seguintes escolas em Bragança:

Escolas Estaduais

Na Cidade

1 do sexo masculino e 2 do sexo feminino, todas providas.

1 curso noturno, não provido.

1 Estação, masculina, provida.

1 Estação, masculina, provida

1 Matadouro, masculina, provida

Nos bairros

1 Arraial, criada com o nome de Arrozal, masculina, provida

1 Araras, mixta, provida

1 Passa Tres, masculina,

1 Pedra Grande, masculina

1 Pitangueiras, masculina

1 Ponte de Jaguary, masculina

1 Agua Comprida, masculina

1 Morro do Lopo, masculina

1 Bocaina, masculina, provida

1 Biriçá, masculina, criada com o nome Biriza

1 Mãe dos Homens, mixta

1 Agudo, masculina (*sic*)

1 Rio Abaixo

1 Campo Novo

1 Ponte Alta
 1 Estiva do Agudo, masculina
 1 Campestre, masculina
 1 Guaripocaba, masculina
 1 Tuyuti, mixta, provida
 1 Boca da Matta, masculina
 1 Pantano, masculina e feminina
 1 Itapechinga, mixta, provida
 Total: 31 (CIDADE DE BRAGANÇA, 29/03/1908, n. 1.285, p. 2)

Das 31 escolas em Bragança em 1908, apenas 10 eram providas (tinham professores em exercício). Das 10, cinco eram na cidade, situação que tornava a manutenção das escolas isoladas insustentável, pois faltavam professores e os que assumiam salas nesses bairros logo as deixavam, caso oportunidade melhor aparecesse. Como consta no jornal *Cidade de Bragança*:

Reassumi em 31 do mez findo o exercício da escola mixta do bairro de Araras, a professora d. Alda Borges de Moraes.

-Está aberta a matricula da escola feminina desta cidade, a cargo da professora d. Hortencia da Silveira. A escola funciona provisoriamente á rua dr. Candido Rodrigues, n.66.

-Pedi exoneração do cargo de professor municipal do bairro da Pedra Grande o sr. Gabriel Leonardo.

-As cinco escolas do Estado, na cidade, foram freqüentadas diariamente por 181 alumnos de ambos os sexos e as 4 de bairros por 108 alumnos tambem de ambos os sexos.

-As 3 escolas municipaes nos bairros forma freqüentadas por 262 alumnos de ambos os sexos.

-Foi nomeada a sra. d. Josephina Urbina Teixeira, para substituir a professora da 1ª escola feminina desta cidade, d. Anna Siqueira da Silva, que pediu 2 mezes de licença. (CIDADE DE BRAGANÇA, 05/04/1908, n. 1.287, p. 2)

Nesse contexto em que então começou a construção do prédio próprio do grupo escolar, por ser em uma casa e esta não estar em condições para a finalidade educacional, foi que o presidente do Estado, Dr. Jorge Tibiriçá, em uma visita ao grupo em 1905 por causa da chegada da energia elétrica à cidade, comprometeu-se a obter do Congresso estadual o valor necessário para a construção de um edificio apropriado. Tal compromisso começa a tomar forma em outubro do mesmo ano.

O projeto do Grupo Escolar era do engenheiro José Van Humbeeck, construído em um só

pavimento, considerando o declive existente no terreno e o seu tamanho, diferentemente do que ocorreu na capital, onde os edifícios escolares foram feitos em dois andares, em razão do pouco espaço e do alto custo dos lotes (BUFFA, 2002). O projeto era uma variação do Projeto-tipo de 1905 (tipologia Caçapava) e inaugura o partido arquitetônico de pavimento único, com porão alto, que deveria ser implantado em cidades do interior. O motivo de se adotar os Projetos-tipo era que ele permitia uma:

[...] construção rápida dos prédios escolares à custos reduzidos. Muitas vezes, as plantas dos grupos eram as mesmas, apenas suas fachadas sofriam alterações. Eles se destacavam tanto pela monumentalidade arquitetônica como por sua localização na área central da cidade, usualmente próximos à matriz, à Câmara, ao Fórum, às residências das classes mais abastadas. (FRANCESCHI, GUIMARÃES, MEDEIROS, 2012, p. 8)

Como consta no Memorial Técnico de Restauração do prédio, o grupo escolar dr. Jorge Tibiriçá foi construído como um edifício de um pavimento e embasamento constituído de porão alto, tendo as funções de funcionamento localizadas no pavimento térreo (por causa do declive acentuado do terreno, o projeto prevê aproveitamento dos compartimentos do porão situados junto à fachada posterior, os quais têm cerca de 4,00 m de pé direito, com simetria de planta e fachada principal).

As 10 salas de aula situavam-se no térreo, e o seu acesso era realizado por galerias que circundavam um pátio interno central. As salas de aulas estavam dispostas junto às 4 fachadas do edifício, tendo duas alas: a feminina e a masculina, separadas fisicamente por divisórias de madeira na parte interna, por muro de alvenaria nos fundos do lote e pelo passadiço que interligava a calçada da rua ao vestibulo de acesso ao espaço interno da escola (p. 13).

O prédio tinha dois recreios cobertos (com sanitários separados – feminino e masculino), com acesso por dois corredores dispostos paralelamente à fachada principal do edifício e que constituíam o prolongamento de uma das galerias que circundam o pátio interno.

Havia pátio interno, em torno do qual estavam dispostas as quatro galerias e para as quais se abriam todos os cômodos da escola, que eram: 10 salas de aula, a sala dos professores, a sala das professoras e, no eixo de simetria, o vestibulo de acesso ao edifício. A fachada principal era em estilo eclético, com frontão central, platibandas, cornijas, pilastras, etc. (p. 21).

O lançamento da pedra fundamental do novo edifício ocorreu no dia 15 de novembro de 1906. Como o diretor do grupo escolar, sr. Pedro de Mello, estava doente, quem o substituiu interinamente no cargo de diretora foi D. Leonidia Furquim Leme, que nesse cargo permaneceu até fevereiro de 1907.



Fotografia 6: Colocação da pedra fundamental do Grupo Jorge Tibiriçá – Data 1906.

Fonte: Acervo do Museu Municipal Oswaldo Russomano – Fotógrafo José Abramo

O estilo arquitetônico e a estética do prédio não agradaram a todos. No jornal *Cidade de Bragança*, um longo texto chama de ilógica a arquitetura do prédio do grupo:

Supponhamos estabelecido o ingresso do nosso grupo nas condições em que reza o seu projecto: o menino parte do largo da Matriz, desce um trecho da rua da Estação, transpõe o portão lateral de ingresso do grupo, desce ainda ou segue caminho plano, sobe a escada da porta principal do edifício, chega ao ultimo degrau e- meia volta – o que vê? Paredes de arrimo creadas com o fim de que as terras não o sepultem; e elle pensará que, para arribar áquella furna, poderia ter tido o trabalho suave de uma escada ascensora, ter de descer para depois subir. (CIDADE DE BRAGANÇA, 26/07/1908, n. 1.318, p. 1)



Fotografia 7: Grupo Escolar Dr. Jorge Tibiriçá.

Fonte: *Anuário do Ensino do Estado de São Paulo – 1908-1909*, 1909

Não só a crítica quanto à arquitetura do prédio feita por Mariano Montesanto (que na época era aluno no curso de engenharia civil da Escola Politécnica), mas também, quando terminado o prédio, a demora para inaugurá-lo, pela falta da mobília, foram motivos de comentários na edição de janeiro de 1909:

Aproxima-se o dia determinado para a reabertura das aulas do Grupo Escolar Dr. Jorge Tibiriçá e, comquanto estejam concluídas as obras do novo edifício, não vemos indicio algum de que seja elle inaugurado agora, em occasião tão opportuna. Para essa inauguração, ao que nos parece, falta ao novo edificio sómente a mobília, porquanto a que existe no edificio velho é imprestável e não corresponde á importancia do novo. (CIDADE DE BRAGANÇA, 17/01/1909, n. 1.368, p. 1)

A sugestão do jornal é para que, se for grande a demora da aquisição da mobília, se inaugure o edificio com a mobília velha mesmo – “dos males, o menor”.

Ou seja, para a oposição política aos salistas, o prédio era inadequado e se deveria inaugurar o grupo com móveis velhos mesmo, pois, de qualquer modo, dos males o menor... De qualquer forma, parece que essas críticas surtiram algum efeito, pois, já no próximo número desse jornal, o diretório republicano anuncia o seguinte ofício:

O directório republicano deste município officiou á Comissão Directora do Partido representando a necessidade do novo mobiliário e outros materiaes para o novo edificio do grupo escolar desta cidade, proximo a inaugurar-se, de accordo com o pedido feito pelo digno director do grupo, sr. Mariano de Oliveira. Acha-se aberta, de 27 a 30 do corrente, das 11 horas ás 3 da tarde, a matricula dos alumnos que pretendem freqüentar as aulas do Grupo Escolar Dr. Jorge Tibiriçá, durante o anno fluente. Nos dias 27 e 28 serão inscriptos os alumnos matriculados no anno passado e os que se apresentarem munidos de boletim de promoção para o terceiro anno e quarto das escolas isoladas. (CIDADE DE BRAGANÇA, 24/01/1909, n. 1.370, p. 1)

A mudança para o prédio novo era uma necessidade efetiva por conta do alto número de alunos do grupo. Houve, como registrado na edição de n. 1.374, uma visita dos representantes desse jornal à escola. Eles entraram nas salas onde estavam os alunos e fizeram o seguinte levantamento:

Secção feminina

Consta 5 classes, onde se acham maticuladas, ao todo, 206 alumnas, assim discriminadas:

1° anno A – (professora d. Noemia Pereira de Castro) – 45 alumnas.

1° anno B – (vaga) – 44 alumnas.

2° anno – (professora d. Maria Sangirardi) 44 alumnas.

3° anno – (professora d. Maria Rosa Manzioni), 45 alumnas.

4° anno – (professora d. Adalgiza M. Pires, substituta de d. Adalgiza Barboza) - 28 alumnas.

Secção Masculina

Tem tambem, cinco classes, estando os 214 alumnos matriculados assim divididos:

1° anno A – (professora d. Leonidia Furquim Leme) – 46 alumnos .

1° anno B – (professora d. Georgina Furquim Leme) – 46 alumnos.

2° anno – (professor, sr. Euclides Pereira, substituto do sr. Manoel J. de Abreu Bolina) – 42 alumnos.

3° anno – (professor Alcides Sangirardi) – 42 alumnos.

4 anno – (professor Francisco Marcondes) – 39 alumnos.

(CIDADE DE BRAGANÇA, 07/02/1909, n. 1.374, p. 1)

O número total de matriculados, entre as seções masculinas e femininas, era de 420 alunos.

Segundo o jornal, a casa em que se encontrava o grupo era pequena para esse número de crianças, portanto as classes não funcionavam com regularidade. Havia salas que, mesmo com dois ou três alunos sentados na mesma carteira, ainda assim possuíam alunos em pé.

Apesar dessa situação, a notícia acaba com um tom mais otimista (n. 1.374, 1909): “[...] mas felizmente já chegou a maior parte do mobiliário para o novo edifício da rua Coronel Leme, sendo possível que até fim deste mez seja feita a transferência dos alumnos para o mesmo.”

A solução para tentar diminuir o desconforto enquanto não se inaugurava o novo prédio foi desdobrar o horário de funcionamento da escola. Segundo o jornal *Cidade de Bragança* (n. 1.301, 1908), o diretor acaba por autorizar o funcionamento de dois períodos no grupo até a data da transferência para o novo prédio. Em virtude dessa mudança, as aulas no grupo escolar para a seção feminina começavam às 8h da manhã e terminavam ao meio-dia. Já as aulas da seção masculina começavam ao meio-dia e meia e terminavam às 16h30.

O novo edifício foi entregue em fins de 1908, passando a funcionar em 27 de fevereiro de 1909. A edição de número 1.380 noticiou a transferência dos alunos da seguinte forma:

A's 11 horas da manhã os alumnos saíram do edificio velho e dali, tendo á frente o estandarte, se endereçaram, dirigidos pelos respectivos professores e acompanhados do digno director sr. Mariano de Oliveira, ao novo edificio, onde preseguram os trabalhos escolares, de accordo com o regulamento vigente. (CIDADE DE BRAGANÇA, 28/02/1909, n. 1.380, p. 1)

Ainda nessa notícia, mesmo concordando com as colocações feitas por Montesanto sobre a o estilo arquitetônico e a estética da fachada externa do grupo na coluna daquele jornal em 26 de julho daquele ano, o autor da notícia foi mais ameno e teceu vários elogios quanto o interior do prédio:

Quem penetrar naquelle confortavel palacete, só terá palavras para elogiar os artistas que trabalharam na sua construcção e verificará que dallí, da mesma fórma, irá surgindo preparada e radiante, como o despontar quotidiano do sol, a infancia bragantina, para vir aqui, no alto, collaborar connosco na grandiosa obra em que sempre nos empenhamos e que se resume em trabalhar pelo progresso de Bragança. (CIDADE DE BRAGANÇA, 28/02/1909, n. 1.380, p. 1)

Noticia-se a inauguração do prédio novo, os alunos e professores desfilam pela rua até o novo prédio com estandarte à frente, mas apenas uma semana depois dessa cena as aulas são

suspensas pelo seguinte motivo:

As aulas do grupo escolar Dr. Jorge Tibiriçá foram suspensas por oito dias, devendo reabrir-se as da secção masculina na segunda feira próxima, por motivo de ser necessário proceder-se urgentemente á desobstrução do encanamento de exgottos na parte compreendida no respectivo edificio. (CIDADE DE BRAGANÇA, 11/03/1909, n. 1.383, p. 1)

Mal se inaugurou o prédio e ele já estava com problemas técnicos. Este seria um motivo para colunas e colunas de crítica quanto ao prédio novo, ao encanamento, à disposição do prédio, como já havia sido feito anteriormente, mas não é o que acontece: uma coluna inteira noticiou a mudança de um prédio para outro, uma pequena nota de fim de jornal noticia a paralisação das aulas. Penso que, depois de 12 anos de grupo escolar na casa adaptada e passado algum tempo do declínio do prestígio do partido glicerista e da vitória de Campos Sales, tem-se agora neste contexto um novo apagamento – não só das escolas isoladas que há anos atrás formaram o grupo escolar, mas das tensões e conflitos que levaram ao nome do grupo e dos motivos por que se chegou a tal nome.

Voltam as notícias sobre visitas ao grupo escolar, novas construções nele e apenas em pequenas notas no final da coluna dos jornais é que aparece algo sobre as escolas isoladas, geralmente levantamentos e movimentações nessas escolas. Não se noticia nenhum evento ou visita a elas – pelos vestígios pesquisados a partir desse ponto, há cada vez mais um distanciamento e um apagamento dessas escolas nas páginas dos periódicos locais. No jornal *Cidade de Bragança* temos uma dessas movimentações:

O movimento das escolas estadoaes neste município no mez findo, foi o seguinte:

Escolas da Cidade (6)

Matricula, sexo masculino, 129, idem, sexo feminino, 116; total, 245.

Frequencia, sexo masculino, 110; dem, feminina, 89, total 199.

Escolas dos Bairros (5)

Matricula masculina, 94; idem, feminina, 56, 150.

Frequencia masculina, 76; idem feminina, 54; total 130

[...] Até hontem estavam matriculados na escola do bairro de Pitangueiras, recentemente provida pelo Estado, 31 alumnos.

O movimento nas 9 escolas municipaes localizadas em bairros, foi o seguinte:

Matriculados, 275; frequência, 189.

Existem ainda no município sem provimento, 22 escolas do Estado, pertencentes aos bairros seguintes:

Arraial, Passa Tres, Pedra Grande, Pinhal, Ponte do Jaguary, Agua Comprida, Morro do Lopo, Biriçá, Agudo, Rio Abaixo, Campo Novo, Ponte alta, Estiva do Agudo (2); Campestre, Guaripocaba, Bocca da Matta e Pantano, masculinas; Mãe dos homens, mixta e Pantano, femininas. Pela estatística escolar levantada recentemente é de 897 o numero de creanças nesses bairros, acreditando porém o senhor inspector municipal, ser ainda maior aquelle numero. (CIDADE DE BRAGANÇA, 06/06/1909, n. 1.407, p. 1)

Por se encontrarem as escolas isoladas nessas condições, o secretário Carlos Guimarães enviou à Câmara Municipal de Bragança um officio com o pedido da anexação de diversas escolas isoladas ao grupo escolar. Foi noticiado no jornal *Cidade de Bragança* n. 1.480, de 1910, que tal officio seria analisado e levado em consideração.

Na edição do dia 12 de maio de 1910, duas notícias importantes selam o destino das escolas isoladas desse período em Bragança: a primeira notícia era o ato do governo, que desdobrou de forma definitiva o horário de funcionamento do grupo escolar³², e a segunda, era a ordem de anexar todas as escolas isoladas ao Grupo Escolar Dr. Jorge Tibiriçá.

Na segunda feira á noite, tínhamos já recebido um telegramma do sr. capitão Felix Cintra, dando-nos a grata noticia e na terça feira os matutinos de S. Paulo publicaram o acto do governo annexando ao Grupo, todas as escolas isoladas da cidade e nomeando os professores conforme em seguida transcrevemos. (CIDADE DE BRAGANÇA, 12/05/1910, n. 1.503, p. 1)

Nesse ato foram anexadas as seguintes escolas isoladas: A da cidade, regida pelo professor sr. João Baptista de Toledo Leme; A do bairro da Estação, regida pelo professor sr. Theophilo Lopes da Silva; A do bairro do Matadouro, regida pelo professor sr. Joaquim Theodoro da Silva; A primeira feminina da cidade, regida pela professora d. Anna Candida de Souza; A segunda feminina da cidade, regida pela professora d. Anna Ciqueira da Silva; A feminina do bairro da Estação, regida pela professora d. Philomena Sangirardi; A feminina do bairro do Matadouro, regida pela professora d. Maria Fuzaro.

³² O grupo escolar, no primeiro momento, funcionaria de manhã e de tarde na antiga casa alugada, por falta de espaço, voltando ao horário normal no prédio novo.

O diretor do grupo escolar recebeu ordens de, naquele momento, efetuar a matrícula dos alunos das escolas que foram anexadas ao grupo. Logo, em maio de 1910, há a notícia de que mais escolas isoladas seriam anexadas:

- A escola do bairro do Itapechinga foi também anexada ao grupo escolar desta cidade, sendo nomeada a respectiva professora, sra. d. Elisa Dulce de França, substituta efectiva do mesmo grupo. Quanto a promoção da professora, que sae de uma escola isolada para um grupo, não é de extranhar e é até um acto de justiça, do qual é merecedora a professora, que naquelle bairro já exerceu o magistério por alguns annos. (CIDADE DE BRAGANÇA, 26/05/1910, n. 1.507, p. 1)

O ato do governo não foi de todo louvado. O professor Joaquim Theodoro reclamou, pois, como já estava há dois anos e meio no cargo, teria direito de ser efetivado e, indo para o grupo, seria professor substituto. Assim como houve a crítica quanto a anexar tantas escolas, sendo algumas distantes do centro da cidade:

[...] o que não foi justo, é o acto do governo annexando a escola (Itapechinga) ao grupo, porque esta, apesar de não se achar localisada em um ponto central do bairro, beneficiava aos meninos alli residentes. Nessas condições também ficou o bairro do Matadouro, que por sua vez perdeu a escola. Pensamos que as escolas do Matadouro e Itapechinga não deviam ser extinctas por qua a primeira é de um bairro, fora do perímetro da cidade e distante cerca de 3 a 4 kilometros e a segunda, creada especialmente para uma parte da população que reside muito distante do centro da cidade, onde é installado o grupo escolar. (CIDADE DE BRAGANÇA, 26/05/1910, n. 1.507, p. 1)

Com a matrícula dos alunos das escolas anexadas, o grupo escolar atingiu o número de 320 novas matrículas, que reunidas às 426 que ali já existiam, chegou ao número de 746 alunos.

Foi publicada, na mesma seção, a lista parcial das matrículas, assim como a chamada para novas entradas de alunos:

Secção Feminina

No 1º anno, 113, no 2º anno, 32 e no 3º, 11

Secção Masculina

No 1º anno, 103, no 2º anno, 43 e no 3º, 18. Total 320.

O sr. director faz publicar hoje um edital, e para o qual chamamos a attenção dos leitores, avisando que serão admittidas á matricula as creanças cujos paes, tutores ou responsáveis, exhbirem certidão de idade e attestado de vaccina naquelle

estabelecimento, das 11 horas da manhã às 4 da tarde.

Avisa mais o sr. director que da proxima segunda feira em diante, as aulas do grupo funcionarão em dois períodos, no 1º, das 8 horas da manhã ao meio dia – a secção masculina e no 2º, de meio hora depois de meio dia às 4 e meia da tarde – a secção feminina.

O numero de vagas existentes até hontem no grupo attinge a 119, sendo:

Secção feminina

1º anno, 18; 2º anno, 14 e 3º anno 30

Secção masculina

1º anno, 27; 2º anno, 2 e 3º anno, 28. (CIDADE DE BRAGANÇA, 26/05/1910, n. 1.507, p. 1)

No Estado de São Paulo, segundo estatística apresentada em junho de 1910, o número de grupos escolares e escolas isoladas era o seguinte:

Dos grupos escolares criados pelo governo do Estado, em numero de 108, acham-se funcionando, regularmente, 96, sendo que 31 têm as suas aulas desdobradas.

Em média, cada grupo tem dez classes e cada classe 30 alumnos.

Dessa maneira os nossos grupos escolares são freqüentados, actualmente em média, por, 28.800 alumnos, sem contar os que freqüentam as aulas desdobradas.

Acham se em exercício esses grupos escolares, como substitutos effectivos de adjuntos, 254 professores.

Até o dia era de 1.275 o numero de escolas isoladas, providas em todo o Estado. (CIDADE DE BRAGANÇA, 30/06/1910, n. 1.517, p. 1)

O número de matrículas no Grupo Escolar Dr. Jorge Tibiriçá, que tinha apenas 119 vagas, acabou por exceder, chegando ao número de 804 alunos (411 alunas na seção feminina e 393 alunos na seção masculina). Esse número era grande, mesmo para horários de funcionamento desdobrados. Segundo o relatório publicado em agosto de 1910:

Cumpre notar que o numero dos matriculados em todas as classes isoladamente, excede até aos limites exigidos pelo regulamento, pois, vairam entre 39 e 49 apenas notando-se no 4º anno feminino 38 e no 4º anno masculino 35, porquanto são as classes mais adiantadas, onde geralmente não se verifica algarismo tão elevado como que apresenta o nosso grupo. (CIDADE DE BRAGANÇA, 18/08/1910, n. 1.531, p. 1)

A solução proposta pelo autor do relatório? A construção de um novo grupo escolar:

Assim conhecido o estado actual do nosso grupo escolar, á frente do qual se acha um director dedicado, conclue-se que Bragança póde muito bem ser dotada em breve tempo de mais um outro igual estabelecimento, espalhando-se mais profusamente a instrucção entre a população infantil sempre crescente. (CIDADE DE BRAGANÇA, 18/08/1910, n. 1.531, p. 1)

De fato, em 1910 se iniciará a procura por um terreno adequado para a construção deste segundo Grupo Escolar, porém sua inauguração se dará apenas em 1944 – recebendo o nome de Grupo Escolar José Guilherme.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste trabalho, podem-se cotejar as tensões e conflitos nas notas e notícias de periódicos locais (jornais, almanaques e anuários) que permearam o cotidiano urbano em Bragança, em fins do século XIX e início do XX. As transformações sociais, políticas, econômicas e culturais que ocorreram na urbanização do país não só marcaram Bragança como levantaram, nesta cidade, as mesmas necessidades e questões que impulsionaram a política republicana, especialmente no tocante à educação.

As questões delimitadas no início deste trabalho propõem as seguintes conclusões:

O grupo escolar atendeu a uma demanda política de posicionamento não só em relação ao antigo, ao arcaico que os republicanos consideravam em relação à monarquia, mas serviu como símbolo dentro de uma tensão gerada dentro do próprio partido republicano, a saber – a ala glicerista e a ala salista. A coexistência de interesses políticos plurais, a escola passando por um deslocamento tanto geográfico como de seu significado dentro da cidade – de símbolo da falência monárquica (escolas isoladas de Bragança), para símbolo de modernidade (grupo escolar de Bragança), para um símbolo de tensão e conflito em relação ao posicionamento político (a homenagem a Jorge Tibiriçá), gerando vários apagamentos – das escolas, de seus lugares e sentidos, do grupo escolar no casarão no centro da cidade ao prédio que se torna símbolo de poder político liberal.

A tentativa de apagamento das escolas isoladas parece ser proposital, tentativa que sugere um projeto intencional de o que era considerado velho, arcaico, antiquado para a modernidade e progresso almejado por uma classe específica e com interesses bem delineados nas linhas dos jornais (que, durante esta pesquisa, se demonstraram mais do que apenas veículos de informação, mas veículos de doutrinação de corpos e sentidos, alienação e propagação de uma visão de mundo liberal – o pensamento defendido pela República então instituída).

A disputa pelo nome do grupo escolar é indício de uma guerra de símbolos em vários matizes: a docilização dos sentidos mediante a imponência do prédio, um educar através de seu posicionamento na cidade (próxima à catedral, ao clube literário, que na época era o principal local de encontro do partido republicano, e ao paço municipal – no centro da cidade) e principalmente a tensão entre dois grupos dentro do partido republicano, sedimentando-se o grupo que defendia uma

visão liberal conservadora, a dos agricultores, clássica no sistema político brasileiro, compondo a elite cafeeira da época, representados em Bragança por Teóphilo Leme e apoiando o também fazendeiro Jorge Tibiriçá.

Para pesquisas futuras, proponho as seguintes indagações:

Os segmentos políticos que confluíram na ruptura do grupo liberal republicano em Bragança mantiveram essa disputa e a mesma continuou impactando o projeto do segundo Grupo Escolar, inclusive em relação à escolha do nome?

Em que momento, com o desdobramento do horário escolar, ocorre a abertura do Grupo escolar para as camadas mais populares?

Até quando coexistiram as escolas isoladas e o(s) Grupo(s) Escolar(es)?

Quais foram as singularidades, conflitos e tensões no processo sequente de agrupamento das escolas isoladas remanescentes, em especial as escolas isoladas do Matadouro e da Estação?

A última notícia, do encerramento de ano letivo em 1910, demonstra de modo muito forte como o grupo escolar Dr. Jorge Tibiriçá acaba por se impor enquanto símbolo de política e poder:

Realisaram se, quinta-feira ultima, com grande brilhantismo as festas de encerramento das aulas e entrega de diplomas aos alumnos do IV anno do grupo escolar desta cidade. A's 11 horas, já repletos os pateos e corredores do grupo, de meninos e meninas uniformizados, começaram a afluir convidados, paes e parentes dos alumnos, senhoritas, senhoras e cavalheiros. (CIDADE DE BRAGANÇA, 15/12/1910, n. 1.565, p. 1)

Recebidos pelo diretor e professores, esses convidados não eram os únicos ali para prestigiar os alunos formandos. Passado algum tempo, como é noticiado nessa matéria de primeira página, chegou o prefeito municipal (na época, senhor Aristides Rezende), que “introduzido no recinto pelo sr. Amadeu Mendes (então diretor do grupo) tomou assento à mesa [...]

Cada aluno foi chamado pelo nome e recebeu o diploma das mãos do prefeito. Depois, os alunos que mais se distinguiram receberam prêmios das mãos da mesma autoridade. O jornalista que escreveu a matéria, também presente como convidado, fez um dos discursos (o primeiro de um aluno, o segundo do professor do 4º ano, Alcides Sangirardi, que aconselhou os alunos a “sempre trilhareem a senda do dever e da virtude e, quando se sentissem desfallecidos pelas batalhas da vida, voltassem o pensamento para a escola”):

Como representante da *Cidade de Bragança* e instado por amigos e colegas, não poderia furtar-me a dizer algumas palavras nesta festa. Serei breve, porque espontâneo, e simples porque sincero. A sinceridade, a franqueza, não comportam atavios, pois que já foi a *guridice (sic)* adrede feita para iludir e enganar.[...] Ante esta aglomeração de compatriotas pequenos e grandes, sentimos despertar em nós o sentimento indefinível da Patria. Patria! Eis um nome que anda de bocca em bocca como um fio d'agua clara e sonora a saltar de pedra em pedra ou como a luz que vae de uma aurora a outra aurora.[...] Por isso, eu sinto que meu coração de patriota se expande e desoprime neste meio, porque aqui – humildemente é certo, mas realmente e efficazmente – se trabalha pelo engrandecimento da Patria. Educar a infancia! Eis o verdadeiro, o mais nobre, o mais louvável dos devotamentos pela patria, porque é o que mais benéficos resultados produz, [...] (CIDADE DE BRAGANÇA, 15/12/1910, n. 1.565, p. 1)

Nessa longa reportagem de primeira página, é descrita em detalhes a presença de autoridades e um discurso inflamado sobre a verdadeira vocação do projeto educacional liberal – educar a infância para formar um homem útil à pátria.

E as escolas isoladas ainda existentes? No mesmo jornal, na última página, há um pequeno e discreto relatório sobre o final do ano letivo nelas, citando apenas seus nomes – masculina de Pinhal, feminina da Água Comprida, feminina do Morro Grande e Anhumas, masculina de Pedra Grande e o nome dos alunos que passaram. Na última página, e de forma discreta e apequenada, se apagavam assim as últimas escolas isoladas para, na primeira página, tornar-se visível o louvor ao Grupo Escolar Dr. Jorge Tibiriçá – escola idolatrada.

Proponho, para pesquisas futuras e como continuidade a esta dissertação, em levantamento entre as fontes e trabalhos já escritos sobre Bragança, identificar a relevância dos bairros que tinham as escolas isoladas para Bragança, assim como buscar elementos que possibilitem mais hipóteses para os conflitos ocorridos durante o processo de anexação das escolas isoladas ao Grupo Escolar.

REFERÊNCIAS

- ABBAGNANO, Nicola. **Dicionário de filosofia**. 5. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007.
- ARIÈS, P. **História social da criança e da família**. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.
- BASTOS, Maria Helena Camara. O ensino monitorial/mútuo no Brasil (1827 – 1854). In: STEPHANOU, Maria; BASTOS, Maria Helena Camara (Org.). **História e memórias da educação no Brasil, vol. II**. 3. ed. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2010.
- BENCOSTTA, Marcus Levy Albino. Grupos escolares no Brasil: um novo modelo de escola primária. In: STEPHANOU, Maria; BASTOS, Maria Helena Camara (Org.). **História e memórias da educação no Brasil, vol. III**. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- BENJAMIN, Walter. Paris, capital do século XIX. In: COHN, Gabriel (Org.). **Walter Benjamin**: Coleção Grandes Cientistas Sociais. São Paulo: Ática, 1985.
- _____. **Magia e técnica, arte e política**. São Paulo: Brasiliense, 1994.
- BERMAN, Marshall. **Tudo que é sólido desmancha no ar**. São Paulo: Companhia de Bolso, 2007.
- BLOCH, Marc. **Apologia da história, ou, O ofício de historiador**. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.
- BRESCIANI, Maria Stella Martins. **Londres e Paris no século XIX: o espetáculo da pobreza**. São Paulo: Brasiliense, 1982.
- BUENO, Maria de Fátima. **O corpo e as sensibilidades modernas: Bragança (1900 – 1920)**. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), Campinas, SP, 2007.
- _____. **A história da educação: a cidade, a arquitetura escolar e o corpo**. Revista CEOM, Chapecó: Argos, 2008.
- BUFFA, E. **Arquitetura e educação: organização do espaço e propostas pedagógicas dos grupos escolares paulistas, 1893-1971**. São Carlos; Brasília: Edufscar; INEP, 2002.
- CARVALHO, José Murilo de. **A formação das almas**. O imaginário da República no Brasil. São Paulo, SP: Companhia das Letras, 1990.
- CARVALHO, Marta Maria Chagas de. Reformas da Instrução Pública. In: LOPES, Eliane Marta Teixeira; VEIGA, Cyntia Greive (Org.). **500 anos de educação no Brasil**. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

- CARVALHO, Vânia Carneiro. **Gênero e artefato**. O sistema doméstico na perspectiva da cultura material. São Paulo, 1870-1920. São Paulo, SP: Editora da Universidade de São Paulo, 2008.
- COSTA, Angela Marques da; SCHWARCZ, Lilia Mortiz. **Virando Séculos 1890-1914 no tempo das certezas**. São Paulo, SP: Companhia das Letras, 2002.
- CRUZ, Heloísa de Faria. **São Paulo em papel e tinta**. Periodismo e vida urbana 1890-1915. São Paulo: EDUC; FAPESP; Arquivo do Estado de São Paulo; Imprensa Oficial SP, 2000.
- DE LUCA, Tania Regina. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, C. B. (Org.). Fontes históricas. São Paulo; Contexto, 2005. p. 111-153.
- DEBORD, Guy. **A sociedade do espetáculo**. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.
- FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. 6. ed. São Paulo: EDUSP, 1999.
- FRANCESCHI, M. T.; GUIMARÃES, M. F.; MEDEIROS, D. A. C. **A cidade, a memória e a arquitetura escolar**. In: VII Seminário Nacional Centro de Memória-UNICAMP, 2012, Campinas. Memória, cidade e educação das sensibilidades. Campinas: UNICAMP/CMU, v. 1. p. 1-15, 2012.
- GINZBURG, C. **Mitos, emblemas, sinais: morfologia e história**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.
- GONDRA, José Gonçalves; SCHUELER, Alessandra. **Educação, poder e sociedade no Império brasileiro**. São Paulo: Corte, 2008.
- GREIVE, Cynthia; **Cidadania e educação na trama da cidade: a construção de Belo Horizonte em fins do século XIX**. Bragança Paulista, EDUSF, 2002
- HAMILTON, David. Notas de lugar nenhum: sobre os primórdios da escolarização moderna. **Revista Brasileira de História da Educação**, n. 1, p. 45-73, jan./jun. 2001.
- HILSDORF, M. L. S. **História da Educação Brasileira: leituras**. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2003.
- ISHIZU, Andrea Luri. **Evolução da malha urbana e a arquitetura de Bragança Paulista: 1884 – 1977**. 2009. 278 p. Dissertação (Mestrado em História e Fundamentos da Arquitetura e do Urbanismo) – Programa de Pós-Graduação, FAUUSP, São Paulo, 2009.
- JULIA, Dominique. A cultura escolar como objeto histórico. **Revista Brasileira de História da Educação**, n. 1, p. 9-43, jan.-jun. 2001.
- KUHLMANN, Moysés Jr. **As grandes festas didáticas: a educação brasileira e as exposições internacionais (1862 – 1922)**. Bragança Paulista: Universidade São Francisco, 2001.
- _____. **Infância e Educação Infantil: Uma abordagem histórica**. Porto Alegre:

Mediação, 2010

LE GOFF, Jaques. Documento/Monumento. In.: **História e memória**. Campinas: Unicamp, 2003.

SCHELBAUER, A.R. **O método intuitivo e lições de coisas no Brasil do século XIX**. In: STEPHANOU, M.(org.) **Histórias e memórias da Educação no Brasil**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

SEVCENKO, Nicolau. **Orfeu extático na metrópole**. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

_____. O prelúdio republicano, astúcias da ordem e do progresso. In: _____ (Org.). **História da vida privada no Brasil**. vol. III. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

SILVA, Kalina V.; SILVA, Maciel H. **Dicionário de conceitos históricos**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2009.

SOARES JÚNIOR, Rodrigo. **Jorge Tibiriçá e sua época**. São Paulo: Cia Ed. Nacional, 1958. 2 v.

SOUZA, Rosa Fátima de. **Templos de civilização: a implantação da escola primária graduada no Estado de São Paulo (1890 – 1910)**. São Paulo: Editora da UNESP, 1998.

SOUZA, Wlaumir Doniseti de. Distritos eleitorais e federalismo na Primeira República. **Sociedade e Cultura**, v. 10, n. 2, p. 241-252, jul./dez. 2007.

THOMPSON, E.P. **Costumes em comum**. São Paulo: Companhia das Letras. 1998.

VISCARDI, C. M. R. Federalismo e cidadania na imprensa republicana (1870-1889). **Tempo**, v.18, n. 32, p. 144-145, 2012.

VIÑAO FRAGO, Antonio; ESCOLANO, Agustín. **Currículo, espaço e subjetividade**. 2. ed. RJ: DP&A, 2001.

WILLIAMS, Raymond. **O campo e a cidade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

PERIÓDICOS LOCAIS

Almanack de Bragança para 1900. Bragança: Typographia Comercial,1899.

Anuario de Bragança para 1902. Bragança: Typographia da Cidade de Bragança, 1901.

A Notícia (1905-1907).

A Voz do Tibiriçá (1947).

Cidade de Bragança (1895 – 1910).

O Bragantino (1877).

O Guaripocaba (1877-1886).

Quinze de Novembro (1889).

Catálogo da coleção de periódicos. Bragança Paulista, Universidade São Francisco, 1992.

Manifesto Republicano. A República. 03/12/1870. Ano II, maio 2012/abr. 2013. História, Filosofia, Literatura, Arte e Educação.

ANEXO

MEMORIAL

Sou professor, não sei direito definir de qual matéria, pois a cada hora algum assunto me fascina de tal modo que me sinto impelido a estudá-lo a ponto de lecioná-lo. Foi assim com filosofia, ao ter aulas com o professor Rodrigo, na faculdade de Letras, na FESB, em Bragança Paulista; ou literatura, ao conhecer e ficar admirado com a cultura do professor Marcos, na mesma instituição.

Mas não comecei com estas disciplinas e nem em escolas particulares ou em faculdade, como atualmente, na verdade comecei em uma escola de inglês na cidade onde moro hoje, em Bragança. Também não comecei com uma ideia de um dia me tornar professor. Na verdade, tudo começou em uma tarde na cidadezinha em que eu morava, no sul de Minas, ao ligar o rádio e ouvir a música *November Rain* da banda *Guns and Roses*.

Eu tinha quatorze anos, não sabia nada de inglês e nem tinha pretensão de aprender a língua até aquele momento – mas foi ali, no meu quarto, ao ouvir o piano, a voz rasgada de Axl, o solo de Slash, que o tempo parou para mim. Não percebi minha mãe me chamando, meus irmãos brigando – nada – só consegui pensar, quando acabou a música: “Preciso entender o que ele disse!”

Ali me descobri Daniel. Até então não tinha gosto pessoal. O que eu assistia? O que meus pais estivessem assistindo (lembrando que em meados dos anos noventa famílias pobres só tinham um controle remoto – a criança. Então, assistir à televisão era ficar sentado no sofá até um adulto lhe chamar e dizer: Muda de canal lá!). O que eu estudava? O que os professores mandassem “para casa”, porque iria cair na prova, e, de tão mecânico e artificial, era fácil tirar notas. Estudei na escola Dr. José Rodrigues Seabra, em Itapeva, Minas Gerais. Fui aluno da segunda à oitava série. Foi lá que, na primeira aula que me lembro, achei engraçado a professora Miriam levar tanto tempo tentando provar que o “J” era de “jipe” – mais engraçado ainda quando ela tentou desenhar o veículo a partir da letra.

As salas eram pequenas e simples, as professoras eram muito esforçadas, mas de certa forma eu conseguia perceber que estavam inseguras; lanche era sempre o mesmo “sopão”, o diretor era bravo... Estudávamos das 13:00 às 17:30. Mas minha diversão era a parte da manhã – passar toda a manhã na biblioteca da escola. Lá era o meu lugar favorito.

Quando cheguei a Itapeva e conheci a biblioteca, eu fiquei fascinado pelo silêncio e

sobriedade do lugar – lá eu não apanhava nem era motivo de piada.

O máximo de excitação era mostrar o boletim e receber os “parabéns” dos meus pais. Qual era o meu *hobby*? Correr da escola para casa e de casa para a escola durante a semana, de medo de apanhar dos garotos da sala (novamente, nessa época não existia a palavra *bullying* – nem traumas referentes a ela –, o que existia eram moleques mais fortes e mais velhos que “pegavam na saída” o “*nerd*” que sabia tudo nas aulas, sentava na frente, mas era uma lástima nos esportes ou com as garotas mais bonitas da sala, pois elas justamente viam como legais os garotos que batessem mais no “*nerd*”).

Naquele momento em meu quarto, ouvindo a música, gostei de algo sem saber se mais alguém estava ali ouvindo, gostei de algo sem nem saber o que estava sendo dito. Gostei de gostar sem ter nenhuma referência. Finalmente, achei algo que me surpreendeu – não era tarefa de casa, não estava na TV, nem meus pais nem ninguém da sala tinha ouvido ainda aquela música –, me apropriei, era meu!

Então começa o processo mais interessante – o desafio de saber do que se tratava aquela música. Para minha odisseia particular (para um garoto, em Itapeva, sem dinheiro e sem saber muito bem por onde começar, me sentia o próprio Ulisses encarando Polifemo³³), a questão era: como conseguir a música?

Meu pai é eletricitista mecânico, mas antes ele já era meu pai (a profissão veio por necessidade de me sustentar e depois sustentar os meus irmãos, Raquel e Diogo) e hoje percebo a luta dele; tentava sempre me agradar – me levava a jogos do Palmeiras, fazia pipas para mim, me ensinava a soltar pião, mas eu não entendia nada disso! Não torço para nenhum time e nem sei as regras do esporte-mor do Brasil até hoje! Eu devia ser um enigma para ele: que tipo de moleque é esse? Com o Diogo é fácil de se comunicar, pois o Diogo é “normal” (aliás, até hoje palmeirense “verde” como meu pai); a Raquel é menina, e bonecas são perfeitamente ajustadas à vida dela, mas e o Daniel? Ele tentava, e hoje sei que muito de nossas brigas foram por nem um nem outro conseguir, na verdade, entender a dimensão de mundo que cada um tinha..., mas não naquele dia. De repente, pergunto a ele como eu poderia gravar uma música do rádio. Ele brilhou.

Explicou-me em detalhes quais teclas do rádio-gravador deveria apertar, os tipos de fitas e quais eram apropriadas para a gravação que eu queria, como sintonizar o rádio da melhor forma para fazer a gravação e me prometeu trazer dali uma semana uma fita (a vida era mais lenta

³³ Polifemo era, segundo a mitologia grega, um ciclope filho de Poseidon com Teosa, que teria sido cegado por Odisseu (Ulisses) em seu retorno para Ítaca.

naquela época. Em Itapeva só havia o “mercadinho do Dirço” e lá nem tinham ouvido falar em fita cassete, e como meu pai trabalhava em Bragança e só voltava nos finais de semana, então esperar não cansava tanto quanto hoje).

Enquanto isso, ao perceber minha então devoção por músicas em inglês, minha mãe (ela na época era quem tinha mais estudo em casa, gostava de Elton John e, por causa disso, tinha alguns livros de inglês de sua época de escola guardados) me apoiou e me emprestou os livros que tinha.

Saindo de Itapeva há um posto de conveniências – ITASUL –, e lá era o único lugar que vendia revistas. Ficava à beira da Fernão Dias e a caminho do sítio de um amigo da época, o Emmanuel. Sempre ia até a casa dele. Sua mãe, D. Lina, era uma pessoa muito agradável e sempre disposta a me ajudar – só hoje, com olhos de adulto, vejo que ela me ajudava, pois conseguia ver o que para mim era normal: eu não tinha todas as oportunidades que o filho dela tinha.

Naquele dia, ela nos pede que busquemos mantimentos no posto. Enquanto Emmanuel pega as coisas da lista de compras, eu vejo na prateleira de revistas algo que ia ao encontro de meus planos – *Revista Showbiz Especial* – todas as músicas do Guns and Roses traduzidas. Estava ali, em português e inglês, a solução para os meus problemas. Mas como conseguir o dinheiro?

D. Lina e a preguiça do Emmanuel foram a minha solução. Como moravam em um sítio, ela precisava que o monte de esterco fosse levado para a horta. Mesmo ela oferecendo uma boa quantia, ele recusou... Eu pulei na história. Carreguei esterco a tarde inteira. Na volta para casa estava com a revista em mãos. Depois da escola (estudava à noite) não consegui dormir – passei a madrugada lendo todas as letras e traduções das músicas.

Recebi a fita, passei o final de semana esperando tocar a música na rádio, gravei e me tornei o primeiro *expert* em Guns and Roses de Itapeva (com certeza o único, já que a maioria preferia música sertaneja).

Foi de grande impacto e consolo, então, poder repetir “*Because nothing lasts forever and we both know hearts can change*”, ou, quando me ridicularizavam em sala, apenas repetir mentalmente “*I know it's hard to keep an open heart, when even friends seem out to harm you, But if you could heal a broken heart, wouldn't time be out to charm you?*”

Cheguei à oitava série, comecei a ter dores nas costas. Minha mãe dizia a meu pai que precisava me levar ao médico (não havia ortopedista em Itapeva), até chegar ao ponto de precisarmos mudar de Itapeva para Bragança Paulista.

Foi difícil a adaptação. Não sabíamos andar nas ruas, não conhecíamos ninguém, tentei

atravessar a rua e fui atropelado! Por causa desse problema de coluna, tive que usar aparelho ortopédico por um ano – mais apelidos, mais dor, mais solidão, e me apeguei aos estudos com mais garra. Procurei um curso de inglês. Como não tinha condições de pagar, o dono da escola ficou com pena de mim e me fez uma proposta: um ano de bolsa de estudo e só; o que eu aprendesse durante esse ano seria por meu esforço e risco. Trabalhava na oficina de meus pais durante o dia, estudava no Cásper Líbero à noite, estudava inglês de madrugada e ia ao curso aos sábados. Ao término daquele ano eu havia estudado todos os livros (dez módulos ao total) e conseguido o diploma do curso, o que impressionou o dono da escola e o levou a me oferecer emprego como... professor! Assim volto ao início do texto.

Virei professor antes de ouvir falar em didática. Foi nessa escola que aperfeiçoei o meu inglês e, como o inglês é falado em algum lugar, fui estudar este algum lugar e me apaixonei por geografia. Este algum lugar tem uma história, tem uma cultura, uma filosofia, uma ordem sociológica... me apaixonei de vez por aprender. Nesse processo de me apaixonar a aprender também me apaixonei pelo ensinar. Aos 16 anos já tinha uma profissão que eu sabia que nunca mais iria querer mudar. Tentei fazer faculdade de Direito: só de pensar em ser advogado me deprimia. Voltei às letras e nunca mais saí da sala de aula, seja como aluno, seja como professor.

Foi nessa escola que tinha uma secretária; essa secretária tinha uma colega de sala; essa colega estava solteira – e eu sempre encalhado. A secretária teve a brilhante ideia de nos aproximar. Essa colega da secretária se tornou minha namorada, noiva, esposa e eterna amiga, a Samanta. Sempre ao meu lado, me apoiando, cuidando de mim, me amando e, mais uma vez, mesmo que ela não saiba, dando sentido a outra estrofe da música *“And when your fears subside, And shadows still remain, I know that you can love me, When there's no one left to blame...”*

Somos cristãos (eu e a Samanta), somos muito felizes juntos com nossas lutas e alegrias – diga-se, de passagem, muito mais alegrias do que lutas –, alegrias estas que, durante o mestrado, criaram vida: nosso filho Samuel. A Samanta talvez não entenda completamente esta minha vontade de sempre aprender o “porquê” do “o quê” do “onde” (sinceramente, nem eu sei os porquês desta minha curiosidade), mas me dá total apoio e condições de continuar nesta luta insana de tentar deixar uma vela acesa, mesmo durante uma chuva de novembro.